



# SESCOOP

Serviço Nacional de Aprendizagem  
do Cooperativismo



# *RELATÓRIO DE GESTÃO 2011*

---

PALMAS (TO) - ABRIL/2012

**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO**  
**SESCOOP/TO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2011**

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, Portaria TCU 123/2011 e das orientações da Controladoria Geral da União Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010.

**PALMAS (TO), ABRIL/2012**

## SUMARIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS .....</b>	<b>5</b>
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>6</b>
<b>CUMPRINDO A MISSÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>SOBRE ESTE RELATRIO .....</b>	<b>8</b>
<b>IDENTIFICACO DA UNIDADE .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUO .....</b>	<b>12</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>16</b>
<b>1. PERFIL INSTITUCIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1. CONSTITUIO E NATUREZA DA ENTIDADE .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2. RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3. MISSÃO E VISO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.4. FONTE DE RECURSOS .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>20</b>
<b>2. GOVERNANÇA CORPORATIVA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1. OBJETIVOS ESTRATGICOS.....</b>	<b>22</b>
2.1.1. <i>Objetivos Estratgicos Finalsticos .....</i>	<i>22</i>
2.1.2. <i>Objetivos Estratgicos de Administrao e Apoio.....</i>	<i>24</i>
<b>2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>31</b>
<b>3. COOPERANDO COM O FUTURO .....</b>	<b>31</b>
<b>3.1. ATUAO VOLTADA PARA O SOCIAL.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>33</b>
<b>4. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1. PERFIL DO CORPO FUNCIONAL.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2. MOVIMENTACO DO QUADRO DE PESSOAL .....</b>	<b>34</b>
<b>4.3. CAPACITAOES.....</b>	<b>34</b>
<b>4.4. FOLHA DE PAGAMENTO .....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>36</b>
<b>5. PRESTAO DE CONTAS .....</b>	<b>36</b>
<b>5.1. ATUAO FINALÍSTICA DO SESCOOP/TO.....</b>	<b>36</b>
5.1.1. <i>Investimentos em Formao e Capacitao profissional .....</i>	<i>40</i>
5.1.2. <i>Investimento em Promoo Social.....</i>	<i>54</i>
5.1.3. <i>Investimentos em Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas .....</i>	<i>61</i>
5.1.4. <i>Divulgao/Comunicao.....</i>	<i>62</i>
5.1.5. <i>Transferncia regulamentares de convnios e outros instrumentos anlogos. ....</i>	<i>64</i>
<b>5.2. GESTÃO DO SISTEMA.....</b>	<b>64</b>
5.2.1. <i>Gestão Interna .....</i>	<i>64</i>
5.2.2. <i>Outras informaoes relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da unidade .....</i>	<i>66</i>
<b>5.3. INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....</b>	<b>67</b>
5.3.1. <i>Indicadores de Eficcia .....</i>	<i>67</i>
5.3.2. <i>Indicadores de Eficincia .....</i>	<i>68</i>

5.3.3. Indicadores de Efetividade .....	69
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
<b>6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> .....	<b>70</b>
<b>6.1. RECEITAS</b> .....	<b>70</b>
<b>6.2. DESPESAS</b> .....	<b>72</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>75</b>
<i>ANEXO I – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</i> .....	75
<i>ANEXO II - Histórico da composição e das despesas com recursos humanos - 2008 a 2011</i> .....	77
<i>ANEXO III - Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação da UJ</i> .....	78
<i>ANEXO IV - Informações sobre Cumprimento da Lei 8.730/93</i> .....	79
<i>ANEXO V - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno</i> .....	79
<i>Unidade Jurisdicionada</i> .....	79
<i>ANEXO VI - Informações sobre a estrutura de controles internos</i> .....	81
<i>ANEXO VII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i> .....	83
<i>ANEXO VIII - Outras Informações Consideradas Relevantes para Demonstrar a conformidade e o Desempenho da Unidade</i> .....	85
<i>Anexo - IX - Demonstrações Contábeis</i> .....	93
<i>Anexo - X - Parecer do Conselho Fiscal</i> .....	111
<i>Anexo - XI – Resolução 002/2012 – Conselho de Administração do SESCOOP/TO e Resolução do Conselho Nacional do SESCOOP</i> .....	112
<i>ANEXO XII - ATENDIMENTO AO TCU QUANTO AO CONTEÚDO MÍNIMO DO RELATÓRIO DE GESTÃO (DN TCU N° 108, DE 27 /10/ 2010)</i> .....	114
<i>ANEXO XIII - Índice Remissivo de Indicadores GRI (G3)</i> .....	117

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - GLOBAL REPORT INITIATIVE (GRI) – CONTROLE DO RELATÓRIO/NÍVEIS DE APLICAÇÃO ..8	8
FIGURA 2 - O SESCOOP E OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO .....	18
FIGURA 3 - ORGANOGRAMA DO SESCOOP/TO .....	26
FIGURA 4 - COMPARATIVO: PESSOAL ENVOLVIDO EM AÇÕES FINALÍSTICAS/AÇÕES DE SUPORTE .....	34
FIGURA 5 - META DE BENEFICIÁRIOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO .....	37
FIGURA 6 - NÚMERO TOTAL DE EVENTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO .....	37
FIGURA 7 - CARGA HORÁRIA POR ÁREA DE ATUAÇÃO.....	38
FIGURA 8 - RECURSOS PREVISTOS E REALIZADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO .....	39
FIGURA 9 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONFORME A NATUREZA DOS EVENTOS .....	39
FIGURA 10 - NÚMEROS DO COOPERJOVEM NO TOCANTINS/2011 .....	56
FIGURA 11 - RECURSOS DE SUPORTE A ATIVIDADE FINALÍSTICA.....	64
FIGURA 12 - GRÁFICO DE INVESTIMENTOS .....	65
FIGURA 13 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS REALIZADAS EM 2011 POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	71
FIGURA 14- COMPARAÇÃO DAS RECEITAS 2011 - PREVISTAS X REALIZADAS.....	71
FIGURA 15 - GRÁFICO DA DESPESA (REALIZADA) .....	72
FIGURA 16 - COMPARAÇÃO DAS DESPESAS 2011 - PREVISTAS X REALIZADAS.....	73

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS REALIZADAS 2009/2011 .....	19
QUADRO 2 - DADOS DAS COOPERATIVAS NO ESTADO DO TOCANTINS .....	31
QUADRO 3 - DESCRIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL DO SESCOOP/TO .....	33
QUADRO 4 - DETALHAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO - EXERCÍCIO 2011 .....	35
QUADRO 5 - RESUMO POR LINHA DE ATUAÇÃO PREVISTO/REALIZADO .....	36
QUADRO 6 - QUADRO RESUMO POR ÁREA DE ATUAÇÃO .....	37
QUADRO 7 - VALOR ORÇADO E REALIZADO 2011 .....	38
QUADRO 8 - RECURSOS REALIZADO POR ÁREA DE ATUAÇÃO.....	39
QUADRO 9 - METAS FÍSICAS X METAS FINANCEIRAS .....	40
QUADRO 10 - METAS FÍSICAS E METAS FINANCEIRAS .....	54
QUADRO 11 - DESEMPENHO DA UNIDADE .....	66
QUADRO 12 - RECEITAS DO SESCOOP/TO .....	71
QUADRO 13 - DESPESAS SESCOOP/TO .....	72

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Abreviações e Siglas	Descrição
CGU	Controladoria-Geral da União
DN	Decisão Normativa
IN	Instrução Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
SEAGRO	Secretaria Estadual da Agricultura do Estado do Tocantins
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/TO	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins
GRI	Global Report Initiative
UJ	Unidade Jurisdicionada
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
LOA	Lei Orçamentária Anual
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de repasse e Termos de Parceria
SRB	Secretaria de Receita Federal do Brasil
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
UGR	Unidade Gestora Responsável
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
MBA	Magister in Business Administration
FAPTO	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins
OCB/TO	Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ANS	Agência Nacional de Saúde
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OQS	Organização do Quadro Social
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
CPA 10	Certificação Profissional ANBIMA Série 10
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SICOOB CREDIPAR	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Paraíso do Tocantins
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
UNIMED	Cooperativa de Trabalho Médico
COPERFRIGU	Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi
COOPEFA	Cooperativa dos Educadores de Formoso do Araguaia
COED	Cooperativas de Educadores de Pedro Afonso

## **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP entende que o cooperativismo é uma ferramenta eficiente e eficaz que oferece oportunidades para que cada ser humano possa mudar a própria vida e em consequência, o cenário econômico e social do mundo.

Falar em cooperativismo é tratar de inclusão social, já que este é, na verdade, seu grande diferencial e porque não dizer vocação. De forma particular, a prática cooperativista desperta o espírito empreendedor e tem capacidade impar de integrar pessoas ao mercado de trabalho e à própria sociedade.

No universo do cooperativismo estão homens e mulheres de todas as idades, raças e credos e, com certeza, as novas gerações, que se unem em grupos de no mínimo 20 pessoas para formar uma cooperativa que, com recursos individuais, constituirão um capital coletivo, que dará condições para o desenvolvimento de suas atividades.

Importante destacar que “cooperativa” é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática e coletiva. Baseia-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação. Tradicionalmente, os cooperados acreditam nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Por tudo isso, com o objetivo de cumprir seu papel social e ajudar a desenvolvimento do país, o SESCOOP/TO além de disseminar a cultura do cooperativismo, da cooperação e apoiar as cooperativas no seu processo de alcance da sustentabilidade, desenvolvem ações específicas para promover a participação cada vez mais ativa dos cooperados nas cooperativas e de forma especial o envolvimento das mulheres, com o intuito de trazer a família para dentro da cooperativa. Dessa forma esperamos ter no futuro, um cooperado mais consciente de seu papel econômico e social no empreendimento cooperativo.

Em 2011, com o intuito de alinhar com o planejamento estratégico do SESCOOP Nacional, o SESCOOP/TO, também construiu seu planejamento estratégico de forma participativa, envolvendo a área estratégica, operacional e tática, ou seja, conselheiros, dirigentes, cooperados, empregados e colaboradores e ainda, representantes de universidade e de órgãos públicos estadual, no intuito de contemplar as reais necessidades do cooperativismo no Tocantins.

## CUMPRINDO A MISSÃO

Força do cooperativismo em 2011:

57 cooperativas, 11.104 associados e 842 empregados.

Promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável...

Atuação em 2011:

2.918 pessoas beneficiadas em ações de formação profissional  
1.291 pessoas beneficiadas em ações de promoção social.  
57 cooperativas monitoradas, totalizando 107 ações de monitoramento.

...por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas...

MISSÃO  
DO  
SESCOOP

...respeitando sua diversidade, contribuindo para sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares.

Programas

- Cooperjovem
- Acompanhamento econômico-financeiro das cooperativas
- Organização do quadro social;
- Academia formação de líderes
- Profissionalização da gestão das cooperativas (MBA)

## SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este primeiro relatório de gestão com enfoque em sustentabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins relata o desempenho e resultados das atividades e ações da instituição no apoio ao cooperativismo. As informações contábeis são relativas ao período compreendido entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011.

O documento apresenta também os princípios e os valores que conduzem a atuação do SESCOOP, bem como suas estratégias e compromissos perante seus diversos públicos de relacionamento.

Todos os dados contidos neste Relatório mantêm as mesmas fontes e métodos de cálculo utilizados na edição imediatamente anterior a este documento (Relatório de Gestão de 2010), disponível ao público no formato eletrônico, no endereço [www.ocbto.coop.br](http://www.ocbto.coop.br). As informações contidas neste relatório são públicas e refletem a realidade do SESCOOP, não sendo passíveis de futuras alterações. As informações para a elaboração deste documento foram prestadas por diversas áreas da instituição, e sua construção foi de forma participativa envolvendo a área estratégica, meio e finalística, sob a coordenação da superintendência.

O público-alvo deste relatório são os principais parceiros identificados pelo SESCOOP: cooperados, empregados de cooperativas, gestores, órgãos de controle, conselhos superiores e a sociedade em geral. Mesmo tendo seus parceiros previamente mapeados, a instituição ainda não dispõe de um processo estruturado de engajamento desses públicos para efeitos de identificação de temas e abordagens para o Balanço Social.

Diretrizes GRI – O SESCOOP adota a terceira (e mais recente) versão das diretrizes previstas pelo *Global Report Initiative (GRI)*<sup>1</sup>, a G3 Conforme a figura a seguir:

**Figura 1 - Global Report Initiative (GRI) – Controle do Relatório/Níveis de Aplicação**



Níveis de Aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3	RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;	Com Verificação Externa	Responder a todos os critérios elencados para o nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17;	Com Verificação Externa	O mesmo exigido para o nível B
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	RESULTADO	Naõ Exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.	Com Verificação Externa	Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.	Com Verificação Externa	Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao indicador ou (b) explicando o motivo da omissão.

\* Suplemento Setorial em sua versão final

<sup>1</sup>Global Report Initiative (GRI) - organização internacional multistakeholder detentora de um modelo de referência mundial para a elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Com base nas informações publicadas e nos indicadores de desempenho consolidados nesta edição, a instituição acredita estar em condições de declarar o presente documento como integrante do nível C da estrutura GRI.

A íntegra deste documento está disponível no portal do SESCOOP na Internet. Caso tenha interesse em obter esclarecimentos adicionais ou apresentar críticas e sugestões, entre em contato com a superintendência do SESCOOP/TO pelo telefone (63) 3215-3291. Se preferir, envie um e-mail para [superintendencia@ocbto.coop.br](mailto:superintendencia@ocbto.coop.br).

Os indicadores GRI utilizados neste relatório, bem como as respostas e a indicação do capítulo nos quais seus conteúdos podem ser encontrados, aparecem descritos nas páginas a seguir. Para melhor identificação, consultar o Anexo XIII “**Índice remissivo de Indicadores GRI (G3)**”.

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

<b>Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual</b>			
<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Trabalho e Emprego - MTE			<b>Código SIORG:</b> 002844
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo –			
<b>Denominação abreviada:</b> SESCOOP/TO			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> Não se aplica	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Serviço Social Autônomo			
<b>Principal Atividade:</b> Formação Profissional, Promoção Social e Monitoramento/Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras			<b>Código CNAE:</b> 85.99.6-99
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(063) 3215 3291	(063) 3215 4115	(063) 8105 0400
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:superintendencia@ocbto.coop.br">superintendencia@ocbto.coop.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ocbto.coop.br">http://www.ocbto.coop.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida JK 110 Norte Lote 11, Centro, 77006-130, Palmas, TO			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 e suas reedições e Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 07.04.1999; Lei 11.524/2007 de 23/11/2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, foi instituído nos termos da Medida Provisória nº 1.715, de 03 de setembro de 1.998, publicada no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 1.998 e suas edições, e do Decreto nº 3.017, de 07 de abril de 1.999, tendo sido instalado efetivamente em 30 de setembro de 1.999, como órgão descentralizado pelo Conselho do SESCOOP Nacional é vinculado ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO. O Regimento Interno foi aprovado em 30/09/1999, e alterado em 12/12/2005 averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas/TO. Protocolizado e digitalizado sob o nº 17.662 – averbado sob nº 006 à margem do Registro 781 – Palmas 12/12/07.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Normas de Controle de bens permanentes, SESCOOP, 04/08/99; Portaria 002/99 – Fixa valores do Fundo fixo e critérios de utilização, SESCOOP, 10/09/99; Autorização para instalação do SESCOOP TO, SESCOOP, 14/09/99; Portaria 04 2000 (Ajuda de custo participante), SESCOOP/TO, 22/08/00; Res. 25/02 – Aquisição e utilização de veículo, SESCOOP/TO, 04/07/02; Portaria 06 2003 (Ajuda de custo Cooperjovem), SESCOOP/TO, 05/12/03; Regimento Conselho Fiscal vigente, SESCOOP/TO, 19/12/05; Critérios Fundecoop (Res. 55/06 SESCOOP Nac.), 27/07/06, Resolução nº 43-2006 e 753/11 - SESCOOP Nacional(Regulamenta Proc. Licitação), 09/02/06 e 26/07/11; Portaria 09 2007 (Concessão de diárias e benef.), SESCOOP/TO, 31/08/07; Regimento Interno do Conselho de Administração, SESCOOP/TO, 30/11/07; Portaria 01 2008 (Km rodado), SESCOOP/TO, 07/02/08; Portaria 06 2008 (pagto diárias), SESCOOP/TO, 01/07/08; Resolução nº 300-08-SESCOOP Nac-Processo Seletivo, 01/10/08; Portaria 12 2008 (Comissão Inv. Pat), SESCOOP/TO, 20/11/08; Portaria 01 2009 (complementar a port. 09 2007 - diárias), SESCOOP/TO, 22/01/09; Ata OCB TO 49 indicação Conselho Adm e Fiscal SESCOOP TO (2009 a 2013), 15/05/2009; Ata SESCOOPTO 62 (26062009) Nomeação Conselhos e superintendente, 26/06/09; Portaria 03 2009 (Ressarcimento despesas), SESCOOP/TO, 26/06/09; Portaria 04 2009 (define valor h aula), SESCOOP/TO; 26/06/09; Portaria 07 2009 (Comissão Seleção de Pessoas), SESCOOP/TO; 13/07/09; Contrato de gestão entre SESCOOP/TO x OCB/TO vigente, SESCOOP/TO; 28/08/09; Portaria 08 2009 (Comissão Permanente de Licitação), SESCOOP/TO; 14/09/09; Portaria 12 2009 (Transposição Orçamentária), SESCOOP/TO, 18/12/09; Portaria 03 2010 (CIPA), SESCOOP/TO, 18/02/10; Portaria 04 2010 (aumento salário e benefícios), SESCOOP/TO, 28/05/10; Portaria 06 2010 (concessão de ajuda de			

custo para Conselheiros em 2011), SESCOOP/TO, 26/11/10; Portaria 01 2011 (Comissão Seleção de Pessoas), SESCOOP/TO, 07/01/11; Portaria 02 2011 (Patrimônio e Inventário), SESCOOP/TO, 14/01/11; Portaria 03 2011 (Processo de Compras), SESCOOP/TO, 18/02/11; Portaria 04 2011 (CIPA), SESCOOP/TO, 31/03/11; Portaria 05 2011 (Comissão Perm. Licitação), SESCOOP/TO, 15/04/11; Portaria 06 2011 (subst. contabilidade), SESCOOP/TO, 31/05/11; Portaria 07 2011 (subst. Depto Financeiro), SESCOOP/TO, 31/05/12; Portaria 08 2011 (subst. assinatura doc. Superint. férias), SESCOOP/TO, 28/06/11; Portaria 09 2011 (Comissão Seleção de Pessoas), SESCOOP/TO, 05/07/11; Res. 043 + 753/11, SESCOOP, 26/07/11; Portaria 10 2011 (Concessão diária), SESCOOP, 19/08/11; Resolução 660/10 – Define critérios de repasse de recursos Fundcoop, SESCOOP, 28/09/11; Portaria 11 2011 (subst. contadora Licença Maternidade e Férias), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 12 2011 (subst. Depto financeiro), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 13 2011 (Comissão Inventário e Patrimônio), SESCOOP/TO, 30/09/11; Portaria 14 2011 (Homologa adoção Res. 753 2011 UN \_ Licitações e Contratos), SESCOOP/TO, 30/09/11; PORTARIA Nº 15/2011(Laudos de Revisão da Vida Útil, Valor Residual e Índícios de Impairment de bens do Ativo Imobilizado e Intangível), SESCOOP/TO, 30/11/11.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
Não se Aplica	Não se Aplica

**Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
Não se Aplica	Não se Aplica

**Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões**

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se Aplica	Não se Aplica

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do SESCOOP/TO foi elaborado em obediência ao modelo padrão da Unidade Nacional, com enfoque na sustentabilidade e com base nas diretrizes GRI, em sintonia com as recomendações e exigências do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa 63/2010 e Decisão Normativa 108/2010) e Controladoria Geral da União, e tem como objetivo priorizar os principais fatos, dados que promovam informações de relevância, além de propiciar maior transparência para a sociedade e para os órgãos fiscalizadores dos resultados das ações desenvolvidas pelo sistema SESCOOP.

O Relatório de Gestão está estruturado em 6 capítulos, divididos da seguinte forma: Capítulo 1 - Perfil Institucional; Capítulo 2 - Governança Corporativa; Capítulo 3 - Cooperando com o Futuro; Capítulo 4 - Gestão de Pessoas; Capítulo 5 - Prestação de Contas; Capítulo 6 - Execução Orçamentária, além das Considerações Finais, os anexos e a legenda de siglas.

Destaca-se também os itens da norma DN TCU nº 108/2010, Anexo II, que não se aplicam à natureza da unidade do SESCOOP em virtude do "Quadro A1 - Relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais e contábeis do Relatório de Gestão", não estar previsto tais itens para os órgãos e entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais, como se aplica no caso do SESCOOP. Deste modo especificamos a seguir:

✓ "Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores"; (item 4 – parte A).

✓ "Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizados respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais -SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art.19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010"; (item 7 – parte A).

✓ "Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008"; (item 13 – parte A).

✓ "Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor dos beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria de Receita Federal do Brasil - SRB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social"; (item 14 – parte A).

✓ Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão; (item 1 – parte B).

✓ Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6); (Item 2 – parte B).

✓ Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).(item 4 – parte B).

Os itens da norma DN TCU nº 108/2010, Anexo II – parte A, que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não houve ocorrências no exercício de 2011, são:

a) Reconhecimento de Passivos Por Insuficiência de Créditos ou Recurso – Até o momento todas as despesas do SESCOOP/TO ocorreram conforme planejadas; (item 3).

b) Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros - A unidade não é gestora de patrimônio imobiliário, classificado como "Bens de Uso Especial", de propriedade da União ou locado de terceiros; (item 11).

c) Informações sobre providências adotadas para atender deliberações do TCU ou em relatório de auditoria do órgão de controle interno – até o momento não recebemos recomendações dos órgãos de controle interno; (item 15).

Com relação à Parte B, da Portaria 108/2010 – Informações Contábeis da Gestão, este SESCOOP/TO adota o previsto no item “3” Demonstrações Contábeis prevista na Lei 6404/76 e suas alterações, evidenciadas no Anexo IX.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção, do trabalho e do consumo, com o foco no atendimento às necessidades comuns dos seus associados e não apenas no lucro, no que se diferencia dos demais empreendimentos.

Segundo dados do Sistema OCB, em 2011, o sistema cooperativista brasileiro contou com cerca de 6.586 cooperativas, 296 mil empregados, mais de 10 milhões de cooperados, e atingiu mais de 6 bilhões de dólares em exportações. Embora sejam sociedades sem fins lucrativos, as cooperativas atuam numa economia de mercado e em concorrência com empresas essencialmente privadas. Apesar das diferenças na propriedade do capital, na destinação dos resultados, e na relação com as comunidades, as cooperativas agem em um ambiente competitivo em que predominam o mercado e as empresas capitalistas e, portanto, devem estar bem preparadas e geridas. Diante disso, o sistema cooperativista depara-se com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno e, ao mesmo tempo, desenvolver-se em conformidade com um mercado altamente competitivo.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), criado em 1998, faz parte do denominado Sistema S. Tem como objetivo integrar o Sistema Cooperativista Nacional e auxiliá-lo a vencer seus desafios. Cabe ao SESCOOP organizar, administrar e executar:

- ✓ O ensino de formação profissional cooperativista para cooperados, empregados de cooperativas e familiares;

- ✓ A promoção social de cooperados, empregados de cooperativas e familiares; e

- ✓ O monitoramento das cooperativas em todo o território nacional.

O grande desafio é apoiar, de modo efetivo, as cooperativas dos 13 (treze) diferentes ramos (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos (das grandes às pequenas) e distribuídas espacialmente por todo o País (nos 26 estados e no Distrito Federal). Com todas essas atribuições e uma abrangência nacional, o SESCOOP atua em um ambiente de elevada complexidade.

No estado do Tocantins desenvolvemos ações alinhadas ao nosso planejamento estratégico, dentre eles destacamos:

- ✓ Objetivo estratégico - *Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil* - para este objetivo destacamos o projeto de Organização do Quadro Social, iniciado em 2010, vigente em 2011, possíveis resultados já alcançados: maior participação dos cooperados nas atividades das cooperativas; regularidade de visitas e reuniões técnicas para tratar de assuntos pertinentes à cooperativa; formalização dos núcleos femininos, sendo 2 em Paraíso do Tocantins e um em Pedro Afonso. Destacamos também a reestruturação do programa Cooperjovem, que a partir de 2011 foi remodelado, visando articulação, execução e consolidação. Hoje todas as ações do programa devem estar articuladas com o planejamento pedagógico da escola, com destaque para o contínuo monitoramento e acompanhamento do Cooperjovem.

- ✓ Objetivo estratégico - *Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional* – Em 2011, realizamos várias ações, principalmente focada por ramos, dentre elas destacamos, para o ramo mineral, o seminário para a Pequena Mineração, no qual participaram representantes de todas as cooperativas do sistema cooperativista no Tocantins e tivemos o apoio e participação de instituições públicas como Ministério das Minas e Energia, DNPM, Banco do Brasil, Governo do Estado. Para o ramo crédito, destacamos os cursos de cobrança e recuperação de crédito, academia de líderes, preparatório para certificação CPA 10, comunicação assertiva e cooperativa de crédito e o sistema financeiro. Para o ramo saúde, desenvolvimento de equipes e coach, entre outros.

- ✓ Objetivo estratégico - *Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas* – nessa linha destacamos o MBA em Gestão de cooperativas, vigência 2011/2012,

desenvolvido em parceria com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), que tem representantes de 11 cooperativas. Realizamos também o encontro estadual de cooperativismo e intercâmbio de cooperativas educacionais.

## **CAPÍTULO 1**

### **1. PERFIL INSTITUCIONAL**

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro, fornecendo-lhe suporte em formação profissional - técnica e gerencial. A entidade atua também na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, bem como no monitoramento/desenvolvimento das cooperativas.

Do ponto de vista formal, o SESCOOP é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o regimento de serviço social autônomo. A Instituição é mantida por recursos de natureza parafiscal. Os valores das contribuições, feitas pelas cooperativas, são definidos a partir de um percentual sobre as folhas de pagamento.

Composto por uma Unidade Nacional e por 27 unidades estaduais é considerado uma entidade "paraestatal", pois desempenha serviços não exclusivos do Estado, em colaboração com ele, recebendo incentivos do poder público. Por essa razão, está sujeito a controle pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas da União.

Em linhas gerais, a Unidade Nacional do SESCOOP é responsável pela normatização de procedimentos e pela definição das linhas de atuação a serem adotadas pelas unidades estaduais. Estas, por sua vez, devem seguir essas diretrizes sem, contudo, deixar de atender às demandas específicas de sua região.

#### **1.1. Constituição e natureza da entidade**

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi oficializada pela Medida Provisória 1.715, de 3 de setembro de 1998. O Decreto 3.017, de 06 de abril do ano seguinte, complementou a medida provisória, instituindo regulamentos e dispositivos que disciplinam a atuação do SESCOOP.

No Tocantins, o SESCOOP, foi implantado em 30 de setembro de 1999, com aprovação do regimento interno. Como órgão descentralizado pelo Conselho do SESCOOP Nacional é vinculado ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO. Seu Regimento Interno foi alterado posteriormente em 12/12/2005, averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas/TO. Protocolizado e digitalizado sob o nº 17.662 – averbado sob nº 006 à margem do Registro 781 – Palmas 12/12/07.

#### **1.2. Responsabilidade Institucional**

Os alvos da atuação do SESCOOP são as cooperativas, seus associados e empregados, bem como os respectivos familiares. O trabalho da entidade organiza-se a partir de quatro áreas de atuação. São elas:

- Formação/capacitação profissional;
- Promoção social;
- Monitoramento e desenvolvimento de cooperativas e
- Gestão do sistema.

As ações do SESCOOP para fortalecimento das cooperativas englobam capacitação, valorização e melhor aproveitamento dos cooperados e empregados. Desse modo, a entidade busca alçá-los a patamares mais elevados de inovação e excelência, favorecendo a competitividade dos produtos e serviços.

Obedecendo a essa legislação, o SESCOOP/TO instituiu seu regimento interno, com os seguintes objetivos institucionais:

- I. Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de Cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das Cooperativas beneficiárias do estado do Tocantins;
- II. Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em Cooperativas, conforme aprovado em Assembleia Geral da OCB TOCANTINS;
- III. Assistir às sociedades Cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização da aprendizagem metódica e contínua;
- IV. Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e à promoção social do empregado de cooperativa, dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- V. Exercer a coordenação, a supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em Cooperativas, para empregados, cooperados e seus familiares;
- VI. Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas;
- VII. Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativista como forma de desenvolvimento integral das pessoas;
- VIII. Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades Cooperativas e de seus integrantes.

### 1.3. Missão e visão

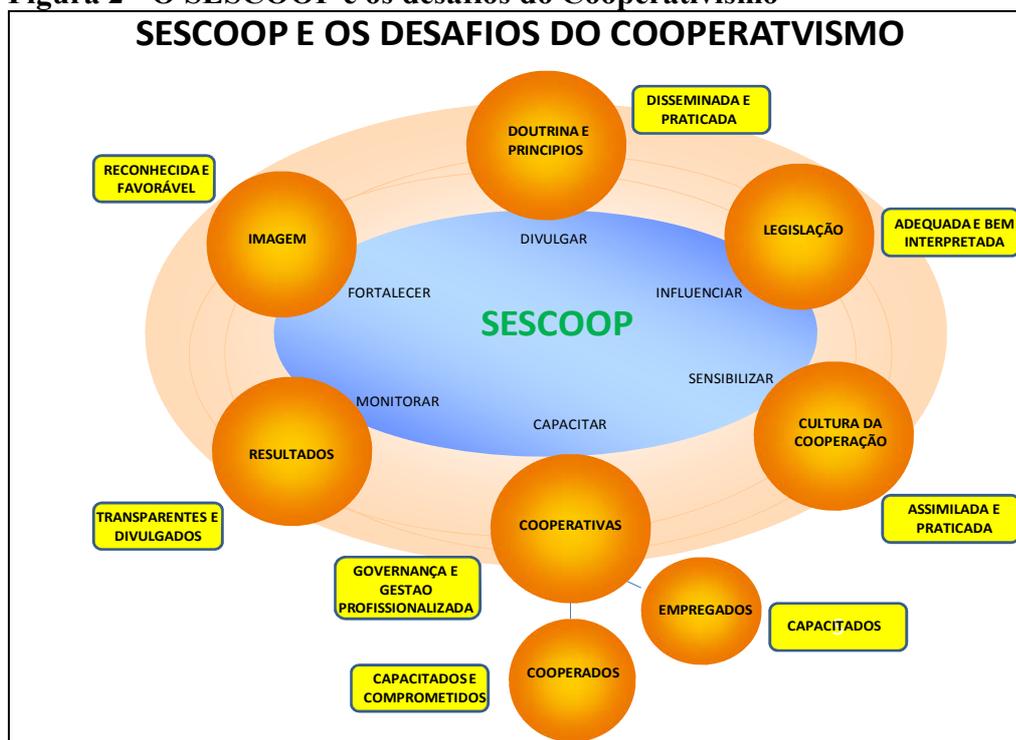
A função e a razão de ser do SESCOOP estão contempladas em sua missão: *"promover o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável, por meio da formação profissional, da promoção social e do monitoramento das cooperativas, respeitando a sua diversidade, contribuindo para a sua competitividade e melhorando a qualidade de vida dos cooperados, empregados e familiares"*.

O escopo de sua atuação busca o desenvolvimento sustentado do cooperativismo, de forma a produzir a melhoria dos resultados obtidos pelas cooperativas e o fortalecimento de seu papel econômico e social. A visão estratégica do SESCOOP/ TO é *"Ser reconhecido por sua excelência em formação profissional cooperativista, como promotor da sustentabilidade e da autogestão das cooperativas e como indutor da melhoria da qualidade de vida e bem-estar social de cooperados, empregados e familiares"*.

No cumprimento da sua missão o SESCOOP/TO atua visando criar condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo e propiciar a superação dos desafios encontrados pelas entidades cooperativistas em seus ambientes de atuação.

- 1- **Doutrina e Princípios:** realiza ações no sentido de tornar a doutrina e princípios do cooperativismo conhecidos e praticados;
- 2- **Legislação:** atua em parceria com entidades, principalmente OCB, buscando tornar a legislação, sua interpretação e aplicação pelos órgãos julgadores e fiscalizadores, adequada aos preceitos cooperativistas;
- 3- **Cultura da cooperação:** realiza atividades visando sensibilizar a sociedade sobre a importância da cultura da cooperação, como forma de propiciar desenvolvimento econômico e social;
- 4- **Cooperativas:** propicia condições para a implantação de governança e gestão profissionalizadas das cooperativas, possibilitando atuação em ambientes competitivos, por intermédio da capacitação dos dirigentes, cooperados e empregados. Assim, trabalha no sentido da sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos.
- 5- **Resultados:** realiza ações de monitoramento do desempenho das cooperativas, propondo as medidas adequadas à obtenção de resultados econômicos e sociais positivos. Cuida, em parceria com a OCB, da transparência e divulgação dos resultados do sistema cooperativista.
- 6- **Imagem:** atua, em parceria com a OCB, no sentido de divulgar, zelar e fortalecer a imagem do cooperativismo junto à sociedade.

**Figura 2 - O SESCOOP e os desafios do Cooperativismo**



Fonte: Planejamento Estratégico SESCOOP

O SESCOOP/TO tem buscado alinhar suas ações ao planejamento estratégico e ao mesmo tempo repassar as cooperativas da necessidade de se pensar num projeto de formação continuada a médio e longo prazo. Nosso maior desafio em 2011 foi atender as ações demandadas pelas cooperativas definidas por elas como urgentes e ao mesmo tempo capacitá-los para que num futuro próximo possamos priorizar e focar nosso atendimento para os programas, projetos e ações que são importantes e que possa se traduzir em resultado principalmente para o cooperado e por extensão a cooperativa.

#### 1.4. Fonte de Recursos

A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição social em percentual de 2,5%, incidente sobre as folhas de pagamento das cooperativas.

A distribuição orçamentária da contribuição social está prevista em Regimento Interno e obedece a seguinte diretriz:

- 10% (dez por cento) são destinados ao custeio e à aplicação na Unidade Nacional do SESCOOP;
- 2% (dois por cento) do orçamento são enviados à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a título de taxa de administração pela utilização de sua estrutura institucional, de representação, de informação e de logística disponível no Sistema OCB/OCEs.
- 20% (vinte por cento) irão compor o Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (FUNDECOOP), administrado pela Unidade Nacional, conforme resolução do Conselho Nacional do SESCOOP.
- 68% (sessenta e oito por cento) são aplicados diretamente pelas unidades estaduais ou regionais, nas atividades relativas aos objetivos fins, despesas de caráter geral e

investimentos necessários para atingir seus objetivos, conforme normas definidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

**Quadro 1 - Evolução das receitas realizadas 2009/2011**

<b>Receita</b>	<b>2009 (R\$)</b>	<b>2010</b>	<b>2010/2009(%)</b>	<b>2011(R\$)</b>	<b>2011/2010(%)</b>
<b>Contribuições</b>	260.030,71	252.719,75	-2,81	259.493,44	2,68
<b>Financeiras</b>	25,90	19,74	-23,78	1.622,64	81,20
<b>Outras Receitas</b>	24.972,57	28.364,59	13,58	48.198,69	69,92
<b>Receitas de Transferências</b>	612.060,21	829.562,06	35,53	737.611,14	-11,08
<b>TOTAL</b>	897.089,39	1.110.666,14	23,80	1.046.925,91	-5,73

Fonte: Relsin\_4

As receitas do SESCOOP/TO apresentaram pouca variação de 2010/2011, exceto na receita financeira, que equivalem a descontos obtidos e recuperação de despesas decorrentes da baixa de provisões trabalhistas. Em outras receitas, essas equivalem à alienação e aos juros de título de renda que foi proveniente da venda de veículo. No que se referem às Receitas de Transferências, estas ocorreram devido à licitação não executada e ainda, por algumas ações que foram reprogramadas para 2012. Esses valores e percentuais de receitas de certo modo refletem coincidentemente com os números relacionados às nossas cooperativas, principalmente em relação ao número de empregados terem tido variação negativa no mesmo período em 6,5%.

## CAPÍTULO 2

### 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de gestão do SESCOOP obedece às melhores práticas de governança corporativa, respeitando os quatro princípios básicos desse modelo de administração:

a) **Transparência** – não só em relação aos dados contábeis, mas a todos os assuntos que possam gerar conflitos de interesses internos ou externos.

b) **Equidade** - igualdade de tratamento a todos os grupos sejam eles conselheiros, governo, cooperados, empregados etc.

c) **Prestação de contas** – os gestores do SESCOOP prestam contas à sociedade, ao sistema cooperativista e ao governo sobre todos os atos praticados no exercício de seu mandato.

d) **Responsabilidade** – conjunto de ações que garantam a sustentabilidade do negócio, o desenvolvimento da comunidade e a preservação do meio ambiente.

A entidade é administrada de forma colegiada e conta com a seguinte estrutura: um Conselho Nacional, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva, composta por um presidente e um superintendente.

A Presidência da entidade é cargo privativo do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Esse modelo de gestão é reproduzido nas unidades estaduais, onde as atividades são definidas e fiscalizadas pelos respectivos conselhos deliberativos e fiscais, em consonância com as diretrizes nacionais da instituição.

Entenda, a seguir, o papel de cada um desses órgãos:

O Conselho Nacional do SESCOOP exerce a direção superior e normatiza as atividades, principalmente quanto ao planejamento, às diretrizes, a organização, a coordenação, ao controle e avaliação. Sua estrutura é de um colegiado, presidido pelo presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, composto por membros indicados por cinco ministérios, quatro representantes da OCB e um membro representando os trabalhadores em sociedades cooperativas.

São órgãos de deliberação, fiscalização, execução do SESCOOP/TO: o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Presidência e Superintendência.

Cabe ao Conselho de Administração, de acordo com o Artigo 14º do Regimento Interno do SESCOOP/TO, difundir e implementar as políticas, diretrizes, programas, projetos e normativos, em observância das deliberações e decisões do Conselho Nacional, contribuindo para que as atribuições e os objetivos do SESCOOP Nacional sejam alcançados em sua área de atuação. O Conselho de Administração é o órgão máximo no âmbito da administração estadual, com mandato de 4 (quatro) anos. O presidente da OCB/TO é seu presidente nato, compondo com ele quatro conselheiros efetivos e igual número de suplentes, sendo, dois oriundos de cooperativas contribuintes, um representando os trabalhadores em cooperativas e um representante do Conselho Nacional. Em 2011 foram realizadas, seis reuniões ordinárias, tendo sido deliberado os assuntos descritos nas atas constantes em livro próprio, destacando: aprovação e reformulações orçamentárias, autorização de convênio, acordo coletivo, Plano de Trabalho 2012, homologação de processos e portarias.

Ao Conselho Fiscal composto por três membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos, compete acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão; examinar e emitir pareceres sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras; solicitar ao Conselho de Administração Estadual a contratação de assessoria de auditores ou peritos, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções; elaborar o seu Regulamento de Funcionamento, compatível com o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Unidade Nacional do SESCOOP; indicar entre seus pares um Presidente e um Secretário para coordenar e relatar as atividades; dar conhecimento dos seus

relatórios à Diretoria Executiva do SESCOOP/TO, e se for o caso, ao Conselho de Administração. Em 2011 foram realizadas 6 reuniões ordinárias.

A Diretoria Executiva é o órgão gestor e de Administração do SESCOOP/TO, consoante às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional e Administrativo Estadual. É composta pelo Presidente do Conselho de Administração Estadual e pelo Superintendente. Os atos de representação ativa e passiva do SESCOOP/TO, em juízo ou fora dele, tais como contratos, quitações, transações, desistências, compromissos, acordos e outros que envolvam qualquer tipo de obrigação, responsabilidade ou exoneração, serão firmados pelo Presidente. Nos órgãos administrativos e operacionais, os documentos representativos de obrigações ordinárias, assim definidas pelo Conselho Estadual, serão assinados pela diretoria executiva. A Diretoria Executiva é dirigida e coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração Estadual e, operacionalizada pelo Superintendente. A estrutura básica da equipe técnica do SESCOOP/TO, bem como a competência de seus órgãos, é aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta do Presidente, conforme figura 1.

Compete ao Presidente do Conselho de Administração Estadual executar a política de atuação do SESCOOP/TO, respondendo perante o Tribunal de Contas da União pelos atos da sua gestão; representar a Administração Estadual em juízo ou fora dele e constituir procuradores; convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; editar e promover o cumprimento das portarias, resoluções e deliberações do Conselho Nacional; aprovar regulamentos internos e suas alterações, definindo as atribuições, a organização e a competência dos setores administrativos e operacionais; assinar os convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos jurídicos; assinar os cheques e os documentos de abertura e movimentação de contas bancárias em conjunto com o Superintendente ou com funcionário especialmente designado, por intermédio de instrumento de procuração que estabeleça os limites dos poderes conferidos e a vigência da procuração, cujo período não excederá o mandato em exercício; indicar, nomear e contratar o Superintendente e estabelecer sua remuneração, mediante aprovação do Conselho de Administração Estadual; cumprir a legislação pertinente nos procedimentos licitatórios; dar posse aos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal; nomear os assessores e gerentes dos órgãos internos do SESCOOP/TO, por proposta do Superintendente; avocar à sua análise de julgamento ou decisão quaisquer questões em assuntos que não sejam da competência do Conselho de Administração Estadual ou que não tenham sido por este avocado; encaminhar ao Conselho Administrativo, as propostas de Planos de Trabalho, dos orçamentos anuais e plurianuais e balanço patrimonial, demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual de atividades.

Ao Superintendente, nomeado e contratado pelo Presidente, após aprovação do Conselho de Administração, compete organizar, administrar e executar no âmbito do Estado do Tocantins, o ensino de formação profissional e de gestão cooperativista, o desenvolvimento e a promoção social dos empregados em cooperativas, dos cooperados e seus familiares e de colaboradores; organizar o cadastro, o monitoramento, o controle, a consultoria, a auditoria e a supervisão em cooperativas; exercer a coordenação, a supervisão e a fiscalização da execução dos programas e dos projetos de formação profissional, de gestão cooperativista e de promoção social no Estado; articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas estabelecendo instrumentos de cooperação; encaminhar ao Presidente do Conselho Administrativo relatórios trimestrais e anuais, com base no plano de trabalho; dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Administração do SESCOOP/TO, praticando os atos pertinentes de sua gestão; assinar, juntamente com Presidente do Conselho de Administração, ou seus procuradores devidamente constituídos, cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias; cumprir e fazer cumprir as normas em vigor da Administração do SESCOOP/TO, do Conselho Administrativo Estadual e do seu Presidente; praticar os atos de admissão, gestão e demissão dos empregados, sob a supervisão do Presidente do Conselho Administrativo Estadual; encaminhar ao Presidente do Conselho Administrativo Estadual, as propostas de planos de trabalho, dos orçamentos anuais e plurianuais e balanços e demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal Estadual e o relatório anual de atividades;

secretariar as reuniões do Conselho Administrativo Estadual; elaborar e submeter ao Presidente do Conselho Administrativo Estadual os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência; expedir instruções de serviço visando o cumprimento eficiente dos objetivos do SESCOOP e das normas editadas pelo Conselho Administrativo Estadual; difundir metodologias para a formação profissional e para a promoção social dos empregados e cooperados nas sociedades cooperativas, bem como de seus familiares e colaboradores.

## **2.1. Objetivos Estratégicos**

O Planejamento Estratégico do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi aprovado pelo Conselho Nacional em agosto de 2010 e apresenta como desafio impulsionar a atuação do SESCOOP em prol do desenvolvimento das cooperativas brasileiras, dando maior visibilidade aos resultados gerados em favor do público-alvo.

Por ser um plano corporativo, as macroestratégias nele definidas representam um esforço conjunto entre as unidades estaduais e a unidade nacional para a concretização de resultados.

No Tocantins, nosso planejamento foi construído de forma participativa com o apoio dos conselheiros administrativos e fiscais, dirigentes e empregados de cooperativas, representantes de instituições parceiras e empregados e colaboradores do SESCOOP/TO.

Dos objetivos Estratégicos do Plano SESCOOP 2010-2013, ressaltamos que foram definidos como prioritários para o SESCOOP/TO, principalmente os objetivos de 1 a 9, para os quais realizamos alguma ação em 2011, destacando os objetivos estratégicos 1, 3 e 4, conforme descrito no Sumário Executivo. Em relação, aos objetivos estratégicos de administração e apoio, vários projetos e ações estão programados a partir de 2012, com destaque para o projeto gestão de pessoas por competência; sinergia e integração de ações pelo SESCOOP; utilização da tecnologia de informação e comunicação e, transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados.

### **2.1.1. Objetivos Estratégicos Finalísticos**

**Objetivo Estratégico 1** – Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil.

O desenvolvimento sustentável do cooperativismo somente será possível se apoiado em sólidos pilares, representados aqui pela doutrina, pelos princípios e valores do cooperativismo. É preciso garantir que todos os cooperativistas os conheçam e os pratiquem, desde o momento da criação da cooperativa.

Não basta, porém, uma ação no âmbito do sistema cooperativista. O adequado suporte ao cooperativismo requer maior aproximação com a sociedade. Muitas vezes, a população não sabe distinguir o cooperativismo dos demais tipos societários, o que acaba retirando vantagens e igualando as cooperativas às demais formas de produção, notadamente às empresas. Desse modo, faz-se importante a difusão da doutrina, dos princípios e dos valores do cooperativismo em todo o Brasil como elementos integradores de uma organização social competitiva, mas que produz frutos sociais aos seus associados e demais atores relacionados.

**Objetivo Estratégico 2** – Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada às suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade.

Em um ambiente de cada vez maior competitividade, a eficiência da gestão é instrumento central para a sustentabilidade das organizações. A formação em gestão cooperativista se volta para a preparação em governança e em gestão profissional das cooperativas e para a formação de lideranças cooperativistas. Difere das abordagens empresariais à medida que se alinha à doutrina, aos princípios e valores do cooperativismo. Nessa área, o desafio do SESCOOP é ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista e garantir o alinhamento das ofertas às suas reais necessidades.

**Objetivo Estratégico 3** – Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional.

Além da formação em gestão cooperativista, as cooperativas necessitam de cooperados e empregados em outras áreas administrativas e em suas áreas de atuação específicas.

Tendo em vista a grande diversidade de ramos de negócio no sistema cooperativista, dispersos em todo o País, não é possível nem adequado que o SESCOOP desenvolva programas de formação profissional para todas as necessidades de todas as cooperativas. O SESCOOP focará seus esforços na identificação das diversas demandas, formação de parcerias e viabilização de soluções de formação profissional para as cooperativas.

**Objetivo Estratégico 4** – Promover a adoção de boas práticas de governança e gestão nas cooperativas.

Um dos princípios do cooperativismo é a gestão democrática. As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e nas tomadas de decisão. Como a cooperativa é uma entidade que agrega no mínimo 20 associados, tendo cada um o mesmo poder de voto nas decisões estratégicas, uma boa governança é fundamental para sua sustentabilidade e seu crescimento. Além disso, organizações com modelos mais complexos de governança tendem a refletir essa complexidade também em sua gestão.

O SESCOOP irá contribuir para a governança e a gestão das cooperativas, por meio da disseminação de conhecimento sobre o tema, da identificação, disseminação e incentivo à adoção de boas práticas, tudo atrelado à doutrina, aos princípios e aos valores do cooperativismo.

**Objetivo Estratégico 5** – Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.

O cooperativismo constitui-se em uma excelente opção para empreender negócios, gerar e distribuir riqueza e apoiar o desenvolvimento da sociedade. Contudo, para que ele consiga alcançar esses resultados, é fundamental que as cooperativas sejam sustentáveis, bem gerenciadas e competitivas.

As cooperativas precisam desenvolver sua governança e suas competências técnicas, além de incorporar métodos, instrumentos e boas práticas de gestão. Devem se pautar em metas de desempenho e resultados.

Como forma de aumentar as chances de sucesso, é importante que as cooperativas contem com mecanismos de monitoramento externo que as auxiliem na identificação de pontos de melhoria, oportunidades e boas práticas em gestão e governança.

Sendo assim, o SESCOOP deve desenvolver um modelo de monitoramento que analise as cooperativas e forneça informações sobre boas práticas e padrões de qualidade em gestão e governança, contribuindo de maneira pró-ativa para a minimização de riscos, a profissionalização da gestão e a sustentabilidade das cooperativas.

**Objetivo Estratégico 6** – Incentivar as cooperativas na promoção da segurança no trabalho.

Para reduzir os riscos de acidentes, as cooperativas precisam concentrar esforços na promoção de ações e medidas de segurança no trabalho cooperativista, seja ele realizado dentro ou fora das cooperativas e por cooperados ou empregados das cooperativas. Mais do que apenas cumprir a legislação, cooperativas que adotam práticas de segurança no trabalho reduzem gastos com acidentes e assistência à saúde, melhoram a relação com empregados e fortalecem a imagem perante o público.

A atuação do SESCOOP nesse âmbito se propõe a desenvolver programas e competências para a disseminação de informações e conceitos de segurança no trabalho e para apoio e incentivos à prevenção de acidentes e à melhoria das condições de trabalho.

**Objetivo Estratégico 7** – Promover um estilo de vida saudável entre cooperados, empregados e familiares.

A promoção social tem por finalidade desenvolver ações que favoreçam um estilo de vida saudável e possibilitem o alcance da melhoria da qualidade de vida dos empregados de cooperativas, associados e seus familiares.

A atuação do SESCOOP se dará por meio da articulação de parcerias para campanhas e do desenvolvimento de programas orientados para apoiar as cooperativas na promoção da saúde dos cooperados, empregados e familiares.

**Objetivo Estratégico 8** – Intensificar a adoção da responsabilidade socioambiental na gestão das cooperativas brasileiras.

Com a preocupação cada vez maior da sociedade com o impacto das organizações nas questões sociais e do meio ambiente, é fundamental que o cooperativismo desempenhe ações para mitigar seus efeitos negativos, promovendo a responsabilidade socioambiental das cooperativas.

Por isso, o SESCOOP atuará com foco não só na melhoria do desempenho interno das cooperativas, mas também na adoção por estas de conceitos e boas práticas de responsabilidade socioambiental. Essa atuação é convergente com o princípio cooperativista do interesse pela comunidade, que orienta o trabalho das cooperativas também para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros.

### **2.1.2. Objetivos Estratégicos de Administração e Apoio**

**Objetivo Estratégico 9** – Intensificar o desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia do SESCOOP.

O SESCOOP possui um quadro de funcionários qualificado. No entanto, para que os objetivos finalísticos estabelecidos sejam alcançados, o SESCOOP precisa desenvolver competências aderentes aos novos desafios propostos. A ampliação das competências deverá ser viabilizada também pela ampliação quantitativa das redes de colaboradores, internos e externos, visando ao aumento da capacidade de realização orientada para resultados para o público-alvo.

Deve ainda aprimorar seu sistema de gestão de pessoas, com o aperfeiçoamento dos processos de seleção, desenvolvimento e avaliação do corpo funcional, além de promover a integração de seus funcionários, visando valorizar e elevar o desempenho profissional de seus quadros.

**Objetivo Estratégico 10** – Desenvolver e implementar a gestão do conhecimento no SESCOOP.

O aumento da eficiência, da inovação e da capacidade de gerar resultados abrange uma gestão do conhecimento. Gerir conhecimento requer processos bem definidos e eficazes de identificação, seleção, armazenamento e disponibilização de dados, informações e boas práticas. Essas práticas são ainda mais necessárias em organizações com elevado grau de descentralização das ações e atuação distribuída por regiões e setores com elevada heterogeneidade.

Com o objetivo de gerir os ativos de conhecimento da organização, melhorar a fluidez de informações e de promover inovações e boas práticas no Sistema, o SESCOOP precisa desenvolver um modelo de gestão do conhecimento, com processos e ferramentas adequados, em que participem parceiros internos e externos à instituição.

**Objetivo Estratégico 11** – Gerar sinergias e integração do Sistema SESCOOP.

Um sistema não é de fato um sistema se suas partes seguem em direções distintas e de maneira descoordenada. Por isso, as diversas unidades e áreas do SESCOOP devem estar alinhadas em seus objetivos e ações. É preciso que haja integração e busca de sinergia no Sistema SESCOOP.

Mantendo a autonomia das partes, trata-se de garantir a integração no sentido estratégico e o alinhamento de grandes iniciativas e das estratégias de comunicação, para dentro e para fora do Sistema.

**Objetivo Estratégico 12** – Assegurar adequada utilização da tecnologia de informação e comunicação.

O fluxo crescente de informações, as demandas por informações e a velocidade cada vez maior dos processos de tomada de decisão ampliaram radicalmente a relevância das tecnologias de informação e comunicação. A tecnologia de informação e comunicação passou a ser elemento estratégico para o bom desempenho de qualquer organização nos dias atuais. Ela deve ser orientada para o alinhamento e integração do Sistema, assim como para o melhor atendimento do público-alvo.

Caberá ao SESCOOP estabelecer e garantir padrões mínimos de tecnologia de informação e comunicação, com processos e sistemas bem definidos, integrados e que permitam a boa atuação finalística do Sistema.

**Objetivo Estratégico 13** – Assegurar qualidade e transparência na divulgação das ações e na comunicação dos resultados.

## **2.2. Estrutura Organizacional**

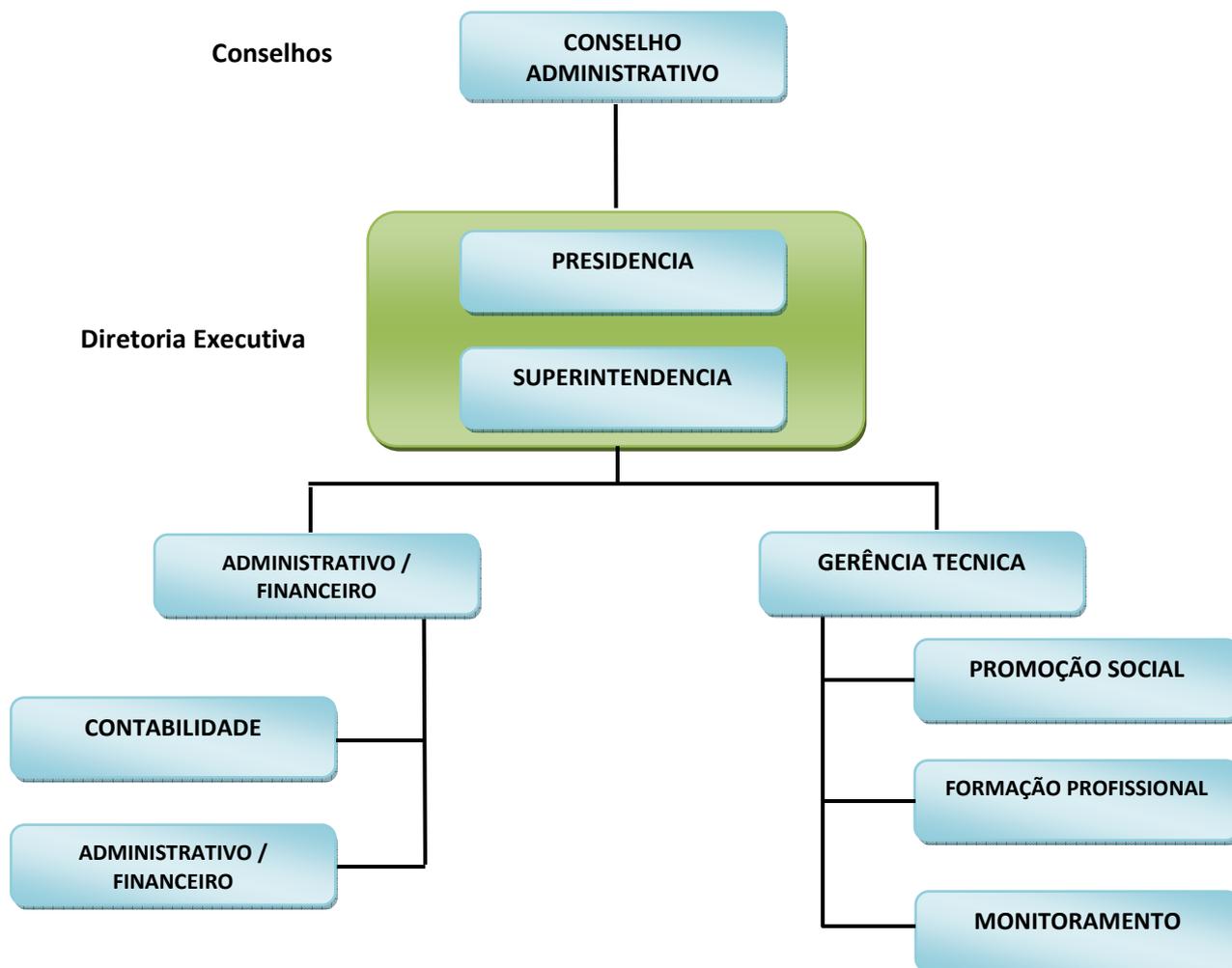
A organização administrativa do SESCOOP/TO é estabelecida em consonância com suas finalidades objetivando criar condições para o desempenho integrado e sistemático da seguinte estrutura básica:

- I. Órgão de Direção - Conselho de Administração;
- II. Órgão de Fiscalização e Controle - Conselho Fiscal;
- III. Órgão Executivo - Diretoria Executiva: Presidência e Superintendência;
- IV. Órgão Operacional - Gerência Técnica e Departamento Administrativo Financeiro

O SESCOOP/TO não dispõe de plano de cargos, carreiras e salários implantados. A admissão de novos empregados é realizada através de processo seletivo obedecendo a Norma de Pessoal 300/2008. O regime jurídico dos empregados é o da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar. O SESCOOP/TO observa as normas gerais de tutela do trabalho, previstas na CLT e outras específicas constantes da Norma de Pessoal, expedida pelo Conselho Nacional do SESCOOP, acerca dos procedimentos para admissão de seus empregados, zelando pelos aspectos éticos das contratações, do contrato de trabalho e de suas obrigações.

Apresentamos o organograma do SESCOOP/TO, através da figura a seguir.

**Figura 3 - Organograma do SESCOOP/TO**



Abaixo segue a descrição dos papéis/responsabilidades por área, conforme organograma acima:

**Conselhos:** Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração têm os mesmos deveres dos Administradores e respondem pelos danos resultantes da omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com dolo ou culpa, ou com violação da lei e do Regimento Interno do SESCOOP/TO.

**Conselho Administrativo** - Órgão máximo da administração do SESCOOP/ TO, é composto por 05 (cinco) Conselheiros e seus respectivos suplentes, assim constituídos: Pelo Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO; 02 (dois) representantes de cooperativas contribuintes do SESCOOP/TO; 01 (um) representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas; IV. 01 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que realizam seis reuniões ordinárias por ano, devendo realizar reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade. Tem a competência de:

I. Fixar a política de atuação e estabelecer as normas operacionais do SESCOOP TOCANTINS, bem como, estabelecer as diretrizes gerais a serem adotadas;

- II. Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho, os orçamentos e as reformulações que se fizerem necessárias, encaminhando-os à Unidade Nacional do SESCOOP para consolidação;
- III. Aprovar os balanços, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual das atividades e encaminhá-los ao Conselho Nacional para aprovação;
- IV. Aprovar quando houver o plano de cargos, salários e benefícios, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente à contratação dos empregados do quadro efetivo do SESCOOP TOCANTINS.
- V. Decidir, com base em parecer interno, a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens imóveis;
- VI. Autorizar a assinatura de convênios, contratos e ajustes ou outros instrumentos jurídicos, exigindo-se para a assinatura de convênios internacionais a autorização do Conselho Nacional do SESCOOP;
- VII. Fixar outras competências ao Presidente do Conselho de Administração, além das estabelecidas no artigo 23 deste Regimento Interno;
- VIII. Aplicar penalidade disciplinar a seus membros, inclusive de suspensão ou de cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;
- IX. Fixar o valor da cédula de presença e ajuda de custo, quando for o caso, para os seus membros e também do Conselho Fiscal;
- X. Fixar a verba de representação do Presidente do Conselho de Administração;
- XI. Dar posse aos conselheiros fiscais, formalmente indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO;
- XII. Estabelecer limite máximo de remuneração do Superintendente;
- XIII. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações, no qual deverá constar a estrutura organizacional e as principais funções;
- XIV. Solucionar casos omissos no Regimento Interno do SESCOOP/TO;
- XVI. Fazer cumprir as normas de licitação aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexistência.
- XVII. Fazer cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

**Conselho Fiscal** – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO, que realizam 6 reuniões ordinárias por ano, devendo realizar reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão;
- II. Examinar e emitir pareceres sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras;
- III. Solicitar ao Conselho de Administração a contratação de assessoria de auditores ou peritos, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;
- IV. Elaborar o seu Regulamento de Funcionamento, compatível com o Regimento Interno do Conselho Nacional;
- V. Indicar entre seus pares um Coordenador e um Secretário para coordenar e relatar as atividades;
- VI. Dar conhecimento dos seus relatórios à Diretoria Executiva do SESCOOP/TO e, se for o caso, ao Conselho de Administração.

**Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva é o órgão gestor e de administração central do SESCOOP/TO, consoante diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. É dirigida, coordenada e supervisionada pelo Presidente do Conselho de Administração e exercida pelo

Superintendente, por ele indicado e nomeado após aprovação do Conselho de Administração. Compete à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do SESCOOP/TO e as deliberações do Conselho de Administração.

**Presidente** – Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO; Tem as seguintes competências:

I. Executar a política de atuação do SESCOOP/TO, emanada do Conselho Nacional, respondendo perante o Tribunal de Contas da União pelos atos da sua gestão;

II. Representar a Administração em juízo ou fora dele e constituir procuradores;

III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

IV. Assinar os convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos jurídicos;

V. Assinar os cheques e os documentos de abertura e movimentação de contas bancárias em conjunto com o Superintendente ou com funcionário especialmente designado, por intermédio de instrumento particular de procuração que estabeleça os limites dos poderes conferidos e a vigência da procuração, cujo período não deverá exceder o mandato em exercício;

VI. Indicar e nomear o Superintendente e estabelecer sua remuneração, mediante aprovação do Conselho de Administração;

VII. Cumprir as normas de licitações aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexigibilidade.

VIII. Dar posse aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fazendo registro do ato na ata da reunião;

IX. Nomear os assessores e gerentes dos órgãos internos da administração, por proposta do Superintendente;

X. Fixar outras competências e atribuições ao Superintendente, além das estabelecidas no artigo art. 26 deste Regimento;

XI. Avocar à sua análise de julgamento ou decisão quaisquer questões em assuntos que não sejam da competência do Conselho de Administração ou que não tenham sido por este avocados.

XII. Cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP;

XIII. Editar e promover o cumprimento das portarias, resoluções e deliberações do Conselho Administrativo Estadual; aprovar regulamentos internos e suas alterações, definindo a atribuição, organização e competência dos setores administrativos e operacionais, observando as normas e deliberações expedidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

**Superintendente** – O Superintendente é indicado e nomeado pelo Presidente após aprovação do Conselho de Administração. Compete ao Superintendente:

I. Organizar o cadastro, o monitoramento, o controle, a consultoria, a auditoria e a supervisão em cooperativas;

II. Exercer a coordenação, a supervisão e a fiscalização da execução dos programas e dos projetos de formação profissional, de gestão cooperativista e de promoção social no Estado;

III. Articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas estabelecendo instrumentos de cooperação;

IV. Encaminhar ao Conselho de Administração relatórios trimestrais e anuais, com base no plano de trabalho;

V. Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da administração, praticando os atos pertinentes de sua gestão, por meio da expedição de ordem de serviço;

VI. Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração, ou seus procuradores devidamente constituídos, cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias;

VII. Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor da administração, do Conselho de Administração e do seu Presidente;

VIII. Praticar os atos de admissão, gestão e demissão dos empregados, sob a supervisão do Presidente do Conselho de Administração;

IX. Encaminhar ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente, as propostas de planos de trabalho, os planos anuais e plurianuais, o planejamento estratégico contendo os objetivos, as ações e as datas de execução, os balanços e demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual de atividades, cujas peças deverão ser apreciadas e aprovadas até o final do primeiro trimestre do ano subsequente ao da prestação de contas, ou conforme determinar a lei;

X. Secretariar as reuniões do Conselho de Administração;

XI. Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho de Administração os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência;

XII. Expedir instruções de serviço visando o cumprimento eficiente dos objetivos do SESCOOP/TO e das normas editadas pelo Conselho de Administração;

XIII. Difundir metodologias para a formação profissional e para a promoção social dos empregados e cooperados nas sociedades cooperativas.

**Administrativo Financeiro:** Abrange a área de contabilidade e do financeiro. Seu papel principal é zelar pelo cumprimento das normas e portarias adotadas e/ou editadas pelos dirigentes do SESCOOP/TO.

Compete a área de Contabilidade:

I. Realizar os registros contábeis, referentes aos lançamentos financeiros, provisões de folha e depreciações;

II. Assinar as peças Contábeis do SESCOOP/TO, responsabilizando-se pelas informações contidas nos mesmos;

III. Atuar como consultor das Cooperativas registradas, nos assuntos relacionados ao setor contábil;

IV. Atender aos auditores, fornecendo informações e disponibilizando os dados para conferência;

V. Auxiliar a Superintendência na coordenação de desligamento dos empregados, garantindo o cumprimento dos aspectos normativos de caráter legal e institucional;

VI. Fornecer informações sobre aspectos legais para contratação de serviços de terceiros, bem como a incidência de retenção de tributos;

VII. Auxiliar e Disponibilizar todos os dados e informações para a elaboração do Relatório Quadrimestral e Anual de Atividades do Sistema (Prestação de Contas), bem como a prestação de contas de convênios;

VIII. Avaliar o desempenho dos processos envolvidos na gestão financeira com relação a metas e indicadores previamente estabelecidos;

IX. Elaborar os demonstrativos de final de mês e apresentá-los para os conselhos de administração e fiscal;

X. Efetuar os registros da previsão das receitas e despesas no sistema orçamentário, atendendo aos normativos e instruções para a elaboração do processo orçamentário;

XI. Efetuar o controle orçamentário dos dispêndios previstos e realizados, analisando as inconsistências e informando os resultados à superintendente;

Compete a área do Financeiro:

I. Formalizar os processos de compras, atendendo aos normativos do SESCOOP/TO;

II. Gerenciar o recebimento e conferência das notas fiscais, a verificação da regularidade fiscal, a formalização do processo de pagamentos;

III. Gerenciar e realizar pagamentos;

IV. Controle de contas a pagar, contas a receber e conciliação bancária;

- V. Prestação de contas do movimento mensal para a contabilidade;
- VI. Fechamento da folha de pagamento;
- VII. Auxílio na apuração de impostos municipais e federais e contabilização de documento;
- VIII. Gerenciar os recursos do fundo fixo de caixa;
- IX. Gerenciar a prestação de contas financeiras, de viagens, convênios e recuperação de despesas,
- X. Exercer o controle de bens patrimoniais;
- XI. Responsabilizar pelo acervo bibliográfico, zelando pelo empréstimo e devoluções de cada exemplar;

**Gerência Técnica:** Tem a responsabilidade de elaborar o plano de trabalho, realizar as atividades de prestação de contas quadrimestrais e de convênios e auxiliar na elaboração do relatório de gestão, além de exercer a coordenação das áreas de Promoção Social, Formação Profissional e Monitoramento.

*Compete a área de Promoção Social:*

- I. Desenvolver as ações de promoção social voltados aos empregados de cooperativas, cooperados e seus familiares;
- II. Acompanhar a execução de todas as ações de promoção social previstos no plano de trabalho do SESCOOP/TO;
- III. Avaliar as ações de promoção social, com relação às metas e indicadores estabelecidos;
- IV. Sensibilizar o público alvo quanto à adesão, às ações de promoção social, planejadas pelo SESCOOP/TO;

*Compete a área de Formação Profissional:*

- I. Coordenar a manutenção e desenvolvimento das cooperativas alinhadas com as melhores práticas de mercado e a divulgação da doutrina cooperativista;
- II. Sensibilizar o público alvo quanto à adesão às ações de formação e qualificação profissional planejado pelo SESCOOP/TO;
- III. Acompanhar a execução de todas as ações de formação e qualificação profissional previstos no plano de trabalho do SESCOOP/TO;
- IV. Avaliar as ações de formação e qualificação profissional, com relação às metas e indicadores estabelecidos;
- V. Desenvolver as ações de formação e qualificação profissional voltado aos empregados de cooperativas, cooperados e seus familiares;

*Compete a área de Monitoramento:*

- I. Promover estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento e à melhoria da gestão das cooperativas;
- II. Propor e coordenar a implementação de políticas e instrumentos de monitoramento da gestão de cooperativas;
- III. Avaliar o desempenho dos processos de desenvolvimento e modernização das cooperativas, em relação às metas e indicadores estabelecidos;
- IV. Estruturar, desenvolver, implementar e manter atualizado o cadastro de cooperativas do SESCOOP/TO.

## CAPÍTULO 3

### 3. COOPERANDO COM O FUTURO

O cooperativismo é uma importante força impulsionadora de desenvolvimento do país, estando presente em mais de 25% do total de municípios do País. Uma das principais demandas do setor é a capacitação de seus profissionais, que buscam ganhar espaço no mercado nacional e internacional. Atento às necessidades dos associados, o SESCOOP investe na formação de líderes, gestores e cooperados, visando sempre o fortalecimento, a qualificação e a sustentabilidade do setor.

Finalizamos 2011, com 57 cooperativas divididas em 9 ramos, distribuídas em 21 municípios, sendo que em alguns deles a cooperativa é maior empregadora de mão de obra. No ramo agropecuário tem cooperativa que figura entre as 10 maiores empresas exportadora do estado.

**Quadro 2 - Dados das Cooperativas no Estado do Tocantins**

RAMOS	COOPERATIVAS		ASSOCIADOS		EMPREGADOS	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Agropecuário</b>	22	24	3.219	4.008	445	466
<b>Consumo</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Crédito</b>	5	4	4.788	4.380	81	76
<b>Educacional</b>	3	3	205	219	8	8
<b>Habitacional</b>	1	1	21	20	0	0
<b>Mineral</b>	4	4	485	552	0	1
<b>Produção</b>	3	3	297	235	0	0
<b>Saúde</b>	7	7	676	835	350	276
<b>Trabalho</b>	3	5	212	213	10	8
<b>Transporte</b>	6	6	665	642	7	7
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>57</b>	<b>10.568</b>	<b>11.104</b>	<b>901</b>	<b>842</b>

Fonte: Panorama do Cooperativismo Brasileiro, OCB, 2011.

Em relação ao número de cooperativas e cooperados de um modo geral, comparando 2010/2011, houve um aumento de 5%. Em relação ao número de empregados houve um decréscimo de 7%, essa variação a menor esta relacionada, principalmente as cooperativas do ramo saúde, que tiveram dificuldades em atender as normas da ANS – Agência Nacional de Saúde e as cooperativas de crédito devido à incorporação.

#### 3.1. Atuação voltada para o social

O SESCOOP/TO enxerga a responsabilidade social como uma oportunidade de ultrapassar os objetivos da instituição, participando efetivamente da transformação da sociedade. Afinal, a cultura solidária que sustenta o cooperativismo não se limita a aspectos técnicos de gestão. Ela afeta positivamente a vida das pessoas em seus relacionamentos sociais e as leva a adotar uma postura mais positiva em relação ao outro e ao meio ambiente. É perceptível também essa preocupação das cooperativas, na interação cooperativa e comunidade, onde são desenvolvidas ações que buscam maior participação das mulheres e jovens no dia-a-dia da cooperativa, como exemplo, destacamos o projeto, organização do quadro social, em execução desde 2010 que, além de envolver e incentivar a participação das mulheres cooperadas, visa a inserção das esposas e filhos de cooperados no dia-a-dia da cooperativa.

Vale ressaltar também, que são adotados critérios nos processos licitatórios, visando impedir a participação de empresas que utilizam de trabalho infantil, de parentes até 2º grau de membros do Conselho e da Comissão de licitação do SESCOOP/TO.

### **3.2. Responsabilidade ambiental**

É perceptível também a preocupação das cooperativas em relação ao meio ambiente, interação comunidade e meio ambiente, com destaque para o projeto Cooperar, da Cooperfrigo de Gurupi, projeto que já está na 7ª edição, trabalha com os cooperados, empregados e seus familiares com foco na educação e responsabilidade socioambiental.

Como ação interna, o SESCOOP/TO, preocupado com o desperdício recomenda para seus colaboradores a reutilização de papel, e uso consciente de materiais descartáveis, e posteriormente a doação desses materiais para cooperativas e instituições que trabalham com coleta seletiva e reciclagem. Hoje, essa ação também já é adotada em algumas cooperativas.

A equipe do SESCOOP enxerga a **responsabilidade socioambiental** como uma oportunidade de ultrapassar os objetivos da instituição, participando efetivamente da transformação da sociedade. Afinal, a cultura solidária que sustenta o cooperativismo não se limita a aspectos técnicos de gestão. Ela afeta positivamente a vida das pessoas em seus relacionamentos sociais e as leva a adotar uma postura mais positiva em relação ao outro e ao meio ambiente. Conforme evidenciado no anexo VII, verificamos a necessidade e ao mesmo tempo oportunidade de aprimorar nossas práticas de gestão ambiental e licitações sustentáveis.

## CAPÍTULO 4

### 4. GESTÃO DE PESSOAS

Um ambiente de trabalho saudável, atrativo e motivador impulsiona a produtividade organizacional e aumenta o nível de satisfação de seus colaboradores. Por isso, o SESCOOP investe constantemente na valorização e na melhoria da qualidade de vida do seu quadro de pessoal.

A Unidade SESCOOP/TO dedica ao público interno atenção e cuidado semelhantes aos destinados às cooperativas e a seus associados e empregados. Uma das prioridades é a capacitação e o desenvolvimento de seus colaboradores.

Paralelamente, procura-se criar um clima organizacional positivo, que estimula a confraternização, o trabalho em equipe e o envolvimento das equipes em ações de voluntariado, como por exemplo, nas campanhas de doação de sangue e cadastro de medula óssea, que é feito em parceria com as cooperativas.

Nesses 11 anos de atuação, o SESCOOP/TO vê-se diante de desafios comuns a organizações que se relacionam com um cenário dinâmico, exigindo contínuo aprimoramento dos processos de trabalho. Por isso, a entidade vem crescendo e se desenvolvendo no sentido de melhor atender aos seus objetivos organizacionais.

O corpo funcional do SESCOOP/TO se destaca principalmente no quesito formação profissional, seja em eventos promovidos pelo SESCOOP, seja oferecido no mercado.

#### 4.1. Perfil do Corpo Funcional

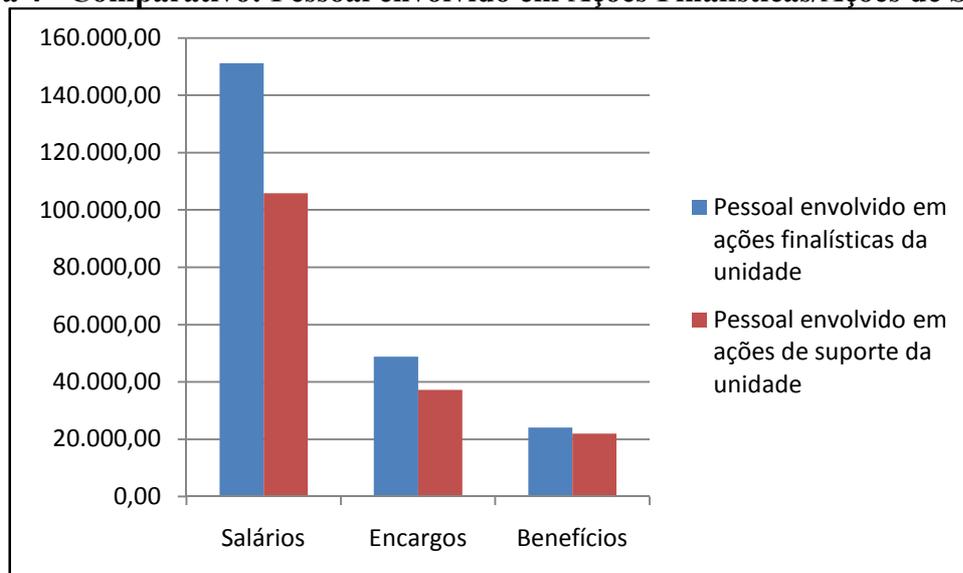
**Quadro 3 - Descrição do Corpo Funcional do SESCOOP/TO**

Itens	Descrição	Quantidade
<b>Empregados</b>	Quantitativo	8
<b>Gênero</b>	Masculino	3
	Feminino	5
<b>Faixa Etária (idade)</b>	De 20 a 35	7
	De 36 a 50	1
<b>Faixa salarial (salário mínimo)</b>	De 1 a 2	3
	De 3 a 4	2
	De 4 a 5	2
	Acima de 10	1
<b>Escolaridade</b>	Graduação incompleta	2
	Pós-graduação incompleta	2
	Pós-graduado	3
	Mestrado	1
<b>Tempo de Trabalho (ano)</b>	Até 1	2
	De 2 a 5	5
	Acima de 10	1

Fonte: Departamento de Pessoal – dez/2011.

Dos oito funcionários do SESCOOP/TO cinco são mulheres e três homens, sendo que quatro estão no setor de capacitação, três no administrativo financeiro e um na superintendência. Considera-se que a unidade possui uma equipe jovem, sendo que dos oito funcionários sete estão entre 20 e 35 anos. A faixa salarial é dividida da seguinte forma: Auxiliar administrativo, Analista de Capacitação, Gerente Técnico e Contador, e Superintendente. Dentre o grupo o nível de escolaridade é alto o que favorece a execução dos serviços com qualidade.

**Figura 4 - Comparativo: Pessoal envolvido em Ações Finalísticas/Ações de Suporte**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

Comparando os gastos referentes ao quadro de pessoal do SESCOOP/TO, fica evidente um maior investimento na área finalística, podendo ser observado também no anexo XI, onde demonstra que 58,18% da despesa com pessoal referem-se à pessoal envolvido com ações finalísticas e 41,82% refere-se à pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade.

#### **4.2. Movimentação do Quadro de Pessoal**

Podemos observar que o número de funcionários não alterou em 2011, mas houve uma rotatividade. O SESCOOP/TO realizou dois processos seletivos durante o ano de 2011, sendo que destes houve três contratações: duas para setor de capacitação e uma para o administrativo. Também houve três rescisões contratuais, as quais foram realizadas uma em fevereiro referente ao cargo analista de capacitação, outra em julho do cargo auxiliar administrativo e a terceira em agosto do cargo analista administrativo financeiro. Justificamos que as duas contratações para área de capacitação foi devida à necessidade em relação às demandas de trabalho.

#### **4.3. Capacitações**

Em suas estratégias de desenvolvimento de pessoal, o SESCOOP/TO identifica necessidades, promove e gerencia ações em favor do desenvolvimento pleno das atividades profissionais, buscando manter o quadro de colaboradores capacitado e motivado.

O SESCOOP/TO não tem uma política de aperfeiçoamento e capacitação para o seu quadro funcional, no entanto em 2011 investiu o valor de R\$ 2.544,36 (dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos) em curso de graduação sendo um beneficiário. Outro investimento foi em um curso de Licitações e Contratos no valor de R\$ 1.380,00 (um mil e trezentos e oitenta reais) sendo dois beneficiários.

#### 4.4. Folha de Pagamento

**Quadro 4 - Detalhamento da Folha de Pagamento - Exercício 2011**

DETALHAMENTO		TOTAL	%Real.
Vencimentos e Remuneração	ORÇADO	269.503,00	95,37%
	REALIZADO	257.032,74	
Encargos Sociais Patronais	ORÇADO	92.369,00	99,14%
	REALIZADO	91.580,36	
Benefícios (VT+VA+Pl.Saúde+Seg.Vida)	ORÇADO	57.519,00	80,02%
	REALIZADO	46.028,45	
<b>TOTAL</b>	<b>ORÇADO</b>	<b>419.391,00</b>	<b>94,09%</b>
	<b>REALIZADO</b>	<b>394.641,55</b>	

Fonte: Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011).

Como se observa no quadro acima houve execução de 94,09% do valor orçado, ou seja, o valor realizado atingiu quase a totalidade do valor programado em 2011. A diferença maior foi em Benefícios Sociais, pois alguns funcionários fizeram opção pela não utilização de vale transporte.

## CAPÍTULO 5

### 5. PRESTAÇÃO DE CONTAS

Conforme mostrado ao longo deste relatório, a atuação do SESCOOP engloba quatro linhas prioritárias de atuação. Três delas estão relacionadas à missão da entidade, por isso são classificadas como áreas finalísticas, são elas: Formação e Capacitação Profissional, Promoção social, Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas. A quarta e última área de atuação trata da “organização e gestão do sistema”, ou seja, dos processos que dão suporte às áreas finalísticas, visando atingir os objetivos institucionais do SESCOOP.

Confira, a seguir, o orçamento previsto e o efetivamente realizado pelo SESCOOP/TO, no ano de 2011, por linha de atuação.

**Quadro 5 - Resumo por linha de atuação Previsto/Realizado**

ÁREAS DE ATUAÇÃO	2010	2011		
		Previsto	Realizado	% Exec.
<b>I - Atuação Finalística</b>	<b>R\$ 890.505,04</b>	<b>R\$ 959.428,00</b>	<b>R\$ 718.232,24</b>	<b>74,86%</b>
a- Formação/capacitação profissional	R\$ 504.035,48	R\$ 600.072,00	R\$ 519.845,98	86,63%
b- Promoção Social	R\$ 153.343,22	R\$ 248.309,00	R\$ 119.243,80	48,02%
c- Monitoramento/desenvolvimento de cooperativas	R\$ 233.126,34	R\$ 111.047,00	R\$ 79.142,46	71,26%
<b>II - Gestão do Sistema – Atividade Meio</b>	<b>R\$ 269.975,63</b>	<b>R\$ 308.906,00</b>	<b>R\$ 264.397,49</b>	<b>85,59%</b>
d- Órgãos Colegiados (CODEL/COFIS)	R\$ 3.609,53	R\$ 19.554,00	R\$ 16.381,49	83,77%
e- Diretoria Executiva (PRESI/SUPER)	R\$ 86.370,57	R\$ 100.541,00	R\$ 88.070,70	87,59%
f- Administrativo (ADFIN)	R\$ 147.058,06	R\$ 165.705,00	R\$ 147.448,13	88,98%
g- Divulgação/Comunicação	R\$ 32.937,47	R\$ 23.106,00	R\$ 12.497,17	54,09%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.160.480,60</b>	<b>R\$ 1.268.334,00</b>	<b>R\$ 982.629,73</b>	<b>77,47%</b>
<b>III- Investimentos</b>	<b>R\$ 70.840,71</b>	<b>R\$ 70.840,71</b>	<b>R\$ 135.136,89</b>	
h- Saldo anterior não utilizado	R\$ 70.840,71	R\$ 70.840,71	R\$ 135.136,89	

Fonte: Orçamento do SESCOOP/TO / Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

#### 5.1. Atuação Finalística do SESCOOP/TO

A atuação finalística caracteriza-se pelas linhas de formação e capacitação profissional, promoção social e monitoramento e desenvolvimento de cooperativas.

A formação e capacitação profissional são direcionadas aos cooperados e empregados de cooperativas e seus respectivos familiares. Fundamenta-se nos princípios e valores do cooperativismo e tem o intuito de apoiar o público-alvo na plena realização de suas potencialidades.

As atividades de promoção social visam oferecer aos cooperados, aos empregados das cooperativas e seus familiares um suporte material básico e, ao mesmo tempo motivar lhes a reflexão e contribuir para a assunção plena da cidadania.

Consideram-se ações de monitoramento e desenvolvimento - a qualidade de gestão das cooperativas. Busca-se, especialmente, longevidade no contexto da função socioeconômico, bem como credibilidade e junto ao público em geral e transparência perante seu quadro social.

As atividades de formação profissional, monitoramento e promoção social foram planejadas em conjunto com as cooperativas, levando-se em conta a demanda levantada de cada cooperativa, através de circulares e ofícios, reuniões e visitas técnicas. O SESCOOP/TO desenvolve suas ações em parceria com as cooperativas, mediante a execução de eventos centralizados, que são ações desenvolvidas conjuntamente para diversas cooperativas, promovendo-se a intercooperação entre estas e que geralmente acontece na sede do SESCOOP/TO. E através de eventos descentralizados

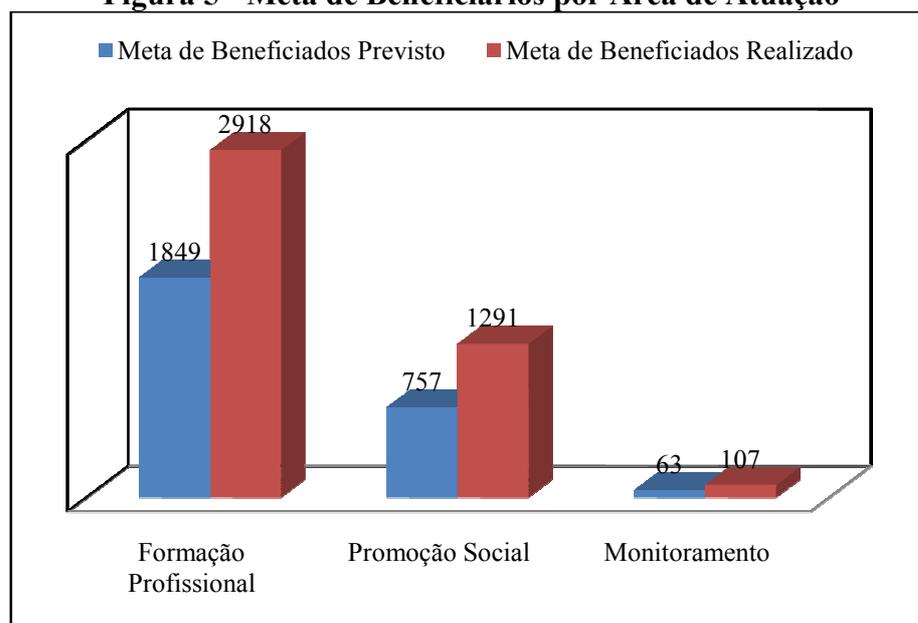
que são aqueles desenvolvidos para uma ou duas cooperativas, atendendo às suas necessidades individuais e que geralmente acontece no município sede da(s) cooperativa(s).

**Quadro 6 - Quadro resumo por área de atuação**

Área de atuação	Meta de Beneficiados		Total de Eventos		Carga Horária	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Formação Profissional	1849	2918	85	89	963	1032
Promoção Social	757	1291	30	29	182	148
Monitoramento	63	107	69	108	162	204

Fonte: Dados do SESCOOP/TO

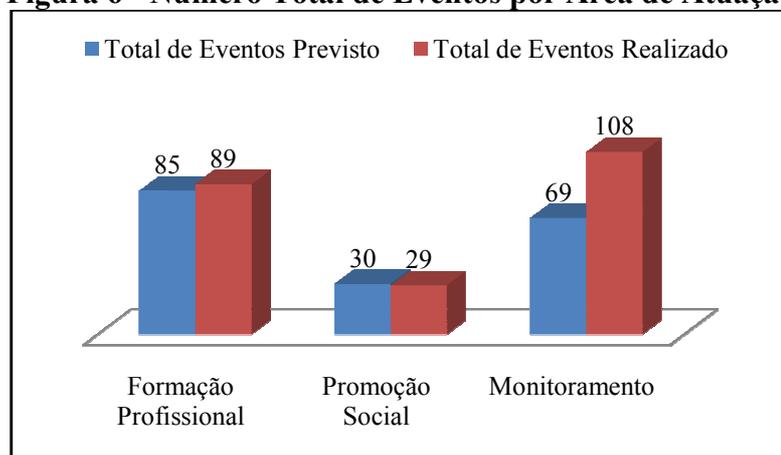
**Figura 5 - Meta de Beneficiários por Área de Atuação**



Fonte: Dados do Sescoop/TO.

Referente à meta de beneficiários foram previsto atingir 1849 em formação profissional, 757 em promoção social e 63 monitoramento. O SESCOOP/TO conseguiu atingir 2918 beneficiários em formação profissional representando 57,81% acima do previsto, 1291 beneficiários em promoção social, sendo 70,54% acima do previsto e 107 beneficiários em monitoramento sendo 69,84 % acima do previsto.

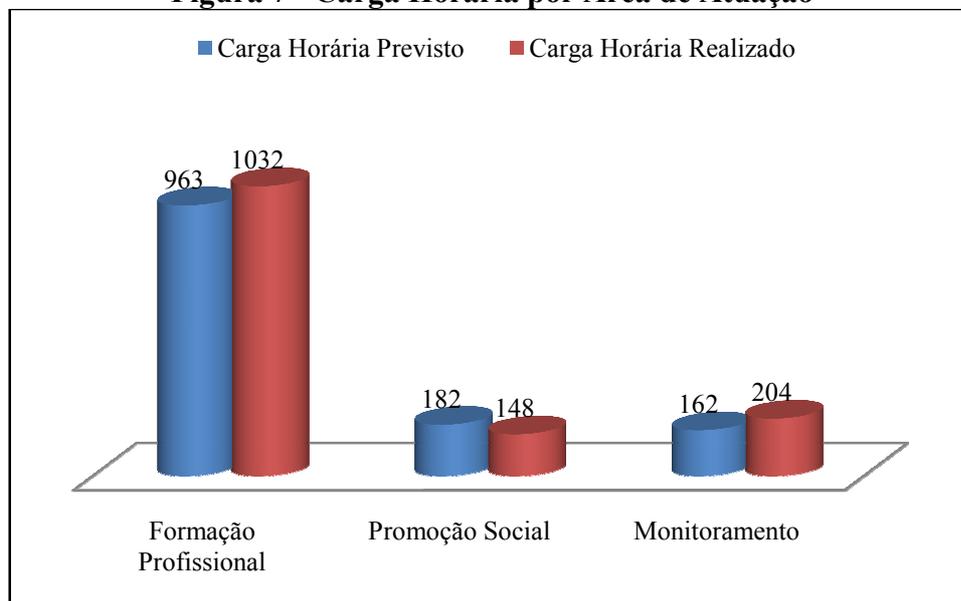
**Figura 6 - Número Total de Eventos por Área de Atuação**



Fonte: Dados do Sescoop/TO.

Foram previstos a realização de 85 eventos em formação profissional, 30 em promoção social e 69 em monitoramento. Tendo sido realizados 89 eventos em formação profissional, 29 em promoção social e 108 em monitoramento. Conforme demonstra o gráfico acima.

**Figura 7 - Carga Horária por Área de Atuação**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

Em relação à carga horária foram previstas 963 horas/aulas para formação profissional, sendo realizadas 1032 horas/aulas alcançando 7,16% acima das horas previstas. Em promoção social foram previstas 182 horas de atividade, sendo realizadas 148 horas de atividade representando 81,31% do previsto, referente ao monitoramento previu-se 162 horas de atividade sendo realizadas 204 horas, ou seja, alcançando 25,92 % acima do previsto. Conforme gráfico acima.

**Quadro 7 - Valor Orçado e Realizado 2011**

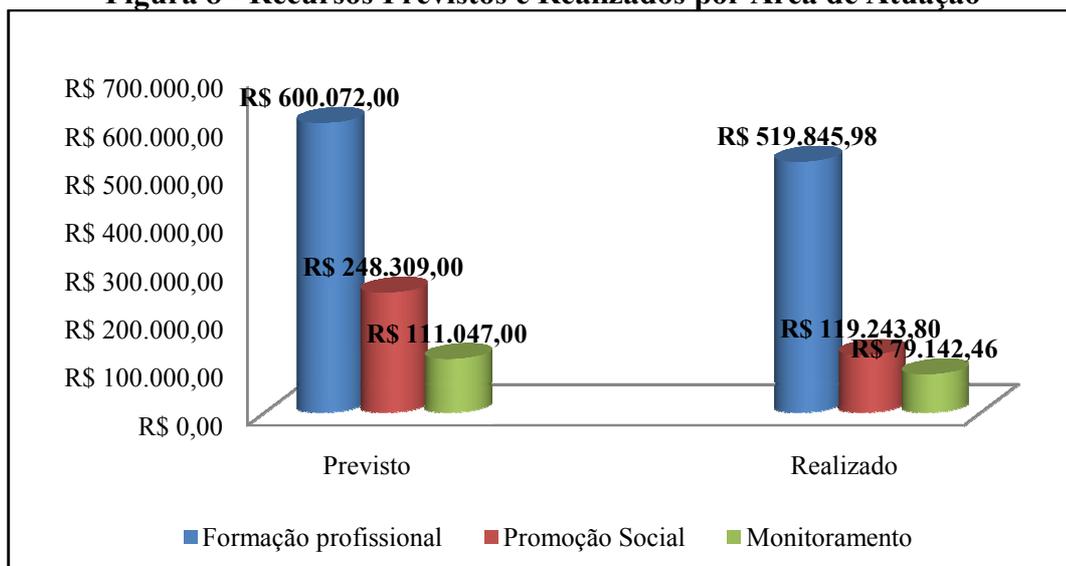
I - Atuação Finalística		
	Previsto	Realizado
Formação profissional	R\$ 600.072,00	R\$ 519.845,98
Promoção Social	R\$ 248.309,00	R\$ 119.243,80
Monitoramento	R\$ 111.047,00	R\$ 79.142,46
<b>TOTAL da Atuação Finalística</b>	<b>R\$ 959.428,00</b>	<b>R\$ 718.232,24</b>

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Em 2011 foram previstos a aplicação na atuação finalística de R\$ 959.428,00 sendo aplicado o montante de R\$ 718.232,24. Foram R\$ 519.845,98 em ações de formação profissional; R\$ 119.243,80 em promoção social; R\$ 79.142,46 em ações de monitoramento. Nesses recursos estão contabilizados todos os custos necessários para a realização dos eventos como remuneração de instrutores, despesas com material didático, divulgação, alimentação, hospedagem.

O gráfico abaixo demonstra o recurso previsto x recurso aplicado de acordo com a área de atuação:

**Figura 8 - Recursos Previstos e Realizados por Área de Atuação**



Fonte: Dados do Sescop/TO.

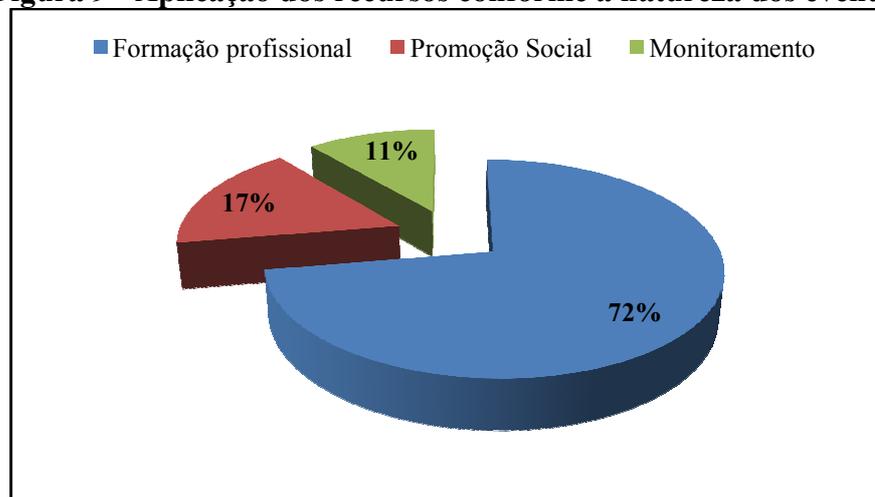
**Quadro 8 - Recursos realizado por área de atuação**

I - Atuação Finalística		
	Realizado	% Exec.
Formação profissional	R\$ 519.845,98	72,38%
Promoção Social	R\$ 119.243,80	16,60%
Monitoramento	R\$ 79.142,46	11,02%
<b>TOTAL da Atuação Finalística</b>	<b>R\$ 718.232,24</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Do total de R\$ 718.232,24 investidos pelo SESCOOP/TO em 2011 na atuação finalística, 72,38% foram aplicados em Formação Profissional, 16,60% em ações de Promoção Social, 11,02% em monitoramento. Nos gráficos abaixo, demonstramos a aplicação desses recursos de acordo com a natureza dos eventos:

**Figura 9 - Aplicação dos recursos conforme a natureza dos eventos**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO

O gráfico acima demonstra que os recursos aplicados pelo SESCOOP/TO na atuação finalística em 2011 foram concentrados cerca de 72% em formação profissional, pois se trata da área onde atende a maior concentração do público beneficiário, 11% dos recursos investidos em monitoramento (consultoria, orientação para constituição e cooperativas, atendimento/visita a cooperativas) e 17% aplicados em promoção. A baixa aplicação em monitoramento deve ser registrada, pois grande parte das ações que seriam realizadas na sede da cooperativa foi realizada na sede do SESCOOP/TO, além disso, a maioria das visitas nas cooperativas esteve aliada ao período em que estava ocorrendo alguma capacitação na cooperativa, onde foram despendidos recursos da área de formação profissional. Já em promoção social a baixa aplicação se deve a frustração de processo licitatório, que envolvia um grande volume de recursos destinados a serviços gráficos, principalmente na reprodução de material do programa Cooperjovem.

### 5.1.1. Investimentos em Formação e Capacitação profissional

A formação e a capacitação profissional têm posição destacada no contexto das atividades finalísticas do SESCOOP/TO. Contempla atividades voltadas diretamente para os cooperados, dirigentes, empregados e seus familiares. Fundamentada nos princípios e valores do cooperativismo, busca oferecer ao público-alvo condições de desenvolver plenamente suas aptidões e, assim, contribuir também para o fortalecimento institucional das cooperativas.

Em consonância com as políticas e diretrizes do SESCOOP, os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Conselho Nacional, que norteiam a atuação do SESCOOP nesta linha, são:

- ✓ Priorizar a capacitação e a qualificação profissional voltada ao fortalecimento institucional das cooperativas e ao desenvolvimento econômico e social do conjunto de seus cooperados e empregados.
- ✓ Estimular o desenvolvimento de ações, com segmentação dos públicos-alvo, frente às suas reais necessidades e, buscando um melhor atendimento.
- ✓ Buscar parcerias para o desenvolvimento de produtos e serviços que alavanquem competências, recursos e conhecimentos.
- ✓ Desenvolver, adotar mecanismos padronizados de gerenciamento e avaliação de resultados.

**Quadro 9 - Metas Físicas x Metas Financeiras**

Metas Físicas						Metas Financeiras	
Meta de Beneficiados		Total de Eventos		Carga Horária		Valor Orçado	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1849	2.918	85	89	963	1032	R\$ 600.072,00	R\$ 519.845,98

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Em 2011, a meta do SESCOOP/TO para a Formação Profissional era executar o montante de R\$ 600.072,00 distribuídos em 85 ações, com 1.849 participantes e carga horária de 963 horas, foram executados R\$ 519.845,98 representando 86,63% do valor previsto, realizadas 89 ações, representando 9,41 % acima das ações previstas, 2.918 participantes, o que corresponde a 57,81 % acima do previsto de beneficiários previstos e carga horária de 1.032 horas/técnicas, que corresponde a 7,16% acima do previsto. Grande parte dos eventos foram realizados de forma descentralizada, ou seja, nos municípios sedes das cooperativas, procurando facilitar a participação de seu público-alvo, bem como valorizar a Cooperativa.

Essa linha de atuação que tem como objetivo organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional dos trabalhadores em cooperativas e dos cooperados, bem como assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e na execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica e contínua. Priorizamos 2 focos de atuação:

## **a)PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO**

Atividades voltadas para as áreas estratégicas, financeiras, administrativas, de controle e de mercado. Através de seminários, cursos, oficinas, intercâmbio e palestras, buscando melhorar a gestão das cooperativas, e aprimorar o conhecimento dos dirigentes e conselheiros sobre os aspectos funcionais, legais e societários para uma obtenção de melhores resultados econômicos, financeiros e operacionais, com vistas ao fortalecimento da visão estratégica da Cooperativa.

## **b) QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Destina-se a trabalhadores que buscam a atualização, ampliação ou complementação de competências profissionais adquiridas por meio de formação profissional ou no trabalho. Não caracteriza uma nova profissão, mas, atende, sobretudo, às necessidades decorrentes de inovações tecnológicas e de novos processos de produção e de gestão. Pode ser oferecido nos níveis básico, técnico e tecnológico, em função dos níveis de complexidade e pré-requisitos requeridos pelo curso. Atividades focadas para as áreas operacionais, técnicas e humanas. Através de cursos, encontros, seminários, intercâmbios e treinamentos in loco.

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à Subfunção "333 - Empregabilidade", Programa "0101- Qualificação Profissional do Trabalhador", ação "8952- Qualificação Profissional na Área do Cooperativismo" e concorreram para o alcance dos objetivos estratégicos:

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo em todo o Brasil;
- Ampliar o acesso das cooperativas à formação em gestão cooperativista, alinhada as suas reais necessidades, com foco na eficiência e na competitividade;
- Contribuir para viabilizar soluções para as principais demandas das cooperativas na formação profissional;
- Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas.

A seguir, destacamos algumas das ações de maior relevância para o SESCOOP/TO:

### **• CURSO DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO, SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE ASSOCIADOS**

Essa ação teve como finalidade orientar os participantes sobre as percepções e atitudes necessárias diante de seus associados para que estes percebam uma maior qualidade de serviços, permitindo assim um relacionamento saudável e justo para ambas as partes. Além disso, melhorar o atendimento aos cooperados e fidelizá-los.

Participaram desta capacitação 27 pessoas. A organização do evento foi preparada de forma descentralizada com a cooperativa Sicoob Credipar.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	R\$ 4.101,00	R\$ 4.099,91	99,97%
Físicas	25	27	108%

As metas físicas foram realizadas acima do previsto, possibilitando maior participação do público alvo. Foram utilizados 99,97% dos recursos previstos para essa capacitação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

### Realizações por elemento de despesa

Passagens e locomoções	784,00	Despesas referentes a passagem aérea trecho ida e volta.
Diárias e Hospedagens	225,00	Despesas referentes a diária do técnico.
Outras despesas viagem	31,50	Despesas com alimentação de instrutor
Materiais para treinamento	58,44	Despesas com apostila, crachá e pastas
Serviços Especializados - PJ	3.000,00	Despesas com honorários de instrutor pessoa física

A atividade foi realizada no município de Paraíso do Tocantins, a cooperativa custeou despesas de lanche, o valor por beneficiário foi R\$ 151,84 valor inferior aos cursos oferecidos pelo mercado nesta aérea.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 4.099,91/ 27

**Desempenho do indicador:** R\$ 151,84 custo médio por beneficiário.

#### • PALESTRA DE COOPERATIVISMO

O cooperativismo é considerado uma das melhores alternativas para o desenvolvimento econômico e social das pessoas. Pesquisas comprovam que, em cidades onde existem cooperativas os níveis que medem o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH são mais elevados. O SESCOOP/TO vê como uma das formas de difundir a doutrina cooperativista e fomentar o cooperativismo é através de palestras. As palestras têm por objetivo, despertar o interesse das pessoas para o cooperativismo, traçando paralelos históricos do movimento, abordando seus princípios, valores e informando sobre a constituição e funcionamento, bem como das responsabilidades e deveres de um cooperado perante a cooperativa.

#### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 3.643,00	R\$ 3.630,07	99,64 %
Físicas	220	755	343,18%

As metas físicas foram realizadas acima do previsto (343,18%), possibilitando maior participação do público alvo e, principalmente, no atendimento aos grupos que se interessaram em constituir cooperativas. Foram utilizados 99,64 % os recursos previstos para essa capacitação conforme demonstrado na tabela abaixo:

### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	634,94	Despesas com combustível
Passagens e locomoções	48,00	Despesas com transporte van
Diárias e Hospedagens	2.544,01	Despesas referentes a diária do

		técnico.
Materiais para treinamento	403,12	Despesas com apostila, crachá e pastas

A atividade foi realizada em Palmas e vários outros municípios do Tocantins, entre eles: Santa Fé, Muricilândia, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Araguaína. Os palestrantes fazem parte do quadro de funcionários do SESCOOP/TO, não havendo necessidade de pagamento específico para honorários técnicos, sendo assim o valor por beneficiário foi R\$ 4,80.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.630,07 / 755

**Desempenho do indicador:** R\$ 4,80 custo médio por beneficiário.

- **CURSO DE LIDERANÇA: A CAPACITAÇÃO DOS FORMADORES DE OPINIÃO – PROJETO OQS**

Capacitar e envolver os líderes comunitários formadores de opinião no processo de OQS; confrontar visão do empreendimento “cooperativa” (por meio dos técnicos) com a visão dos cooperados (através das lideranças). O curso foi oferecido na cidade de Paraíso do Tocantins e contou com a participação de integrantes das cooperativas: Sicoob Credipar e Coopernorte.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 4.777,00	R\$ 4.776,31	99,98 %
Físicas	15	37	246%

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade e ainda ultrapassando a previsão, possibilitando uma maior participação do público alvo. Com o forte apoio da cooperativa, principalmente na mobilização, foram utilizados 99,98% dos recursos previstos para essa capacitação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	90,00	Despesas com combustível
Passagens e locomoções	707,31	Despesas referentes a passagem aérea .
Diárias e Hospedagens	1.029,00	Despesas referentes a diária do técnico e hospedagem participantes.
Outras Despesas de Viagem	100,00	Despesas de Taxi e alimentação instrutor
Serviços Especializados Pessoa - PJ	2.850,00	Honorários do Instrutor pessoa Jurídica

A atividade foi realizada no município de Paraíso do Tocantins, as cooperativas beneficiárias custearam as despesas de lanche, o valor por beneficiário foi R\$ 129,08 valor inferior aos cursos oferecidos pelo mercado nesta área.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 4.776,31/ 37

**Desempenho do indicador:** R\$ 129,08 custo médio por beneficiário.

- **CURSO PREPARATÓRIO PARA CERTIFICAÇÃO CPA 10**

Este treinamento cobre todo o programa para a Certificação Profissional Anbid série 10 – CPA10, obrigatória para os profissionais do mercado financeiro que atuam nas instituições financeiras, inclusive das cooperativas de crédito.

O programa abrange os diversos produtos de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, fundos, parte dos derivativos, suas regras de tributação, além de princípios de economia e finanças, sistema financeiro nacional, ética e regulamentação, visando proporcionar ao profissional uma visão abrangente deste mercado e colaborar no atendimento mais adequado ao perfil de cada cooperado. A finalidade é preparar os participantes para o exame ANBID CPA10, a atividade foi realizada de forma descentralizada em parceria com as cooperativas de crédito.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	R\$ 8.155,00	R\$ 8.152,75	99,97%
Físicas	30	31	103,33%

As metas físicas foram realizadas ultrapassando a previsão, possibilitando atender o público alvo da capacitação. Com o forte apoio das cooperativas de crédito na realização do curso, foram utilizados 99,97% dos recursos previstos para essa capacitação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>			
Material de Consumo	104,68	Despesas com combustível	
Passagens e locomoções	1.998,73	Despesas referentes a passagem aérea.	
Diárias e Hospedagens	670,50	Despesas referentes a hospedagem do instrutor.	
Materiais para treinamento	294,69	Despesas com apostila, crachá e pastas	
Outras despesas de Viagem	134,15	Alimentação do instrutor e taxi	
Serviços Especializados – PJ	4.950,00	Honorários do instrutor pessoa jurídica	

A atividade foi realizada no município de Palmas, na sede do SESCOOP/TO, a fim de atender as cooperativas de crédito do Estado do Tocantins. O valor por beneficiário foi R\$ 262,99 valor inferior aos cursos oferecidos pelo mercado nesta área.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 8.152,75/ 31

**Desempenho do indicador:** R\$ 262,99 custo médio por beneficiário.

- **DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES E COACH**

O universo do trabalho humano, o ambiente corporativo e organizacional, a dinâmica das empresas, as instituições públicas vêm se transformando e exigindo das pessoas que os compõem

agilidade, inovação, capacidade de flexibilidade, revisão de postura que impactam na maneira de ser como pessoa e na atuação profissional. Coaching é o recurso utilizado atualmente pelas empresas, por consultores e profissionais, para preparar gestores e colaboradores para mudanças, no preparo de lideranças para gerenciar colaboradores, para assumir novas filosofias das organizações de trabalho, ou ainda para sensibilizá-los e ajudá-los a resolver problemas e questões pessoais que interferem no seu relacionamento com os pares, na sua própria trajetória pessoal e profissional e com seus subordinados.

O curso proporcionou aos colaboradores das cooperativas que desenvolvem funções de gerentes ou coordenadores conhecimentos que lhes permitam ajudar os componentes de suas equipes a alcançarem o seu melhor desempenho, apoiando-os para que trabalhem de maneira fácil e eficiente. Oportunizar aos participantes a visão de que todos os seres humanos sonham com a possibilidade de se satisfazerem e merecem a oportunidade de fazer da melhor forma possível.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	R\$ 3.992,00	R\$ 3.988,58	99,91%
Físicas	15	13	86,66%

As metas físicas foram realizadas em 86,6% e os recursos previstos foram utilizados em 99,91%.

<b>Realizações por elemento de despesa</b>		
Passagens e locomoções	483,25	Despesas referentes a passagem aérea
Diárias e Hospedagens	335,25	Despesas referentes a diária do técnico e hospedagem instrutor.
Materiais para treinamento	96,05	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	74,03	Alimentação de instrutor
Serviços Especializados – PJ	3.000,00	Honorários Pessoa Jurídica

A atividade foi realizada no município de Palmas, na sede do SESCOOP/TO, o valor por beneficiário foi R\$ 306,81.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.988,58/ 13

**Desempenho do indicador:** R\$ 306,81, sendo o custo médio por beneficiário.

- **CURSO DE ROTINAS DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL E CÁLCULOS DE VERBAS RESCISÓRIAS**

Este curso ofereceu subsídios para que os participantes executem as principais tarefas envolvidas na rotina de um departamento de pessoal e trabalhe com as principais fontes do Direto do Trabalho.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	4.633,00	4.632,02	99,97%
Físicas	30	34	113,33%

As metas físicas superaram em 13,33% o previsto. Os recursos previstos foram utilizados 99,97%. Apesar do número de participantes ter sido superior ao previsto, não houve interferência nos recursos financeiros, haja vista que os mesmos são custos fixos.

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	837,50	Despesas com lanche
Passagens e locomoções	713,75	Despesas referentes a passagem.
Diárias e Hospedagens	220,00	Despesas referentes a hospedagem do instrutor
Materiais para treinamento	651,90	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	48,87	Taxi
Serviços Especializados - PJ	2.160,00	Honorários instrutor pessoa jurídica

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 4.632,02 / 34

**Desempenho do indicador:** R\$ 136,23 o custo médio por beneficiário.

#### • TRABALHO EM EQUIPE E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Este curso teve por objetivo desenvolver capacidades de integração humana através de uma ampla revisão de atitudes e comportamentos.

#### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	8.596,00	8.591,86	99,95%
Físicas	50	53	106%

As metas físicas foram realizadas 6% acima do previsto. Os recursos previstos foram utilizados 99,95%. Apesar do número de participantes ter sido superior ao previsto, não houve interferência nos recursos financeiros, haja vista que os mesmos são custos fixos.

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	259,89	Despesas com combustível
Passagens e locomoções	1649,86	Despesas referentes a passagem aérea
Diárias e Hospedagens	1.003,25	Despesas referentes a diária do técnico e hospedagem do instrutor.
Materiais para treinamento	260,91	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	97,95	Taxi e alimentação do instrutor

Foram realizados 03 cursos, um em cada município: Palmas, Formoso do Araguaia e Paraíso do Tocantins. O intuito foi atender um número maior de cooperativas, o custo médio por beneficiário foi R\$ 162,11.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 8.591,86/ 53

**Desempenho do indicador:** R\$ 162,11 o custo médio por beneficiário.

- **COMUNICAÇÃO ASSERTIVA**

Neste curso o objetivo foi aperfeiçoar as habilidades comunicativas e possibilitar o conhecimento e elementos para a comunicação assertiva.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	3.334,00	3.332,70	99,96%
Físicas	25	27	108%

As metas físicas foram realizadas 8% acima do previsto. Dos recursos financeiros previstos foram utilizados 99,96%. A realização do curso teve um caráter descentralizado, uma vez que a demanda surgiu das cooperativas. Apesar do número de participantes ter sido maior que o previsto, não houve interferência nos recursos financeiros.

**Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	29,00	Despesas
Passagens e locomoções	807,76	Despesas referentes a passagem aérea
Diárias e Hospedagens	252,00	Despesas referentes a diária do técnico.
Materiais para treinamento	470,14	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	33,80	Alimentação instrutor
Serviços Especializados – PJ	1.740,00	Honorários pessoa jurídica

A atividade foi realizada no município de Palmas, por meio de uma demanda da Cooperativa de Crédito – SICREDI. As despesas com lanche para os participantes foram contrapartida da cooperativa. O valor por beneficiário foi R\$ 123,43, valor médio do mercado.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.332,70/ 27

**Desempenho do indicador:** R\$ 123,43 custo médio por beneficiário.

- **TÉCNICAS E NEGOCIAÇÃO DE VENDAS**

Esta formação teve por objetivo proporcionar aos participantes instrumentos e técnicas de planejamento e condução de uma negociação, diante dos diferentes aspectos técnico-operacionais e comportamentais do processo, visando desenvolver habilidades e a otimização de resultados.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	3.312,00	3.310,34	99,94%
Físicas	14	14	100%

As metas físicas foram realizadas na sua totalidade. Dos recursos previstos foram utilizados 99,94%. A realização do curso teve um caráter descentralizado, uma vez que a demanda surgiu dos colaboradores da cooperativa de crédito – Sicoob Credipar. As despesas referente a essa capacitação estão descritas a seguir:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>			
Material de Consumo	100,02	Despesas com combustível	
Passagens e locomoções	892,84	Despesas referentes a passagem aérea .	
Diárias e Hospedagens	194,00	Despesas referentes a hospedagem.	
Materiais para treinamento	116,48	Despesas com apostila, crachá e pastas	
Outras despesas de Viagem	27,00	Alimentação instrutor	
Serviços Especializados – PJ	1.980,00	Honorários pessoa jurídica	

A atividade foi realizada no município de Paraíso do Tocantins, por meio de uma demanda da Cooperativa de Credito – Sicoob Credipar. As despesas com lanche para os participantes foram contrapartida da cooperativa, o valor por beneficiário foi R\$ 236,45.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.310,34/ 14

**Desempenho do indicador:** R\$ 236,45 custo médio por beneficiário.

- **DESENVOLVIMENTO DE ALTA PERFORMANCE**

Esta formação profissional teve por objetivo preparar os colaboradores para agirem como equipes de alta performance com foco em resultado. O curso foi uma solicitação do Sicredi e foi preparado de forma descentralizada pelo SESCOOP junto à cooperativa.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	3.828,00	3.826,48	99,96%
Físicas	20	20	100%

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade. Os recursos previstos foram utilizados 99,96%. O curso foi realizado em parceria com as cooperativas registradas no Sistema Sicredi. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>		
Passagens e locomoções	1.222,87	Despesas referentes a passagem aérea
Diárias e Hospedagens	223,50	Despesas referentes a hospedagem do instrutor.
Materiais para treinamento	336,82	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	43,29	Alimentação instrutor
Serviços Especializados – PJ	2.000,00	Honorários pessoa jurídica

A atividade foi realizada por meio de uma demanda da própria cooperativa. As despesas com lanche para os participantes foram contrapartida da cooperativa. O valor por beneficiário foi R\$ 191,32 valor inferior aos cursos oferecidos pelo mercado nesta aérea.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.826,48/ 20

**Desempenho do indicador:** R\$ 191,32 custo médio por beneficiário.

- **COOPERATIVA DE CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO**

O objetivo desta formação foi proporcionar aos participantes uma visão sistêmica do Cooperativismo de Crédito, abrangendo suas origens e evolução.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	3.597,00	3.594,93	99,94%
Físicas	12	12	100%

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade. Os recursos previstos foram utilizados 99,94%. O curso contou com colaboradores representantes das cooperativas de crédito do Estado (Sicoob, Sicredi e Unicred). As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>		
Passagens e locomoções	672,18	Despesas referentes a passagem aérea
Diárias e Hospedagens	335,25	Despesas hospedagem instrutor
Materiais para treinamento	131,80	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	55,70	Alimentação instrutor e táxi
Serviços Especializados – PJ	2.400,00	Honorários do instrutor pessoa jurídica

A atividade foi realizada no município de Palmas, na sede do SESCOOP/TO a fim de atender as cooperativas de credito do estado. O valor por beneficiário foi R\$ 299,57.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.594,93/ 12

**Desempenho do indicador:** R\$ 299,57 custo médio por beneficiário.

- **NEGOCIAÇÃO EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Esta formação teve por objetivo proporcionar aos participantes instrumentos e técnicas de planejamento e condução de uma negociação, diante dos diferentes aspectos técnico-operacionais e comportamentais do processo, visando desenvolver habilidades e a otimização de resultados.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	3.897,00	3.895,09	99,95%
Físicas	16	16	100%

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade. Os recursos previstos foram utilizados 99,95%. A realização do curso ocorreu em Palmas, na sede do SESCOOP/TO em parceria com as cooperativas Sicredi Araguaia Tocantins e Sicredi Vale do Manoel Alves. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>		
Materiais para treinamento	173,40	Despesas com apostila, crachá e pastas
Passagens e locomoções	1.414,83	Despesas referentes a passagem aérea .
Diárias e Hospedagens	223,50	Despesas referentes o hospedagem do instrutor .
Outras despesas	83,36	Despesas com Táxi
Serviços Especializados Pessoa- PJ	2.000,00	Honorários Pessoa Jurídica

A atividade foi realizada no município de Palmas, na sede do SESCOOP/TO. As despesas com lanche para os participantes foi contrapartida das cooperativas participantes. O valor por beneficiário foi R\$ 243,44.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.895,09/ 16

**Desempenho do indicador:** R\$ 243,44, sendo o custo médio por beneficiário.

- **SEMINÁRIO DA PEQUENA MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Este seminário tem por objetivo apresentar à população garimpeira a potencialidade mineral do estado através do desenvolvimento sustentável. A construção do seminário contou com a participação das cooperativas do ramo mineral do Estado do Tocantins.

<b>Metas físicas e financeiras</b>			
<b>METAS</b>	<b>PREVISTAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>% DE REALIZAÇÃO</b>
Financeiras	4.473,00	4.074,54	91,09 %

Físicas	75	67	89,33%
---------	----	----	--------

As metas físicas atingiu 89,33% do previsto. Os recursos previstos foram utilizados 91,09% do previsto. O seminário aconteceu em Paraíso do Tocantins para facilitar a participação de representantes de todas as cooperativas do ramo mineral do Tocantins (Cooper cristal, Coopersanto e Cooper gemas). As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	1.854,36	Despesas com combustível, lanche e alimentação participantes
Passagens e locomoções	1.330,43	Despesas referentes a passagem aérea.
Diárias e Hospedagens	411,75	Despesas referentes a diária do técnico e hospedagem palestrante.
Materiais para treinamento	448,00	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de Viagem	30,00	Alimentação do palestrante

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 4.074,54/ 67

**Desempenho do indicador:** R\$ 60,81, sendo este o custo médio por beneficiário.

- **DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO**

Essa formação é parte das ações do Projeto Fundcoop Especial 019/2011 e teve como objetivo fornecer aos participantes informações que abrangem temas que os prepare para o atendimento e a abordagem adequada ao cliente interno e externo, facilitando a venda dos produtos e serviços ofertados por eles e tendo como resultado direto o alcance das metas determinadas pela organização.

#### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	7.479,00	6.010,91	80,37 %
Físicas	12	13	108,33%

As metas físicas atingiu 8,33% acima do previsto. A meta financeira foi realizada 74,35% do previsto. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

#### Realizações por elemento de despesa

Passagens e locomoções	941,37	Despesas referentes a passagem aérea .
Diárias e Hospedagens	1.791,00	Despesas referentes a diária dos participantes e hospedagem do instrutor
Materiais para treinamento	31,50	Despesas com apostila, crachá

Serviços Especializados – PJ	3.199,92	e pastas Serviços Honorários de pessoa jurídica
Outras despesas de viagem**	47,12	Despesas com taxi e alimentação do instrutor

\*\* Despesas referente a contrapartida

Esta capacitação é integrante do programa de formação de liderança, realizado em parceria com as cooperativas filiadas ao sistema Sicredi, que possui 7 módulos. O custo médio por beneficiário foi R\$ 462,37

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 6.010,91/ 13

**Desempenho do indicador:** R\$ 462,37, custo médio por beneficiário.

#### • V ENCONTRO ESTADUAL DO COOPERATIVISMO TOCANTINENSE

Esta formação teve o objetivo de fortalecer o cooperativismo Tocantinense, evidenciado alguns modelos, baseado em valores, em princípios e nos aspectos essenciais de desenvolvimento econômico e social das cooperativas. Com o tema “Intercooperação – Teoria e Prática” o evento aconteceu em Palmas e contou com o apoio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (Seagro).

#### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	7.760,00	3.747,04	48,28 %
Físicas	50	63	126%

As metas físicas ultrapassaram 26% do número previsto de participantes. Foram utilizados 48,28% do recurso previsto, houve uma economia de recurso devido a parceria firmada com a SEAGRO e, também por termos utilizado palestrantes convidados, da OCB Nacional, do MDA e de uma Cooperativa – nenhum deles recebeu honorários. A realização do seminário ocorreu na sede da OCB/SESCOOP/TO e contou com representantes de diversas cooperativas tocantinenses. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	2.256,00	Despesas com alimentação participante.
Passagens e locomoções	646,07	Despesas referentes a passagem aérea palestrante
Diárias e Hospedagens	552,00	Despesas referentes a hospedagem dos palestrantes
Materiais para treinamento	292,97	Despesas com apostila, crachá e pastas

O recurso previsto por beneficiário foi inferior ao previsto devido a parceria firmada com outras instituições o que reduziu o custo do evento. O custo médio por participante foi R\$ 60,18.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 3.747,04/ 63

**Desempenho do indicador:** R\$ 59,47 o custo médio por beneficiário.

- **ENCONTRO COMEMORATIVO DO DIA DAS SECRETÁRIAS**

O objetivo desse encontro foi estimular um momento de descontração para as secretárias tratando de assuntos do cotidiano e notícias em geral de forma bem humorada, fazendo as secretárias não só se divertir como também interagir com outras profissionais.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	5.785,00	5.329,00	92,11%
Físicas	120	192	160%

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade, ultrapassando 60% do número previsto de participantes. Dos recursos previstos foram utilizados 92,11%. A realização do seminário ocorreu em Palmas, e contou com a participação das secretárias, de médicos cooperados da UNIMED PALMAS. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

**Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	2.862,00	Despesas com lanche participantes
Locações	567,00	Locação de tenda
Serviços Especializados – PJ	1.900,00	Honorários pessoa jurídica

A ação foi realizada em parceria com a UNIMED PALMAS. O valor por beneficiário foi R\$ 27,75.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 5.329,00/ 192

**Desempenho do indicador:** R\$ 27,75 o custo médio por beneficiário.

- **IV ENCONTRO ESTADUAL DOS CONTADORES DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS**

O objetivo deste encontro é conhecer e debater os aspectos fiscais e tributários que devem ser levados em consideração na contabilidade das Sociedades Cooperativas.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	5.315,00	3.641,89	68,52%
Físicas	20	16	80%

Alcançou-se 68,52% da meta física, prevista. Os recursos previstos foram utilizados 80% do previsto. O encontro teve como público alvo contadores das cooperativas tocantinenses. As despesas referentes a essa capacitação estão descritas a seguir:

<b>Realizações por elemento de despesa</b>		
Material de Consumo	188,95	Despesas com lanche participantes
Passagens e locomoções	1.144,33	Despesas referentes a passagem aérea.
Diárias e Hospedagens	223,50	Despesas hospedagem do técnico.
Materiais para treinamento	24,00	Despesas com apostila, crachá e pastas
Outras despesas de viagem	61,11	Despesas com alimentação do instrutor e táxi
Serviços Especializados – PJ	2.000,00	Honorários Pessoa Jurídica

A atividade foi realizada no município de Palmas, com o intuito de facilitar a participação de contadores, das demais cidades do estado, o público foi inferior ao previsto o que encareceu o evento, haja vista que a maior parte dos custos são fixos. O valor médio por beneficiário R\$ 227,61.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 3.641,89/ 16

**Desempenho do indicador:** R\$ 227,61 o custo médio por beneficiário.

### 5.1.2. Investimento em Promoção Social

As atividades de promoção social do SESCOOP extrapolam a dimensão econômica da atividade associativa. Por meio de projetos educativos, a entidade trabalha para melhorar a qualidade de vida não só dos cooperados e de seus familiares, mas também da comunidade na qual a cooperativa está inserida. As ações realizadas em 2011, no âmbito desta linha de atuação, estão alicerçadas nos princípios e valores do cooperativismo, e visam oferecer aos cooperados, empregados das cooperativas e a seus familiares, incentivos e suporte básico para o desenvolvimento de ações na busca do aprimoramento de sua formação cidadã. Em consonância com as políticas e diretrizes do SESCOOP, os objetivos estratégicos para a linha da Promoção Social, são:

- ✓ Estimular ações de promoção do bem-estar e desenvolvimento social dos cooperados, empregados e respectivos familiares, atuando de forma segmentada nos públicos-alvo.
- ✓ Desenvolver e aplicar metodologias de pesquisa social para o cooperativismo.
- ✓ Intensificar parcerias para ampliação dos recursos e das ações sociais.

### Quadro 10 - Metas Físicas e Metas Financeiras

<b>Metas Físicas</b>						<b>Metas Financeiras</b>	
<b>Meta de Beneficiados</b>		<b>Total de Eventos</b>		<b>Carga Horária</b>		<b>Valor Orçado</b>	
<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
757	1291	30	29	182	148	R\$248.309,00	R\$119.243,80

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Em 2011, para a realização das atividades nesta linha de atuação de promoção social, o SESCOOP/TO direcionou recursos no montante de R\$ 248.309,00 e executou 48,02% do previsto para o exercício, isso em virtude de ter fracassado um processo licitatório de serviços gráficos que envolvia o montante de aproximadamente R\$108.000,00, para reprodução de materiais do programa Cooperjovem. Foram previstos 30 ações, 757 beneficiados e uma carga horária de 182 horas técnicas, tendo sido executado 29 ações que representaram 96,66% das ações previstas; tivemos 1.291 participações (beneficiados) representando 70,54% acima do previsto e 148 horas técnicas de carga horária, 81,31 % do previsto foi realizado.

As ações de Promoção Social, também foram agrupadas de acordo com a natureza de seus eventos. Os projetos foram classificados nas seguintes modalidades:

**Educação** - Conjunto de ações que preveem processos educativos (ensino) e direcionados aos empregados de cooperativas, aos associados e a seus familiares, bem como da comunidade. Foram realizados 25 eventos com 766 participações e carga horária de 126 horas/aula.

**Saúde** - Ações voltadas para a prevenção e manutenção da saúde física e mental para a melhoria da qualidade de vida do público beneficiário, sendo realizados 01 ações, com 39 beneficiados e carga horária 04 horas/atividade.

**Cultura** - São ações que fortalecem a sociedade, por meio dos seus hábitos, seus costumes, crenças e valores formadores da cultura. Atividades que se desenvolvem trabalhando o conjunto das características humanas inatas, que se criam, se preservam ou aprimoram por meio da comunicação e cooperação entre indivíduos. Não foi realizado nenhum evento na área de cultura

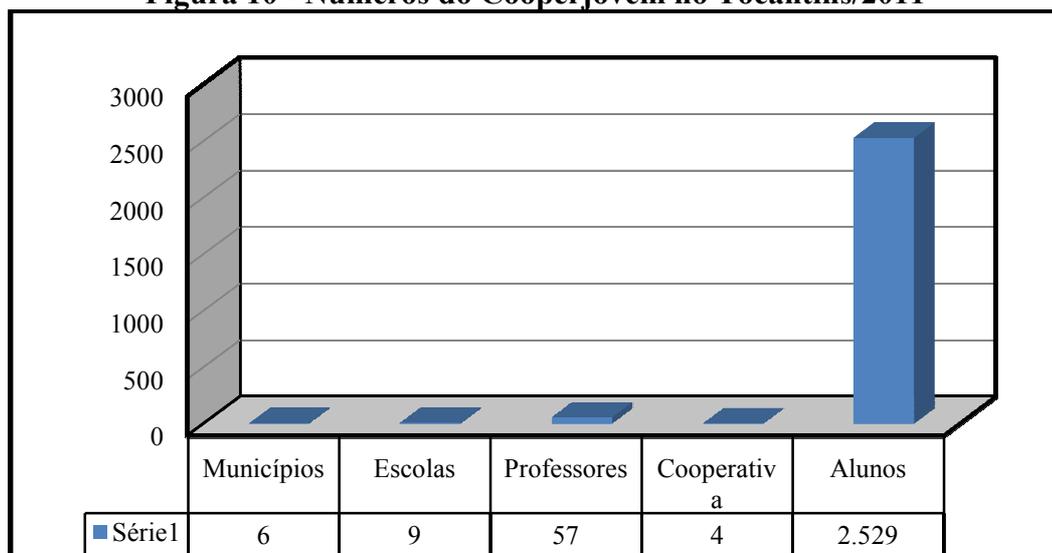
**Integração Social** - Ações que visam atender às necessidades de integração dos associados, empregados de cooperativas, seus familiares e a comunidade. Foram realizados 03 eventos com 486 participações com carga horária de 18 horas/aula.

#### **As principais atividades realizadas:**

As realizações descritas abaixo são aquelas vinculadas à Subfunção: 0108 - Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador; Subfunção: 8954- Atividades Desportivas e Socioculturais Subfunção: 8972- Cursos de Alfabetização e concorreram para o alcance do objetivo estratégico *Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do Cooperativismo em todo o Brasil.*

Uma das principais ações dentro da Promoção Social é o Programa Juventude e Cooperação (Programa Cooperjovem), que tem a finalidade fomentar o cooperativismo dentro das escolas. O programa é voltado para professores, técnicos de cooperativas e alunos e oferece formação/capacitação continuada dentro dos princípios e valores cooperativistas aos estudantes do ensino fundamental e médio.

**Figura 10 - Números do Cooperjovem no Tocantins/2011**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

O SESCOOP/TO com o Fundecoop Especial 020/2011 que tem por objetivo reestruturar o Programa Cooperjovem no Estado, desde sua aplicação metodológica junto às instituições de ensino, até a sistematização e acompanhamento dos dados, resultou no ano de 2011 os seguintes números: está presente em 06 municípios por meio de 4 cooperativas, envolvendo 9 escolas com 2.529 alunos e 57 educadores. Deste modo, com o intuito do aperfeiçoamento contínuo foram realizadas diversas ações vinculadas ao programa.

#### • VIII ENCONTRO ESTADUAL COOPERJOVEM

O SESCOOP/TO pretende dar continuidade os trabalhos que foram desenvolvidos nos encontros anteriores, pois existe uma evidente necessidade de sempre estar promovendo o alinhamento das ações.

A atividade tem como finalidade vivenciar experiências sobre cooperativismo com o intuito de multiplicar os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar; refletir conjuntamente sobre o Programa Cooperjovem na escola e na cooperativa; adquirir novos conhecimentos através da troca de experiências.

Foram capacitados 53 professores de escolas participantes do Programa Cooperjovem a um valor por beneficiário de R\$ 175,60. Participaram os coordenadores e Professores do Programa Cooperjovem no estado.

#### **Metas físicas e financeiras**

##### META S PREVISTA S REALIZADA S % DE REALIZAÇÃO

Financeiras	R\$ 9.600,00	R\$ 9.307,01	96,94 %
Físicas	40	53	132,50 %

As metas físicas foram realizadas 32,50% acima do previsto, graças a parceria com a Secretaria de Educação do município de Gurupi, que viabilizou a vinda dos professores que atuam com o programa no município no referido encontro. Os recursos previstos foram utilizados quase que em sua totalidade conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### **Realizações por elemento de despesa**

Material de Consume	2.203,5050	Despesas com alimentação dos participantes
Passagens e locomoções	2.137,17	Despesas referentes à aquisição de passagens aéreas instrutor
Diárias e Hospedagens	1.596,00	Despesas referentes a despesas de hospedagem do instrutor e participantes.
Outras Despesas de Viagem	83,10	Alimentação do instrutor e táxi
Materiais para treinamento	162,24	Despesas com apostila, crachá e pastas
Serviços Especializados Pessoa Jurídica	3.125,00	Honorários do instrutor pessoa jurídica

O evento conseguiu mobilizar participantes dos municípios de Palmas, Gurupi, Pedro Afonso, Marianópolis e Formoso do Araguaia. O custo médio por participante foi R\$ 175,60 incluindo despesas com alimentação e hospedagem dos participantes do interior do estado.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 9.307,01/ 53

**Desempenho do indicador:** R\$ 175,60 custo médio por beneficiário.

- **JOGOS COOPERATIVOS**

A atividade tem como finalidade vivenciar experiências sobre cooperativismo com o intuito de multiplicar os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar; refletir conjuntamente sobre o Programa Cooperjovem na escola e na cooperativa; adquirir novos conhecimentos através da troca de experiências.

Foram capacitados 35 professores de escolas participantes do Programa Cooperjovem a um valor por beneficiário de R\$ 125,44. Participaram da capacitação todas as escolas participantes do programa Cooperjovem, no município de Gurupi.

#### **Metas físicas e financeiras**

META	S PREVISTA	S REALIZADA	S % DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 4.393,00	R\$ 4.390,56	99,94 %
Físicas	35	35	100 %

As metas físicas foram realizadas em sua totalidade, oportunizando aos beneficiários conhecerem e vivenciarem a prática dos jogos cooperativos como uma pedagogia da cooperação para o desenvolvimento do programa Cooperjovem e do cooperativismo, assim promovendo o exercício da convivência e da cooperação, incentivando a sua prática no cotidiano escolar, empresarial, familiar e comunitário. A metas financeiras foram utilizados quase que em sua totalidade.

#### **Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	262,90	Despesas com combustível
Passagens e locomoções	824,27	Despesas referentes à a

		passagens aéreas
Diárias e Hospedagens	735,00	Despesas referentes a despesas de hospedagem do instrutor e diária do técnico
Outras despesas de Viagem	107,51	Alimentação do instrutor
Materiais para treinamento	118,48	Despesas com apostila, crachá, pastas e reprodução de material didático
Serviços Especializados Pessoa Física	1.952,00	Honorários do instrutor
Encargos s/ serviços	390,40	Encargos INSS pessoa física

Os recursos previstos foram utilizados de acordo com o orçamento, as despesas com lanche e local para realização do evento foi contrapartida da cooperativa que apoia o programa em Gurupi.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 4.390,56/ 35

**Desempenho do indicador:** R\$ 125,44 custo médio por beneficiário.

- **PALESTRAS DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

A finalidade da ação é conscientizar os pais e educadores sobre o papel de cada um no processo educativo dos filhos e alunos. Além de esclarecer, orientar os cooperados/pais e colaboradores em pontos importantes e fundamentais no processo educacional dos filhos, visando um melhor desempenho dos alunos. As palestras foram ministradas no municípios de Miranorte, Gurupi, Palmas, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia, foram beneficiados 389 participantes (pais, alunos e professores).

#### **Metas físicas e financeiras**

##### **META S PREVISTA S REALIZADA S % DE REALIZAÇÃO**

Financeiras	R\$ 11.205,00	R\$ 9.075,14	80,99 %
Físicas	120	429	357,50 %

As metas físicas foram realizadas em 357,50 % acima do previsto. A metas financeiras foram utilizados 80,99% do previsto, pois houve economicidade nas passagens aéreas e em honorários dos palestrantes.

#### **Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	985,86	Despesa com combustível e lubrificante
Passagens e locomoções	535,82	Despesas com passagens aéreas palestrantes
Diárias e Hospedagens	1.676,00	Despesas referentes a hospedagem palestrantes e diárias dos técnicos que acompanharam a atividade
Outras despesas de Viagens	48,02	Alimentação do palestrante

Material para Treinamentos	184,44	Despesas reprodução de material didático
Serviços Especializados – PJ	4.950,00	Honorários dos palestrantes
Serviços de Transporte	85,00	
Encargos S/Serv. de Terceiros	610,00	Encargos INSS pessoa física

A participação acima do previsto aconteceu em virtude da mobilização feita em parceria SESCOOP/TO e escolas envolvidas. O valor médio por participante ficou R\$ 23,33.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 9.075,14/ 389

**Desempenho do indicador:** R\$ 23,33 custo médio por beneficiário.

**As realizações descritas a seguir, são aquelas vinculadas à Subfunção: 8954- Atividades Desportivas e Socioculturais**

- **IV ENCONTRO DE MULHERES COOPERATIVISTAS**

O SESCOOP/TO vem realizando regularmente o Encontro de Mulheres Cooperativistas, da sua primeira edição até a atual já temos resultados bastante satisfatórios, entre eles a implantação de 3 núcleos femininos. Na 4ª edição do evento, tivemos a oportunidade de conhecer experiências do cooperativismo gaúcho, além de trabalhar na identificação dos aspectos de inquietação acerca do desenvolvimento pessoal e profissional. Contamos com a presença de 43 mulheres. Compareceram representantes de nove cooperativas: Coapa, Cooperfruto, Coopernorte, Unimed Palmas, Sicoob Credipar, Coopercristal, Coopefa, Cooperlago e Ceduc representando 4 ramos diferentes Agropecuário, Saúde, Crédito e Educacional.

**Metas físicas e financeiras**

**META S PREVISTA S REALIZADA S % DE REALIZAÇÃO**

Financeiras	R\$ 9.074,00	R\$ 7.730,04	85,19%
Físicas	50	43	86 %

As metas físicas foram realizadas em 86% nesta atividade. As metas financeiras foram utilizadas 85,19%.

**Realizações por elemento de despesa**

Material de Consumo	2.121,00	Despesas com alimentação dos participantes
Passagens e locomoções	1.851,24	Despesas passagens áreas palestrantes
Diárias e Hospedagens	1.117,00	Despesas referentes a hospedagem dos palestrantes e participantes
Materiais para treinamento	450,00	Despesas com apostila, crachá, pastas e reprodução de material didático
Serviços Especializados Pessoa	2.000,00	Honorários palestrante pessoa

Jurídica		jurídica
Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	100,80	Confecção Bolsa distribuída aos participantes
Encargos s/ Serv. de terceiros	90,00	Encargos

O custo médio por participante foi R\$ 179,77, tal valor é inferior ao preço de mercado, pois inclui despesas com refeição e lanche.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 7.730,04/ 43

**Desempenho do indicador:** R\$ 179,77 custo médio por beneficiário.

#### • PROGRAMA COOPERAR SÉTIMA EDIÇÃO

A COOPERFRIGU (Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi) desenvolve o Projeto Cooperar, que vem sendo executado desde outubro de 2005 em parceria com diversas instituições dentre elas o SESCOOP/TO e outras entidades do sistema S e governo do Estado. A atividade tem como finalidade integrar cooperados, empregados e seus familiares, através de inúmeras ações, tais como: palestras educativas, educação cultural (momentos artísticos), festa para crianças campanhas educativas e de doações. Teve a participação de 243 beneficiados, ficando a um valor por beneficiário de R\$ 53,25.

#### Metas físicas e financeiras

##### META S PREVISTA S REALIZADA S % DE REALIZAÇÃO

Financeiras	R\$ 13.235,00	R\$ 12.941,02	97,78 %
Físicas	200	243	121,5 %

As metas físicas foram realizadas em 21,5% acima do previsto. As metas financeiras foram utilizadas 97,78% do previsto.

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	92,12	Despesa com combustível
Passagens e locomoções	1.044,50	Despesas com passagens aéreas do palestrante
Diárias e Hospedagens	373,50	Despesas referentes a hospedagem do instrutor e diárias dos técnicos que acompanharam a atividade
Outras despesas de Viagens	34,90	Alimentação do palestrante
Material de Divulgação	9.500,00	Confecção de Camisetas
Serviços Especializados – PJ	1.780,00	Honorários dos palestrantes
Encargos S/Serv. de Terceiros	116,00	Encargos INSS pessoa física

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 12.941,02/ 243

**Desempenho do indicador:** R\$ 53,25 custo médio por beneficiário.

### 5.1.3. Investimentos em Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas

As atividades de monitoramento e desenvolvimento de cooperativas têm como principal objetivo a manutenção da qualidade da gestão das cooperativas, preservando sua credibilidade perante terceiros e a transparência ante o quadro social. Busca-se, ainda, assegurar a longevidade das cooperativas.

A qualidade da gestão é perseguida mediante processos que envolvem a constituição, o registro, o sistema de acompanhamento e a auditoria de gestão, incluindo também a análise de cenários econômicos e dos meios de conduzir os negócios nos diversos ambientes onde atuam.

Esses processos combinam-se ao monitoramento das cooperativas, que busca proporcionar melhores níveis de eficiência e eficácia, com maiores resultados e menos gastos financeiros. Outra meta é garantir que as cooperativas sejam, de fato, sociedades democráticas atentas aos anseios dos cooperados, sem, contudo, perder de vista o mercado e os condicionantes econômicos.

#### • FOMENTO A CONSTITUIÇÃO E REGISTRO DE COOPERATIVAS

O SESCOOP/TO tem como missão apoiar o cooperativismo dentro do estado do Tocantins, a finalidade desta atividade foi apoiar através do repasse de orientação/informação a constituição e funcionamento de cooperativas, respeitando os valores e princípios do cooperativismo, observando critérios como viabilidade econômica, área atuação e mercado.

#### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 2.493,00	R\$ 1.011,98	40,59%
Físicas **	12	33	275%

\*\* Atendimentos previstos x realizados

As metas físicas foram realizadas 61,11% acima do previsto, as metas financeiras foram realizadas com 40,59% dos recursos financeiros, como maior parte da demanda de grupos interessados partiu do município de Palmas houve uma economicidade nas metas financeiras, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	186,98	Despesas com combustível
Diárias e Hospedagens	825,00	Despesas diária dos técnicos.

Conseguiu-se uma economicidade nos valores referentes ao material de consumo (combustível) haja vista que algumas demandas foram atendidas em parceria e o deslocamento por meio do veículo da SEAGRO.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 1.011,98 / 33

**Desempenho do indicador:** R\$ 30,66 custo médio por beneficiário.

## • VISITAS TÉCNICAS E ACOMPANHAMENTO DE COOPERATIVAS

A visita técnica é uma forma de aproximação das cooperativas com o sistema cooperativista, através delas é possível aperfeiçoar/mensurar os serviços prestados pelo SESCOOP/TO e acompanhar o andamento e desenvolvimento da gestão da cooperativa.

A finalidade da atividade foi aprimorar e estreitar o relacionamento do SESCOOP/TO com as cooperativas, realizando o levantamento das demandas, orientações técnicas, contábeis/tributárias, jurídicas e de capacitação para incentivar o aprimoramento das cooperativas e atualizar o banco de dados.

### Metas físicas e financeiras

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 5.408,00	R\$3.445,70	63,71 %
Físicas **	18	49	272%

\*\* Visita e atendimento a cooperativas

Atingiu-se 63,71% da meta financeira prevista, e as metas físicas ultrapassou o previsto em 272% acima do previsto, a economicidade nos recursos financeiros se deu pelo fato de muitas cooperativas terem procurando atendimento na sede do Sistema OCB/SESCOP-TO, não tendo sido necessário gasto com locomoção, diárias e hospedagens.

### Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	796,70	Despesas com combustível
Passagens e locomoções	24,00	Despesas com transporte terrestre (van)
Diárias e Hospedagens	2.625,00	Despesas diária do técnico.

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** R\$ 3.445,70 / 49

**Desempenho do indicador:** R\$ 70,32 custo médio por atendimento/visita a cooperativa.

#### 5.1.4. Divulgação/Comunicação

Optamos por mencionar a Divulgação/comunicação do SESCOOP/TO como subtítulo deste capítulo uma vez que esta ação esteve vinculada, no ano de 2011, à atuação finalística. As realizações descritas a seguir são aquelas vinculadas à Subfunção "131 - Comunicação Social", Programa "0253- Serviços de Comunicação de Massa", ação "8919- Divulgação de Ações Institucionais".

Importante ferramenta para disseminação e consolidação da filosofia cooperativista, tanto na mídia como também nos veículos internos das próprias sociedades cooperativas, o SESCOOP/TO se destaca a cada ano com novas iniciativas.

Durante o ano de 2011 a principal meta foi ações voltadas para divulgar programas, resultados e a prática da cooperação e do cooperativismo desenvolvidas pelo SESCOOP/TO. Entre os principais trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- **PLANO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING**

Estratégia de comunicação tem por objetivo comunicar de forma clara e compreensiva a proposta de valor de uma instituição, ou seja, “o que” a empresa, por meio de seus produtos e serviços, tem para oferecer ao seu público-alvo.

Os benefícios gerados pelo plano de marketing e comunicação são perceptíveis além da redefinição da logomarca e padronização da identidade visual, houve um acréscimo do número de pessoas interessadas em obter informações sobre cooperativismo e constituição de cooperativas, e conseqüentemente, aumento da demanda para realização de palestras e cursos de cooperativismo.

**Metas físicas e financeiras**

METAS	PREVISTAS	REALIZADAS	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 21.500,00	R\$10.892,00	50,66 %
Físicas **	04	02	%

\*\* Se refere a número de edições do informativo impresso do Sistema OCB/SESCOOP/TO.

Foram previsto 4 edições do informativo e foram publicadas 2 edições maio e setembro, devido a isso foi utilizado 50,66% do previsto referente a meta financeira.

**Realizações por elemento de despesa**

Serv. e Divulg Institucionais	10.287,00	Folder, Informativo (criação, impressão e redação)
Encargos s/ Serv. Terceiros	605,00	Imposto referente a serv. pessoa física

**Indicadores de Desempenho:** Valor total do evento / número total de beneficiários.

**Cálculo do indicador:** 10.892,00 /2

**Desempenho do indicador:** R\$ 5.446,00 custo médio por edição.

- **FEIRA AGROTINS**

A Feira de transferência de tecnologia agropecuária da região amazônica já consolidou como um evento de referencia nacional no agronegócio, permitindo a transferência do conhecimento científico e tecnológico. Os resultados obtidos nas edições anteriores da Feira mostram a consolidação de um importante portal para o agronegócio.

A Agrotins permite a difusão e a transferência do conhecimento científico e tecnológico, divulgando as potencialidades produtivas do Estado para o setor agropecuário. É uma grande oportunidade para divulgação das ações do sistema cooperativista do Tocantins. Em 2011 a Feira movimentou em negócios mais a de R\$ 70 milhões, mais de 30 mil visitantes.

**Metas físicas e financeiras**

META S	PREVISTA S	REALIZADA S	% DE REALIZAÇÃO
Financeiras	R\$ 1.606,00	R\$ 1.605,17	99,95 %
Físicas			

As metas financeiras foram utilizados em quase sua totalidade 99,95% do previsto.

## Realizações por elemento de despesa

Material de Consumo	375,17	Despesa com combustível, material de copa, limpeza e refeitório.
Locações	1.050,00	Locação de espaço na Feira
Outras desp. Viagens	180,00	

### 5.1.5. Transferência regulamentares de convênios e outros instrumentos análogos.

Não houve transferências de recurso para execução por terceiros no exercício de 2011.

## 5.2. Gestão do Sistema

### 5.2.1. Gestão Interna

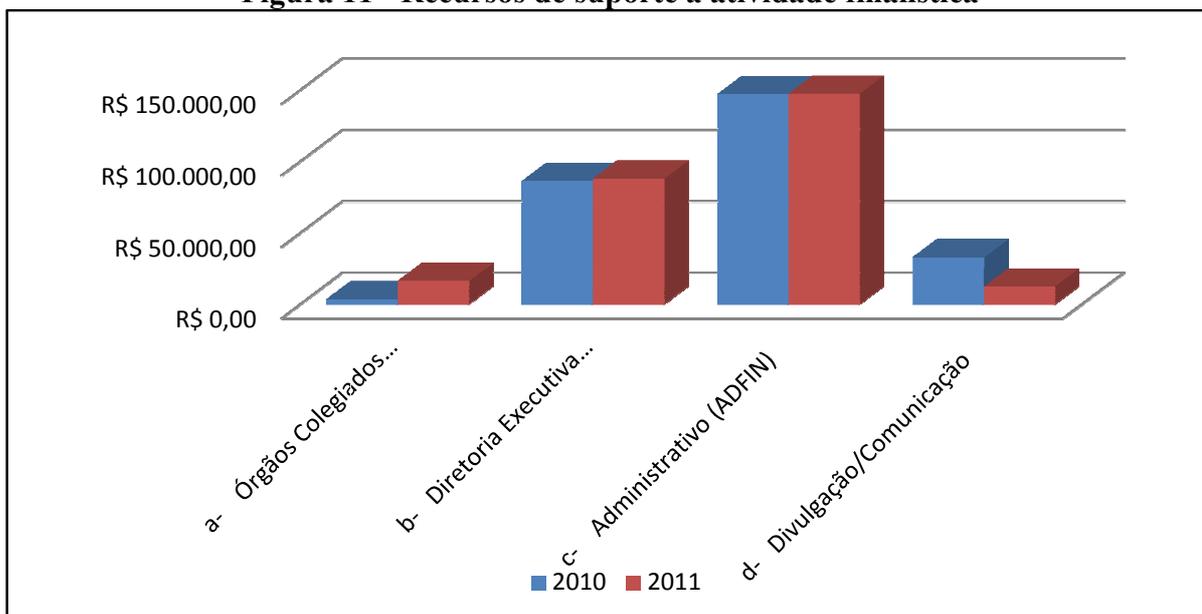
Nesse tópico, será mostrado como o SESCOOP utiliza o orçamento que recebe anualmente para administrar seus processos que dão suporte à atividade finalística. Em linhas gerais, os recursos foram executados, entre outras, nas seguintes áreas:

#### I. Aprimoramento da Gestão

Modernização Organizacional – Revisão da Estrutura e Gestão por Competências conforme mencionado anteriormente. Os principais projetos e desafios dessa área foram listados no capítulo 4, que trata do relacionamento do SESCOOP/TO com o público interno o mesmo manteve seu quadro de colaboradores igual ao ano de 2010 mantendo sua estrutura organizacional e priorizando a retenção de bons profissionais. Não existe ainda, um plano de cargos, carreiras e salários no SESCOOP/TO, diante da dimensão e da complexidade que o mesmo exige na sua implementação, no entanto, a unidade estadual aguarda a execução do Projeto iniciado pelo SESCOOP Nacional – Gestão de Pessoas, previsto para 2012.

Como apresentado no Quadro 5 os recursos que dão suporte a atividade finalística foram assim distribuídos:

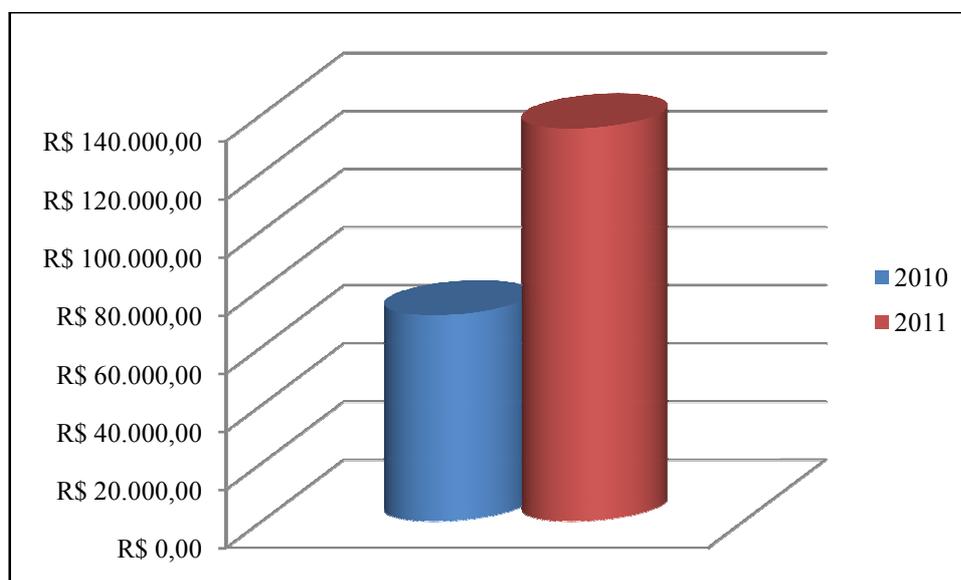
**Figura 11 - Recursos de suporte a atividade finalística**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

Além disso, foram utilizados recursos na formação do quadro pessoal da unidade estadual, como se verifica no gráfico abaixo sobre investimentos/treinamento RH:

**Figura 12 - Gráfico de Investimentos**



Fonte: Dados do Sescoop/TO.

## **II - Gestão de Tecnologia da Informação**

Apesar do SESCOOP/TO não possuir uma área específica de TI, a equipe de colaboradores avaliam a gestão de tecnologia da informação conforme o Anexo III. Sendo que a manutenção e reparos de equipamentos eletrônicos são feita por terceiros.

Os softwares que são utilizados foram adquiridos pela Unidade Nacional, que repassou as licenças de utilização ao SESCOOP/TO. No ano de 2010 foi o início do desenvolvimento de infraestrutura para viabilização de reuniões remotas e transmissão de eventos via internet (videoconferência), o sistema foi comprado pela unidade nacional e instalado em nossa unidade.

## **III - Sistema de Controle Interno**

A Diretoria Executiva e Conselho de Administração do SESCOOP/TO tem ciência que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. O SESCOOP/TO vem realizando esforços para adoção de instrumentos e estratégias visando orientar a execução eficiente e oportuna das atividades voltadas ao controle interno.

Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo SESCOOP/TO, os mecanismos adotados de um modo geral são percebidos pelos colaboradores e em todas as áreas.

O sistema de controle interno do SESCOOP/TO está avaliado conforme anexo IX, os itens 12, 13, 14, 15 e 28, 29 e 30, deste anexo são controlados e monitorados pela Assessoria de Auditoria e Controle da Unidade Nacional.

Até o momento não recebemos recomendações dos órgãos de Controles – TCU e CGU.

As realizações aqui descritas são aquelas vinculadas à Subfunção "122 – Administração Geral", Programa "0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego", ação "8911 - Gestão Administrativa", "121 – Planejamento e Orçamento", Programa "0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego", ação "8938 – Gestão do Processo de Planejamento Institucional"; "122 –

Administração Geral", Programa "0750 – Apoio Administrativo", ação "8901 - Manutenção dos Serviços Administrativos; "122 – Administração Geral", Programa "0750 – Apoio Administrativo", ação "8910 – Ações de Informática; 125 – Normatização e Fiscalização ", Programa "0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego", ação "8938 - Gestão do Processo de Planejamento Institucional; 125 – Normatização e Fiscalização", Programa "0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno", ação "8914 – Serviços de Administração e Controle Financeiro e ação “8951 – Serviços de Auditoria”;

## 5.2.2. Outras informações relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da unidade

**Quadro 11 - Desempenho da Unidade**

Itens	2011					
	Total	Formação Profissional	Promoção Social	Monitoramento	Gestão Interna	Total
Eventos	Previsto	85	30	69	-	184
	Realizado	89	29	108	-	226
	Índice %	<b>104,70%</b>	<b>96,66%</b>	<b>156,52%</b>	-	<b>122,82%</b>
Beneficiários	Previsto	1849	757	63	-	2669
	Realizado	2918	1291	107	-	4316
	Índice %	<b>157,81%</b>	<b>170,54%</b>	<b>169,84%</b>	-	<b>161,70%</b>
Carga horária	Previsto	963	182	162	-	1307
	Realizado	1032	148	204	-	1384
	Índice %	<b>107,16%</b>	<b>81,31%</b>	<b>125,92%</b>	<b>0,00%</b>	<b>105,89%</b>
Recursos Financeiros	Previsto	R\$ 600.072,00	R\$ 248.309,00	R\$ 111.047,00	R\$ 308.906,00	R\$ 1.268.334,00
	Realizado	R\$ 519.845,98	R\$ 119.243,80	R\$ 79.142,46	R\$ 264.397,49	R\$ 982.629,73
	Índice %	<b>86,63%</b>	<b>48,02%</b>	<b>71,26%</b>	<b>85,59%</b>	<b>77,47%</b>

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

De um modo geral, em 2011 nossos indicadores apresentaram um bom resultado, conseguimos atingir um público total de 4.316 beneficiários, acima do número previsto. Alguns eventos não foram realizados, mas mesmo assim o índice de realização de eventos ficou acima do previsto, devido às demandas que não estavam previstas em nosso plano de trabalho, mas que foram solicitações de cooperativas, julgando necessária atendê-las, visto que as ações eram pertinentes. Sempre pautamos pela eficiência, eficácia e economicidade em nossos eventos. Foram realizados também alguns eventos de convênios: FUNDECOOP 008/2010, 002/2011, 0019/2011 e 020/2011.

### ➤ Atividades programadas e não realizadas

Algumas ações previstas em nosso plano de trabalho não foram realizadas, são elas: 01 palestra de Desenvolvimento Educacional, 01 Curso de Elaboração e Gestão de Projetos, o mesmo não foi realizado a pedido da cooperativa, que solicitou que o mesmo seja realizado no primeiro quadrimestre do próximo ano, 02 Palestra de Sensibilização e 03 Palestras para Cooperados; as duas últimas fazem parte do convênio 008/2010 Fundecoop Especial e no convenio Fundecoop especial 020/2011, foi previsto a realização de 02 oficina, na Atividade 1. 2 Módulo II – Cooperativismo, uma na cooperativa COED e outra na COOPEFA, só foi realizada uma única oficina na cooperativa COOPEFA, a cooperativa COED optou em realizar a oficina em janeiro/2012 mês de férias do professores/cooperados. Ainda no convenio Fundecoop especial 020/2011 a meta ação 2.1 Reprodução Material Cooperjovem e Primeiras Lições não foi concretizada, pois o processo licitatório foi cancelado, uma nova realização será realizada no primeiro quadrimestre do próximo ano.

### ➤ Metodologia utilizada nos eventos

Com o intuito de propiciar a construção coletiva através da teoria e prática, adotamos na maioria dos eventos uma metodologia participativa com exposição dialogada, vivências individuais e grupais, painéis interativos, linguagem adequada aos diferentes níveis de formação e conhecimento e utilização de equipamentos de multimídia.

### ➤ Avaliação dos eventos

A avaliação se deu de forma individual e grupal, por escrito e informal. No aspecto individual, foi aplicada uma avaliação de reação com os seguintes indicadores: relevância do tema; conteúdo do curso; carga horária do curso; domínio do assunto pelo moderador; dinâmica de exposição de conteúdo; capacidade de esclarecer dúvidas; qualidade dos recursos utilizados; qualidade do material distribuído; carga horária e comentários e sugestões.

De um modo geral, os resultados das avaliações foram entre BOM e OTIMO pelos participantes.

### ➤ Parcerias

Para a execução das ações, buscamos parcerias com instituições públicas e privadas que pudessem contribuir de alguma forma. Abrimos um espaço para órgão/entidades que trabalham também com o cooperativismo.

Firmamos um convênio: FUNDECOOP 008/2010 “Organização do Quadro Social Elemento de Sustentação das Cooperativas Tocantinense; FUNDECOOP 002/2011 “Gestão Profissionalizada das Cooperativas do Tocantins”; FUNDECOOP 019/2011 “Gestão Profissionalizada do Cooperativismo de crédito” ; FUNDECOOP 020/2011 “Reestruturação do Programa Cooperjovem no Estado do Tocantins”

Além dos convênios formalizados, contamos com o apoio da OCB-SESCOOP Nacional, IFTO – Instituto Federal do Tocantins, Superintendência do MAPA no Estado do Tocantins, Secretaria Estadual da Educação, através das Delegacias Regionais e Secretaria Municipal da Educação de Palmas.

## 5.3. Indicadores de Desempenho Operacional

### 5.3.1. Indicadores de Eficácia

**Nome:** Índice de Aplicação dos Recursos (IAR)

**Descritivo:** calcula o percentual de investimento total realizado em relação ao previsto, excluindo-se recursos provenientes do Fundecoop.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Investimento total realizado}}{\text{Investimento total previsto}}$$

	Em R\$		
Elementos	2009	2010	2011
Investimento Total Realizado	897.956,21	865.086,44	817.010,22
Investimento Total Previsto	1.044.456,00	925.788,00	950.376,00
<b>Índice de Aplicação dos Recursos (IAR)</b>	<b>86%</b>	<b>93%</b>	<b>86%</b>

Fonte: dados SESCOOP/TO

Este índice demonstra o investimento total (recurso próprio + recurso suplementar) realizado em relação ao previsto. Em 2011 tivemos uma utilização de 86% do valor previsto, porém consideramos que tivemos um bom desempenho em relação ao número de beneficiários e de eventos realizados.

**Nome:** Média de Participantes por Evento (MPE)

**Descritivo:** calcula o número médio de participantes por evento.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Total de participantes}}{\text{Total de Eventos}}$$

Elementos	2009	2010	2011
Total de Participantes	3.707	6.878	4316
Total de Eventos	306	304	226
<b>Média de Participantes por Evento (MPE)</b>	<b>12,11</b>	<b>22,62</b>	<b>19,09</b>

Fonte: dados SESCOOP/TO

Comparando o índice referente ao ano de 2009 tivemos um acréscimo no índice de 6,98 e um decréscimo 3,53 se comparado ao índice do ano anterior, essa alteração nos últimos dois anos ocorreu, pois o SESCOOP/TO optou em diminuir o número de eventos e aumentar a carga horária dos mesmos.

**Nome:** Índice de Aceitação de Apontamentos (IAA)

**Descritivo:** calcula o percentual dos apontamentos que foram acatados pelas unidades estaduais auditadas.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Apontamentos acatados}}{\text{Apontamentos realizados}}$$

Elementos	2009	2010	2011
Apontamentos Acatados	0	0	11
Apontamentos Realizados	0	0	10
<b>Índice de Aceitação de Apontamentos (IAA)</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>90,90%</b>

Segundo o relatório 019/2011 das 11 recomendações sugeridas pela auditoria do Sescop Nacional, 90,90% dessas foram realizadas. Quanto ao cumprimento das recomendações, verificar o anexo V deste relatório.

### 5.3.2. Indicadores de Eficiência

**Nome:** Investimento Médio por Participante (IMP)

**Descritivo:** calcula o valor médio investido em eventos por participante.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Investimento total}}{\text{Total de participantes}}$$

Elementos	2009	2010	2011
Investimento Total	382.858,91	657.433,55	344.341,34
Total de Participantes	3.707	6.878	4.316
<b>Investimento Médio por Participante (IMP)</b>	<b>R\$ 103,27</b>	<b>R\$ 95,58</b>	<b>R\$ 79,78</b>

Em R\$

Fonte: dados SESCOOP/TO

O investimento médio por participante nas ações do SESCOOP/TO apresentou redução se comparado aos últimos dois anos, apresentando média de R\$79,78 por participante. Esse valor

representa índice eficiente quando comparamos a sua aplicabilidade junto ao número total de participantes nos eventos realizados.

**Nome:** Investimento Médio por Evento Realizado (IME)

**Descritivo:** calcula o valor médio investido por evento.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Investimento total em eventos}}{\text{Total de eventos realizados}}$$

Em R\$			
Elementos	2009	2010	2011
Investimento Total em Eventos	382.858,91	657.433,55	356.838,51
Total de Eventos Realizados	306	304	226
<b>Investimento Médio por Evento Realizado (IME)</b>	<b>R\$ 1.251,17</b>	<b>R\$ 2.162,61</b>	<b>R\$ 1.523,64</b>

Fonte: dados SESCOOP/TO

O cálculo do índice de investimento médio por evento havia aumentado na relação 2009/2010, no entanto, no último ano houve uma redução de 30%. Como já mencionado anteriormente neste relatório, os eventos de 2011 promovidos pelo SESCOOP/TO pautaram em carga horária maiores para os participantes, mesmo com um número menor de eventos realizados.

### 5.3.3. Indicadores de Efetividade

**Nome:** Índice de Fortalecimento do Sistema (IFS)

**Descritivo:** calcula relação entre o valor investido pelo SESCOOP (em ações finalísticas) e a variação do valor arrecadado pelo SESCOOP no último período, em relação ao período anterior.

**Fórmula:** 
$$\frac{\text{Variação do valor arrecadado}}{\text{Valor investido}}$$

Elementos	2009	2010	2011
Variação do Valor Arrecadado	-58.634,14	213.576,75	-63.740,19
Valor Investido	683.959,62	923.442,51	730.729,41
<b>Índice de Fortalecimento do Sistema (IFS)*</b>	<b>-0,09</b>	<b>0,23</b>	<b>-0,09</b>

Fonte: dados SESCOOP/TO

A variação do valor arrecadado foi um índice de fortalecimento de -0,09. Esse valor pode ser analisado também com base na receita do SESCOOP/TO que na relação 2011/2010 houve uma variação de -6%.

## CAPÍTULO 6

### 6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária e o planejamento institucional do SESCOOP têm por finalidade contribuir para a transparência e o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa.

O programa de trabalho/orçamento do SESCOOP/TO, na forma da reprogramação aprovada pelo Conselho Nacional, envolveu recursos no total de R\$ 1.268.334,00 (um milhão e duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e trinta e quatro centavos). As receitas atingiram o valor de R\$1.046.925,91 (um milhão e quarenta e seis mil e novecentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos) o que representou variação negativa de 5,74% de 2011 em relação ao ano de 2010.

As aplicações alcançaram o montante de R\$ 982.629,73 (novecentos e oitenta e dois mil e seiscentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), correspondente a 77,47% do previsto para o exercício. Frente a essas realizações, o resultado orçamentário apresentou um superávit de R\$ 64.296,18 (sessenta e quatro mil e duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos).

#### 6.1. Receitas

Para compor o orçamento total do SESCOOP/TO em 2011, foi previsto pelo Conselho Nacional do SESCOOP, uma Receita Direta, na ordem de R\$ 279.418,00 (duzentos e setenta e nove mil e quatrocentos e dezoito reais); mais R\$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais) do Fundcoop; e R\$ 298.823,00 (duzentos e noventa e oito mil e oitocentos e vinte e três reais) dos termos de transferência de recursos do SESCOOP Nacional (valores previstos para o exercício), que totalizou R\$ 1.166.241,00 (um milhão cento e sessenta e seis mil e duzentos e quarenta e um reais). Somando-se a esse valor, o saldo de exercícios anteriores, os juros de títulos de renda, outras receitas correntes e alienação de bens, num total de R\$ 102.093,00 (cento e dois mil e noventa e três reais), gerou uma previsão orçamentária para o exercício de 2011, no valor total de R\$ 1.268.334,00 (um milhão e duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e trinta e quatro reais), que pode se verificar no quadro abaixo.

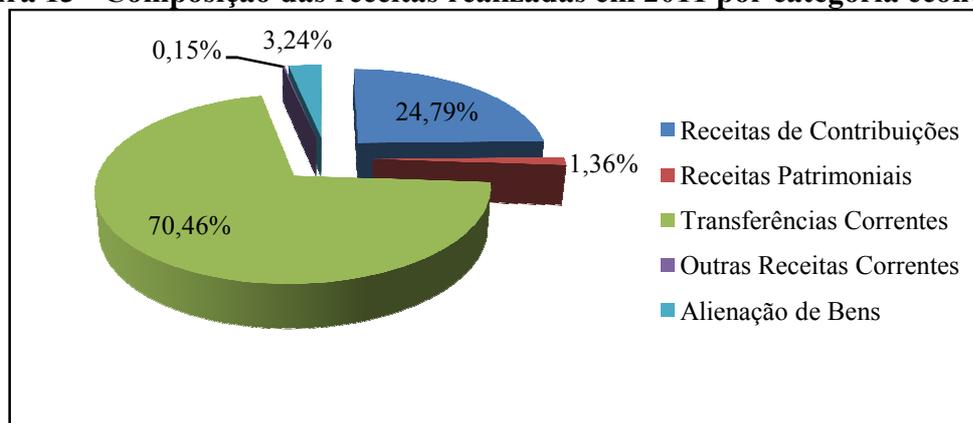
As receitas de contribuições diretas e transferências correntes efetuadas pelo SESCOOP Nacional no exercício de 2011 foram efetivadas no valor de R\$ 997.104,58 (novecentos e noventa e sete mil e cento e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Somando-se a esse valor, as receitas patrimoniais, receitas de capital, outras receitas correntes e os juros de títulos de renda, no montante de R\$ 49.821,33 (quarenta e nove mil e oitocentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), totalizou-se uma receita efetiva no exercício de R\$ 1.046.925,91 (um milhão e quarenta e seis mil e novecentos e vinte e cinco reais e noventa e um centavos), verificando que houve uma diferença no valor de R\$ 221.408,09 (duzentos e vinte e um mil e quatrocentos e oito reais e nove centavos), ou seja, 17,46% a menos em relação à previsão inicial, conforme se verifica no quadro a seguir:

**Quadro 12 - Receitas do SESCOOP/TO**

RECEITAS					
ORIGENS	Prevista		Realizada		Variação %
	R\$	%	R\$	%	
<i>Receitas de Contribuições</i>	279.418,00	22,03%	259.493,44	24,79%	-7,13%
<i>Receitas Patrimoniais</i>	12.000,00	0,95%	14.255,69	1,36%	18,80%
<i>Receitas de Serviços</i>	-	-	-	-	-
<i>Transferências Correntes</i>	886.823,00	69,92%	737.611,14	70,46%	-16,83%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	56.150,00	4,43%	1.622,64	0,15%	-97,11%
<i>Alienação de Bens</i>	33.943,00	2,67%	33.943,00	3,24%	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.268.334,00</b>	<b>100%</b>	<b>1.046.925,91</b>	<b>100%</b>	<b>-17,46%</b>

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

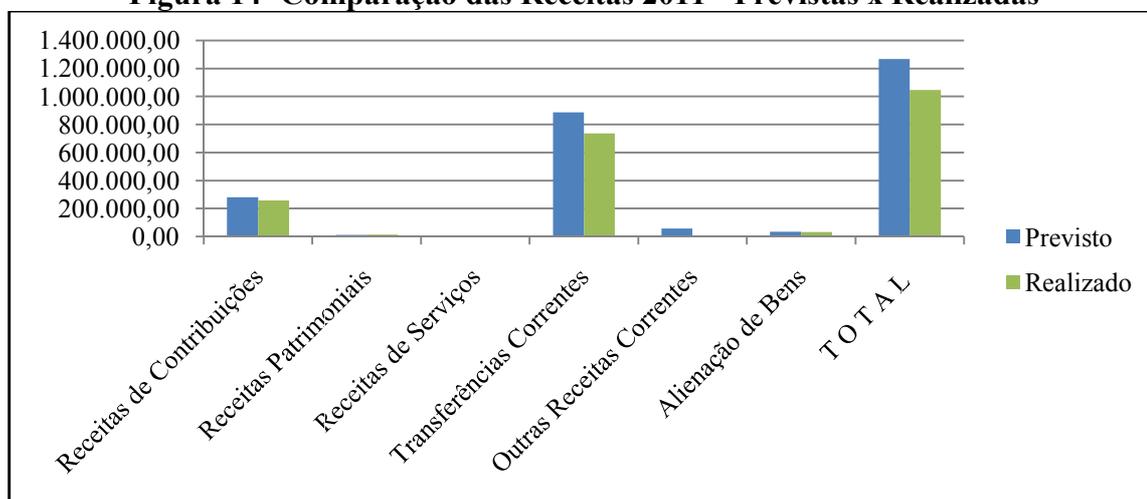
**Figura 13 - Composição das receitas realizadas em 2011 por categoria econômica**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Observa-se que 70,46% das receitas auferidas pelo SESCOOP/TO em 2011 provêm de transferências correntes (repasso SESCOOP Nacional, através da Resolução 387/2009 e Projetos Específicos) e as Receitas de Contribuição representam 24,79% do total realizado.

**Figura 14- Comparação das Receitas 2011 - Previstas x Realizadas**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

Consideramos o percentual de realização da receita satisfatório, pois cumprimos as metas definidas pela Resolução de aplicação de recursos do Fundcoop e realizamos a maioria das ações oriundas de projetos especiais previstas para 2011. Nosso maior desafio foi alcançar a meta de execução das receitas próprias.

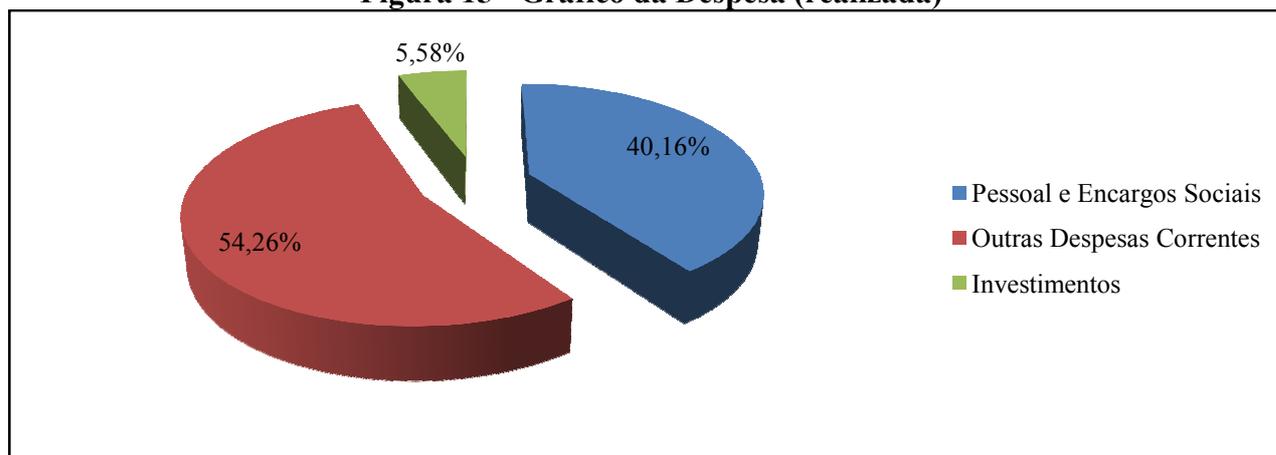
## 6.2. Despesas

**Quadro 13 - Despesas SESCOOP/TO**

DESPESAS					
GRUPOS	Prevista		Realizada		Variação %
	R\$	%	R\$	%	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	419.391,00	33,07%	394.641,55	40,16%	-5,90%
<i>Outras Despesas Correntes</i>	754.198,00	59,46%	533.129,50	54,26%	-29,31%
<i>Investimentos</i>	94.745,00	7,47%	54.858,68	5,58%	-42,10%
<b>RESULTADO</b>	<b>1.268.334,00</b>	<b>100%</b>	<b>982.629,73</b>	<b>100%</b>	<b>-22,53%</b>

Fonte: Dados do SESCOOP/TO - Relsim\_001 (janeiro /dezembro de 2011)

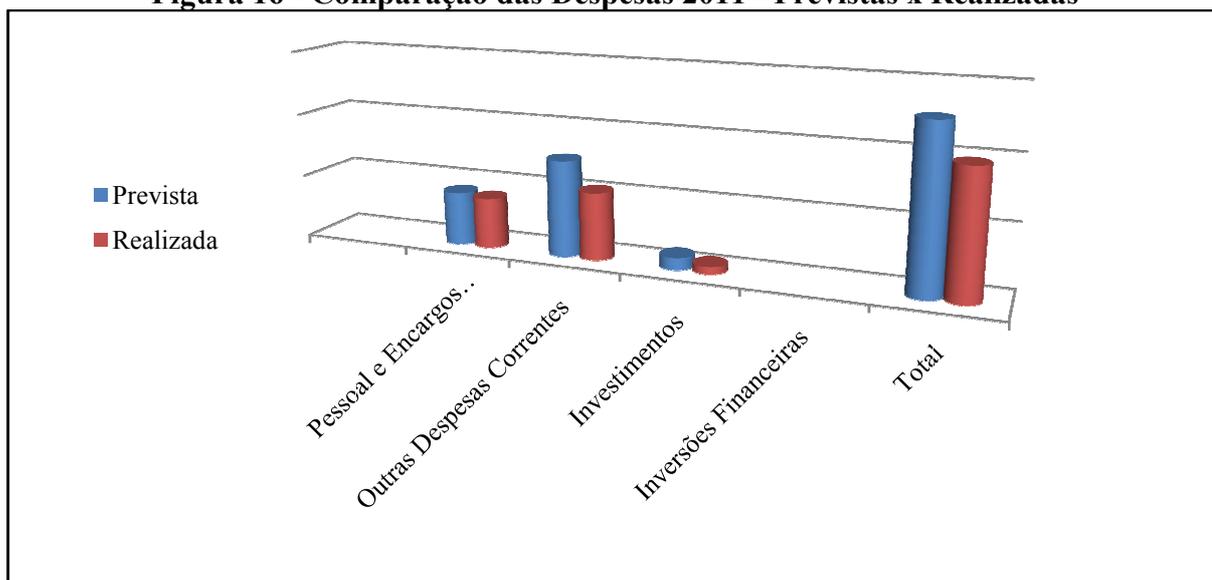
**Figura 15 - Gráfico da Despesa (realizada)**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

As principais aplicações estão inseridas em outras despesas correntes com 54,26% e nas despesas de pessoal e encargos 40,16%. Somente 5,58% foram aplicados em investimento.

**Figura 16 - Comparação das Despesas 2011 - Previstas x Realizadas**



Fonte: Dados do SESCOOP/TO.

O gráfico acima demonstra a diferença entre o valor previsto e o valor realizado. No grupo de Outras Despesas Correntes observa-se que foi realizado 29,31% a menos em relação ao valor previsto, essa diferença justifica-se pelo cancelamento da Licitação 04/2011, a qual a unidade havia previsto um valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) para aquisição de material gráfico. Já no grupo Investimentos o percentual realizado é de 42,10% a menos em relação ao previsto, essa diferença se deve à previsão de adquirir dois veículos em 2011, no entanto só foi adquirido um veículo.

O SESCOOP/TO utiliza o sistema orçamentário como instrumento fundamental para o planejamento das ações e acompanhamento dos resultados, bem como para o controle das receitas e despesas. Ressalta-se também que a composição orçamentária assim como as reformulações referentes às atividades finalísticas do SESCOOP/TO são compostas principalmente das ações demandadas pelas cooperativas. E para melhor adequar a realização das ações durante o ano, o orçamento sofreu duas reformulações: em março e agosto, aprovadas pelo Conselho de Administração.

A dotação orçamentária foi aprovada em R\$ 995.391,00 e já a reformulação teve um acréscimo de 272.943,00, totalizando R\$ 1.268.334,00. Esse aumento foi possível principalmente pelo recebimento de recursos do SESCOOP Nacional através de Projetos Especiais do Fundecoop.

O SESCOOP/TO segue rigorosamente todas as normas e procedimentos pertinentes para a aquisição de bens, produtos e ou serviços, obedecendo à legislação e tendo toda a documentação arquivada em processos individuais. Adotamos todas as rotinas e orientações do SESCOOP Nacional, dentre elas a Resolução nº 43, de 09 de fevereiro de 2006, que regulamenta os Processos de Licitação e Contratos do SESCOOP, para evidenciar a regularidade dos atos de sua gestão, pertinentes à execução física e financeira de suas atividades, bem como dos processos de licitação, contratos e convênios firmados pela Entidade.

## **CONSIDERACOES FINAIS**

O ano de 2011, para o SESCOOP/TO foi considerado um ano de consolidação e fortalecimento, principalmente nas relações com as cooperativas. Alguns projetos iniciados em 2010, já apresentam resultados para as cooperativas e serviram de base para elaborarmos o Plano para 2012. As dificuldades enfrentadas na execução de algumas ações previstas e não realizadas serviram de alerta para que estejamos sempre em sintonia com as nossas cooperativas, ou seja, temos que respeitar o calendário de acordo com as atividades de cada cooperativa.

Um fator bastante positivo que norteou nossas ações foi a implementação do planejamento estratégico. Sabemos da responsabilidade atribuída ao SESCOOP, em face da necessidade de uma gestão profissional, transparente, e acima de tudo, focada na busca constante por resultados. Somente desta forma atenderemos as expectativas de nossas cooperativas e faremos chegar ao cooperado, empregados, seus familiares, e de certo modo a comunidade em geral, levando sempre a idéia de que o cooperativismo pode sim ser um modo de vida.

**ANEXOS**

**ANEXO I – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

**Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO						
CNPJ: 07.330.977/0001-16				UG/GESTÃO: SESCOOP/TO		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Termo de Cooperação		1			8.539,44	
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>					8.539,44	

Fonte: Departamento de Contratos

**Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO					
CNPJ: 07.330.977/0001-16		UG/GESTÃO: SESCOOP/TO			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Contas prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado (R\$)			8.539,44
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: Departamento de Contratos

**Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO					
CNPJ: 07.330.977/0001-16		UG/GESTÃO: SESCOOP/TO			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			1
		Quantidade Reprovada			

		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		

**Fonte: Departamento de Contrat**

**ANEXO II - Histórico da composição e das despesas com recursos humanos - 2008 a 2011**

Descrição	2008			2009			2010			2011		
	Quant.	Despesa	Valor									
<b>Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade</b>	6	Salários	168.269,80	8	Salários	189.514,93	8	Salários	240.352,73	8	Salários	257.032,74
		Encargos	61.099,60		Encargos	65.028,62		Encargos	82.677,80		Encargos	91.580,36
		Benefícios	17.552,06		Benefícios	27.811,58		Benefícios	39.376,38		Benefícios	46.028,45
<b>Total pessoal próprio</b>	6		246.921,46	8		282.355,13	8		362.406,91	8		394.641,55

Fonte:

Descrição	2008			2009			2010			2011		
	Quant.	Quant.	Valor	Quant.	Despesa		Quant.	Despesa	Valor	Quant.	Despesa	Valor
<b>Estagiários</b>	1	Bolsa auxílio	1.320,00		Bolsa auxílio			Bolsa auxílio			Bolsa auxílio	
		Taxa	-		Taxa			Taxa			Taxa	
<b>Total estagiários</b>	1		1.320,00									

Fonte: Modulo Orçamento Integrado - Relsim\_001 / Departamento De Pessoal

Descrição	2011		
	Quantidade	Despesa	Valor
<b>Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade</b>	4	Salários	151.203,88
		Encargos	54.317,58
		Benefícios	24.100,43
<b>Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade</b>	4	Salários	105.828,86
		Encargos	37.262,78
		Benefícios	21.928,02
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>		<b>394.641,55</b>

Fonte: Modulo Orçamento Integrado - Relsim\_001 / Departamento De Pessoal

### ANEXO III - Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		x			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	0				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ	20%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais: Os itens acima foram respondidos pela superintendência com consulta aos técnicos da UJ. Para 2012 será firmado contrato para prestação de serviços terceirizados.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

## ANEXO IV - Informações sobre Cumprimento da Lei 8.730/93

Cumpri-nos informar que os responsáveis pela gestão do SESCOOP/TO (Presidente, Superintendente, conselheiros administrativos efetivos e suplentes, conselheiros fiscais efetivos e suplentes e contador) estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8.730/93.

## ANEXO V - Relatório de cumprimento das recomendações do Órgão de Controle Interno

### Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação completa:</b> Serviço nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins			<b>Código SIORG</b>
			<b>002844</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
	019/2011	6.3.1	Rel Audit Operac 019/11 e Ofício 59/2012 - Audit
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Audit – Sescoop Nacional			<b>002844</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Evitar esforços no sentido de atingir os 100% de realização- Gestão orçamentária</li><li>2. Alterar a nomenclatura das contas conforme preconiza a NBCT – Gestão contábil - Contabilização em contas de natureza diversas</li><li>3. Tomar providências junto aos órgãos competentes quanto à recuperação de impostos registrados na contabilidade.</li><li>4. Providenciar a baixa dos referidos bens conforme a norma de bens patrimoniais – Gestão Patrimonial.</li><li>5. Providenciar a transferência do termo de responsabilidade em nome de SIMONE SILVA FRANÇA ALVES para um funcionário do SESCOOP/TO.</li><li>6. Aperfeiçoar o controle sobre as despesas com o veículo da unidade de forma a evitar gastos incompatíveis com o mesmo.</li><li>7. Realizar e evidenciar mantendo arquivada prestação de contas mediante comprovantes de despesas válidos, acrescidos de justificativa formal sempre que a unidade entender que tais gastos são economicamente vantajosos para o SESCOOP e guardam legalidade com o ato que deu origem à despesa.</li><li>8. Rever a portaria 01/2008 do SESCOOP/TO quanto ao reembolso por quilometragem rodada ante o risco de contingências trabalhistas.</li><li>9. Providenciar a atualização dos dados funcionais dos colaboradores – Gestão Pessoal.</li><li>10. Formalizar toda substituição temporária que ocorrer na unidade observando os normativos e a legislação vigente</li><li>11. Evitar esforços no sentido de ampliar o número de participantes nas contratações por licitação e promover justificativas quando esta ocorrer com apenas um licitante. Licitações e Contratos</li></ol>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação:</b> Superintendência (1, 2, 6, 7, 8, 9, 10,11) Contadora (3, 4, 5)			<b>Código SIORG</b>
			<b>002844</b>
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
1. Em 2011 tivemos dificuldades na contratação de técnico, realizamos processo seletivo no qual nenhum candidato foi aprovado, o que dificultou a execução de algumas ações, haja vista, que nosso quadro funcional é bastante enxuto. Outra dificuldade enfrentada é nos processos licitatórios – aparecem			

poucas empresas, sendo necessário muitas vezes licitar 2 vezes. Cabe informar que para 2012, parte desse problema foi solucionado, hoje estamos com o quadro funcional completo. Outra informação é que em agosto/11 – No mês de julho/11 o SESCOOP/TO teve dois projetos Fundecoop aprovados totalizando o valor total de R\$ 264.739,00 ( o recurso foi depositado em parcela única), sendo que no mês de setembro (mês de referencia da auditoria) os projetos ainda estavam iniciando suas atividades.

2. Informamos que a partir dessa recomendação da auditoria, referente às contas Outros Adiantamentos a Empregados e Outros a Adiantamentos a Terceiros iremos incluir em plano de contas novas nomenclaturas que atendam a NBCT 2.

3. Foi solicitado em 2005 junto a Receita Federal o pedido de restituição dos impostos através de PER/DCOMP, porém na data dos pedidos de restituição o CNPJ utilizado pela SESCOOP/TO era do SESCOOP/NACIONAL, dessa forma encaminhamos cópias das PER/DCOMP ao SESCOOP/NACIONAL para que verifiquem junto a Receita Federal e nos dê uma orientação para baixarmos.

4. Dos bens relacionados, exceto a máquina de Xerox (plaqueta 00151) e o nobreak (plaqueta 00169), os demais estão em perfeitas condições de uso e os mesmos são utilizados em eventos fora da nossa sede, principalmente em stands, como exemplo feiras tecnológicas e agropecuárias no interior do estado. Para os demais estamos providenciando a baixa conforme a norma de bens patrimoniais deste SESCOOP (data da próxima reunião do Conselho 05/03/2012).

5. Embora essa situação ocorresse baseado no Contrato de Gestão existente entre a OCB/TO e SESCOOP/TO, tão logo fomos notificados adotamos a recomendação desta auditoria.

6. sobre as despesas com veículo de propriedade deste SESCOOP/TO – as mesmas são controladas mediante requisição e planilha. Sobre as despesas com óleo diesel – refere-se a despesa do presidente por ocasião de representação deste SESCOOP/TO. Sendo que a partir dessa recomendação adotamos uma conta específica para tais despesas (verba de representação).

7. Referente as despesas com veículos adotaremos controle em separado conforme orientação para cada veículo.

8. A portaria foi revogada em 20/03/2012, não sendo mais permitida a utilização de veículo próprio para realização de atividades deste SESCOOP/TO.

9. Foram providenciadas a atualização dos dados funcionais dos colaboradores – Gestão Pessoal

10. Em relação a este item – houve equívoco por parte dos auditores em relatar que não havia formalização da contadora substituta – A mesma foi formalizada através da portaria SESCOOP/TO 011/2011 (30/09/2011). O que não havia realmente era o Termo de Cessão do Empregado da OCB/TO, que cedeu a mesma para o SESCOOP/TO, sem ônus – esse termo foi SIM sugerido pelos auditores. A título de informação, toda e qualquer substituição que acontece neste SESCOOP/TO, por menor que seja, é formalizada através de Portaria.

11. Sobre esse Pregão 03/2011 – vale ressaltar que o bem só foi adquirido em uma segunda Licitação, sendo que tanto na primeira como na segunda fizemos a publicação em jornal, site e protocolamos convite nas concessionárias do Estado. Como na primeira as empresas que compareceram não foram habilitadas por descumprimento de critérios do Edital (conforme Ata anexa), fizemos uma segunda licitação e participou apenas uma empresa na qual o objeto foi adquirido devido a empresa ter atendido todos os critérios estipulados no Edital. (licitações e contratos).

**Síntese dos resultados obtidos:** Todas as recomendações foram acatadas visando sanar eventuais erros e dessa forma resguardar a instituição de qualquer risco e contingências trabalhistas .

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:** Não colocar a instituição em risco, evitar esforços para executar as ações programadas, adotar e adequar nossos procedimentos as norma e resoluções do Sescoop Nacional.

## ANEXO VI - Informações sobre a estrutura de controles internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações gerais: Os quesitos acima foram avaliadas pela diretoria executiva e responsáveis pelas áreas meio e finalística. Informamos que os itens 12, 13, 14, 15 e 28, 29, 30, foram respondidos com base na matriz de risco da Assessoria de Auditoria e Controle da Unidade Nacional do SESCOOP, além dos critérios utilizados pela UJ para responder os demais itens do anexo supracitado.

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## ANEXO VII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Aquisição de lâmpadas frias.		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Cartuchos de tonner.			x		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, na aquisição de veículo flex.			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Na aquisição de tonner.			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Essas orientações			x		

são repassadas nas reuniões internas.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Nas reuniões internas; e troca de mensagens via net.		<b>x</b>			
<i>Considerações Gerais:</i> Os itens acima foram avaliados pela superintendência e equipe técnica (comissão de licitação e compras). De um modo geral temos um caminho a percorrer. A partir do momento que for adotado a coleta seletiva em Palmas, com certeza será possível adotar medidas de proteção e respeito ao meio ambiente de forma mais contundente.					
<b><u>LEGENDA</u></b> <i>Níveis de Avaliação:</i> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## ANEXO VIII - Outras Informações Consideradas Relevantes para Demonstrar a conformidade e o Desempenho da Unidade

### 1. Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	TIPO DE AÇÃO	PRIORIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUÇÃO FISICA			EXECUÇÃO FINANCEIRA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2012	META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2012
11	125	0106	8938	A	1	Planejamento Institucional	1	1	1	11.073,00	9.486,72	10.054,00
11	125	0773	8914	A	1	Serviço Mantido	1	1	1	8.481,00	6.894,77	7.790,00
11	122	0106	8911	A	1	Entidade Mantida	1	1	1	100.541,00	88.070,70	105.455,00
11	122	0750	8901	A	1	Serviço Mantido	1	1	1	165.705,00	147.448,13	181.410,00
11	333	0773	8979	P	1	Cooperativa Beneficiada e pessoas beneficiadas	63	107	-	111.047,00	79.142,46	-
11	333	0101	8952	P	1	Pessoa Beneficiada	1849	2918	-	600.072,00	519.845,98	-
11	366	0108	8972	P	1	Pessoa Beneficiada	327	766	-	225.316,00	97.888,74	-
11	331	0108	8954	P	1	Pessoa Beneficiada	350	486	-	22.993,00	21.355,06	-
11	131	0253	8919	P	1	Divulgação, Ação Realizada	4	3	4	23.106,00	12.497,17	-
11	331	5300	5302	P	1	Pessoa Beneficiada	80	-	310	-	-	3.860,00
11	333	5200	5201	P	1	Cooperativa Beneficiada	-	-	11	-	-	457.665,00
11	333	5200	5202	P	1	Cooperativa Beneficiada	-	-	17	-	-	119.770,00
11	333	5200	5204	P	1	Cooperativa Beneficiada	-	-	12	-	-	48.895,00
11	366	5100	5101	P	1	Pessoa Beneficiada	-	-	937	-	-	172.943,00

Fonte: Anexo II – Módulo Orçamento Integrado / Sistema ZEUS

## 2. Demonstrativo da Programação de Despesas Correntes

Em R\$

Origem orçamentária	1 - Pessoal e encargos		2 - Juros e encargos da dívida		3 – Outras despesas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Dotação Proposta	397.085,00	381.963,00	-	-	598.306,00	570.535,00
Orçamento Aprovado	397.085,00	381.963,00	-	-	598.306,00	570.535,00
Orçamento Reformulado	419.391,00	367.418,00	-	-	754.198,00	888.003,00
<b>TOTAL</b>	<b>419.391,00</b>	<b>367.418,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>754.198,00</b>	<b>888.003,00</b>

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim\_004

## 3. Demonstrativo da Programação de Despesas de Capital

Origem s orçamentária	4 - Investimentos		5 – Inversões financeiras		6 – Outras despesas de capital	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Orçamento Reformulado	94.745,00	12.133,00	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>94.745,00</b>	<b>12.133,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Módulo Orçamento Integrado – Relsim\_004

## 4. Demonstrativo das Despesas Correntes Realizadas por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2010
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	<b>394.641,55</b>	<b>364.708,22</b>
Vencimentos e Remunerações	257.032,74	235.809,26
Encargos Sociais Patronais	86.061,92	89.364,42
Indenizações Trabalhistas	5.518,44	-
Benefícios Sociais	46.028,45	39.534,54
<b>2 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>533.129,50</b>	<b>782.618,69</b>
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	14.350,00	-
Ocupação e Serviços Públicos	68.228,47	67.301,25
Despesas de Comunicação	11.092,55	15.137,16
Material de Consumo	68.254,45	87.457,68
Material de Consumo Durável	357,00	2.116,50
Passagens e Locomoções	70.646,45	128.728,47

Diárias e Hospedagens	54.498,76	129.905,50
Outras Despesas de Viagem	4.132,62	4.329,75
Locações	3.617,00	4.540,00
Materiais e Divulgação	28.535,00	11.010,10
Materiais para Treinamento	12.247,93	10.086,19
Premiações	-	1.216,59
Serviços de Divulgação Institucional	15.707,22	6.857,00
Auxílio Financeiro a Estudante	34.544,36	2.490,32
Auxílios Educacionais	1.380,00	1.950,00
Auditoria e Consultoria	9.000,00	110.323,01
Serviços Especializados - PJ	111.051,92	119.968,00
Serviços de Transportes	7.874,72	20.069,22
Serviços Gerais - PJ	5.474,65	4.523,80
Outros Serviços de Terceiros - PF	-	300,00
Outros Serviços de Terceiros - PJ	492,92	370,11
Encargos s/ Serviços de Terceiros	5.470,55	12.787,91
Serviços Especializados - PF	-	22.168,40
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	2.899,69	3.551,70
Impostos, Taxas e Contribuições Estaduais	1.706,01	2.791,97
Impostos, Taxas e Contribuições Municipais	115,50	1.089,98
Outras Despesas Tributárias	900,50	1.861,09
Despesas Financeiras	551,23	857,58
Transferências Regulamentares	-	614,40
Convênios com a União	-	8.215,01

Fonte: **Modulo Contabilidade- Balancete (Sistema Zeus)**

5. Demonstrativo de Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2010
<b>1 - Investimentos</b>	<b>54.858,68</b>	<b>10.842,32</b>
Bens Móveis	54.858,68	10.842,32

Fonte: **Modulo Orçamento Integrado - Relsim\_016**

6. Demonstrativo da Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2011	2010	2009
1. Passagens	59.786,59	111.832,45	64.639,30
2. Diárias e Ressarcimento de despesas em viagens	45.232,62	114.529,75	39.965,05
3. Serviços Terceirizados	2.400,00	-	-
3.1. Vigilância, Limpeza e Conservação	2.400,00	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>107.419,21</b>	<b>226.362,20</b>	<b>104.604,35</b>

Fonte: Balancete Contábil - janeiro a dezembro/2012

7. Demonstrativo das despesas por natureza

Rubricas	Realizado		Orçado	Realizado	%	%
	2009	2010	2011	2011	Partic.	Realiz.
Pessoal, Encargos e Indenizações	282.355,13	362.406,91	419.391,00	394.641,55	40,16%	94,10%
Despesas de Viagem	159.990,06	262.963,72	167.737,00	129.277,83	13,16%	77,07%
Outras Despesas Variáveis	112.137,70	144.629,94	184.922,00	156.066,40	15,88%	84,40%
Auxílio Financeiro a Estudante	1.719,54	2.490,32	34.629,00	34.544,36	3,52%	99,76%
Material de Consumo	73.525,40	89.543,64	85.820,00	68.254,45	6,95%	79,53%
Serviços de Terceiros	146.519,00	261.456,91	271.276,00	139.364,76	14,18%	51,37%
Obrigações, Tributos e Contribuições	20.704,59	20.674,94	9.814,00	5.621,70	0,57%	57,28%
Equipamentos e Materiais Permanentes	173.065,00	10.482,32	94.745,00	54.858,68	5,58%	57,90%
<b>Total Geral</b>	<b>970.016,42</b>	<b>1.154.648,70</b>	<b>1.268.334,00</b>	<b>982.629,73</b>	<b>100%</b>	<b>77,47%</b>

Fonte: Modulo Orçamento Integrado - Relsim\_016

8. Resumo das programações de despesas

Origem dos Créditos Orçamentários	Despesas Correntes		Despesas Capital	
	2010	2011	2010	2011
<b>Exercícios</b>				
<b>Dotação proposta pela UJ</b>	952.498,00	995.391,00	0,00	0,00
<b>Orçamento Aprovado</b>	952.498,00	995.391,00	0,00	0,00
<b>Orçamento Reformulado</b>	1.255.421,00	1.173.589,00	12.133,00	94.745,00

<b>Total</b>	1.255.421,00	1.173.589,00	12.133,00	94.745,00
--------------	--------------	--------------	-----------	-----------

Fonte: Modulo Orçamento Integrado – Anexo IV Demonstrativo de Receita e Despesa

9. Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UJ concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 - Pessoal e Encargos	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	SESCOOP Nacional (Projetos Especiais)	8979	-	-	1.737,13
			8952	-	-	121.899,66
			8972	-	-	41.982,72

Fonte: Modulo Orçamento Integrado - Relsim\_001

10. Quadro “Despesa por Modalidade de Contratação” – Crédito Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
<b>Pregão</b>	104.044,59	56.464,24	104.044,59	56.464,24
<b>Dispensa</b>	291.730,67	285.144,60	291.730,67	284.644,60
<b>Pagamento em Folha</b>	394.641,55	362.406,91	394.641,55	364.708,22
<b>Diárias</b>	41.100,00	41.000,00	41.100,00	41.000,00
<b>Outras</b>	151.112,92	121.469,11	151.112,92	123.188,33

Fonte: Modulo Materiais, Serviços e Contabilidade – Sistema Zeus

11. Quadro “Despesa por Modalidade de Contratação” – Crédito Recebidos pela UJ (convênios e Fundcoop projetos especiais)

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>				
<b>Pregão</b>	31.047,32	55.824,77	31.047,32	55.824,77
<b>Contratações Diretas</b>				
<b>Dispensa</b>	74.052,80	144.561,69	74.052,80	144.561,69
<b>Inexigibilidade</b>	32.000,00	-	32.000,00	-
<b>Diárias</b>	22.250,00	69.200,00	22.250,00	69.200,00
<b>Outras</b>	6.269,39	18.577,38	6.269,39	18.577,38

Fonte: Modulo Materiais, Serviços e Contabilidade – Sistema Zeus

12. Quadro “Despesas Correntes e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa” – Créditos Recebidos pela UJ. (convênios e Fundcoop projetos especiais)

GRUPOS DE DESPESA	VALORES PAGOS	
	2011	2010
<b>1 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>165.619,51</b>	<b>288.163,84</b>
Despesas de Comunicação	300,00	-
Material de Consumo	7.712,91	8.869,33
Passagens e Locomoções	32.435,82	70.405,57
Diárias e Hospedagens	27.862,75	79.985,08
Outras Despesas de Viagem	1.728,97	1.463,09
Locações	1.700,00	-
Materiais e Divulgação	18.535,00	-
Materiais para Treinamento	2.990,02	224,91
Serviços de Divulgação Institucional	1.687,12	-
Auxílio Financeiro a Estudante	32.000,00	-
Auditoria e Consultoria	-	99.123,01
Serviços Especializados - PJ	37.174,92	16.600,00
Serviços de Transportes	25,00	-
Encargos s/ Serviços de Terceiros	1.467,00	6.278,45
Serviços Especializados - PF	-	4.600,00
Transferências Regulamentares	-	614,40

Fonte: Balancete Contábil - janeiro a dezembro/2012

13. Quadro “Despesa Corrente e Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa” –  
Créditos Originários da UJ

GRUPOS DE DESPEZA	VALORES PAGOS	
	2011	2010
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	<b>394.641,55</b>	<b>364.708,22</b>
Vencimentos e Remunerações	257.032,74	235.809,26
Encargos Sociais Patronais	86.061,92	89.364,42
Indenizações Trabalhistas	5.518,44	-
Benefícios Sociais	46.028,45	39.534,54
<b>2 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>367.509,99</b>	<b>494.454,85</b>
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	14.350,00	-
Ocupação e Serviços Públicos	68.228,47	67.301,25
Despesas de Comunicação	10.792,55	15.137,16
Material de Consumo	60.541,54	78.588,35
Material de Consumo Durável	357,00	2.116,50
Passagens e Locomoções	38.210,63	58.322,90
Diárias e Hospedagens	26.636,01	49.920,42
Outras Despesas de Viagem	2.403,65	2.866,66
Locações	1.917,00	4.540,00
Materiais e Divulgação	10.000,00	11.010,10
Materiais para Treinamento	9.257,91	9.861,28
Premiações	-	1.216,59
Serviços de Divulgação Institucional	14.020,10	6.857,00
Auxílio Financeiro a Estudante	2.544,36	2.490,32
Auxílios Educacionais	1.380,00	1.950,00
Auditoria e Consultoria	9.000,00	11.200,00
Serviços Especializados - PJ	73.877,00	103.368,00
Serviços de Transportes	7.849,72	20.069,22
Serviços Gerais - PJ	5.474,65	4.523,80
Outros Serviços de Terceiros - PF	-	300,00

Outros Serviços de Terceiros - PJ	492,92	370,11
Encargos s/ Serviços de Terceiros	4.003,55	6.509,46
Serviços Especializados - PF	-	17.568,40
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	2.899,69	3.551,70
Impostos, Taxas e Contribuições Estaduais	1.706,01	2.791,97
Impostos, Taxas e Contribuições Municipais	115,50	1.089,98
Outras Despesas Tributárias	900,50	1.861,09
Despesas Financeiras	551,23	857,58
Convênios com a União	-	8.215,01
<b>3 - Investimentos</b>	<b>54.858,68</b>	<b>10.842,32</b>
Bens Móveis	54.858,68	10.842,32

Fonte: Balancete Contábil - janeiro a dezembro/2012

Anexo - IX - Demonstrações Contábeis

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Tocantins - CNPJ: 07.330.977/0001-16**  
**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010**  
 (Valores Expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2011	31/12/2010		Notas	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de Caixa	5	500.425	235.893	Contas a pagar	10	7.177	2.439
Outros créditos	6	4.174	2.603	Salários, encargos sociais e imposto a pagar	11	42	0
Estoques	-	2.917	3.683	Provisões trabalhistas e outras	12	40.377	39.158
Despesas pagas antecipadamente	7	2.483	2.743	Obrigações por Convênios, Acordos e Projeto	14	327.266	132.485
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>509.998</b>	<b>244.922</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>374.862</b>	<b>174.082</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Imobilizado	8	205.010	215.392	Superávit acumulado integral dos exercicios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010	17	340.627	287.034
Intangível	9	481	802	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>340.627</b>	<b>287.034</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>205.491</b>	<b>216.193</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>715.489</b>	<b>461.116</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>715.489</b>	<b>461.116</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri  
 Presidente

Simone Silva França Alves  
 Contadora

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins**  
**Demonstrações do Superávit/Déficits em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010**

(Valores expressos em reais)

	Notas	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita Operacional líquida	18	<u>997.104</u>	<u>1.082.285</u>
Custos/ Despesas Operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(394.640)	(362.407)
Administrativas	20	(291.560)	(434.855)
Institucionais	21	(96.031)	(39.150)
Serviços de terceiros	22	(139.365)	(288.413)
Tributárias	-	(5.622)	(9.295)
Transferências e convênios	-	-	(8.828)
Despesas com depreciações e amortizações	-	(32.622)	(37.135)
Outras receitas operacionais	-	<u>2.625</u>	<u>-</u>
		<u>(957.215)</u>	<u>(1.180.083)</u>
Resultado Financeiro líquido	23	13.704	9.522
Superávit/Déficit do Exercício		<u><u>53.593</u></u>	<u><u>(88.276)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ricardo Benedito Khouri  
 Presidente

Simone Silva França Alves  
 Contadora

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP-TO  
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010  
 (Valores expressos em reais)

	Superávit acumulado	Superávit do exercício	Total
<b>Saldo acumulado integral em 31/12/2009 com incorporação do superávit do exercício de 31/12/2009</b>	375.310	-	375.310
Superávit do exercício findo em 31/12/2010	(88.276)	-	(88.276)
<b>Saldo acumulado de superávit integral em 31/12/10 com incorporação do superávit do exercício findo em 31/12/2010</b>	287.034	-	287.034
Superávit do exercício findo em 31/12/2011	-	53.593	53.593
<b>Saldos acumulados de superávit parcial e integral do exercício findo em 31/12/2011</b>	<u>287.034</u>	<u>53.593</u>	<u>340.627</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri	Simone Silva França Alves
Presidente	Contadora

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO**  
**Demonstração dos Fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010**  
 (Valores expressos em reais)

	2.011	2.010
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
Superávit/Déficit líquido do exercício	53.593	(88.276)
<b>Ajustes para reconciliar o superávit/déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	32.621	37.135
Baixas do ativo imobilizado	32.941	18.000
	119.155	(33.140)
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Outros créditos	(1.570)	469
Estoques	767	(3.683)
Despesas pagas antecipadamente	260	1.199
	(544)	(2.014)
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Contas a pagar	4.738	30
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	42	(12.727)
Provisões trabalhistas e outras	1.220	6.298
Outras obrigações (Adiantamento de Convênios)	194.781	66.917
	200.780	60.518
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	319.391	25.364
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		
Adições ao ativo permanente	(54.859)	(10.842)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento</b>	(54.859)	(10.842)
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	264.532	14.522
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	235.893	221.371
No final do exercício	500.425	235.893
<b>Aumento no caixa e equivalentes</b>	264.532	14.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Benedito Khouri  
 Presidente

Simone Silva França Alves  
 Contadora

## **1. Contexto operacional**

Em 3 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017, de 6 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O Sescoop integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza parafiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o artigo 12 do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

*“ A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”*

As responsabilidades sociais da Entidade evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescoop opera em todo território brasileiro. Compõe-se de uma Unidade Nacional – o Sescoop/UN, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescoop está sujeito, ainda, à auditoria externa, e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos artigos 70 e 71 da Carta Magna e artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da união, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do artigo 6º, parágrafo 3º:

*“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”*

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - Sescoop-TO é segundo a Lei nº 9.532/97, artigo 12:

*“uma entidade imune do Imposto de Renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída.”*

*“Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.(Vide artigos 1º e 2º da Mpv 2.189-49, de 2001) (Vide Medipa Provisória nº 2158-35, de 2001)*

§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
  - b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
  - c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
  - d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
  - e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
  - f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
  - g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
  - h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.
- § 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998).“

De acordo com o artigo 150 da Carta Magna:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003 - VI – Instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 4º As vedações expressas no inciso CI, alínea b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

As operações dos Sescoops estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo Sescoop/Nacional. Havendo déficit técnico apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, através do colegiado e Conselho Fiscal da Entidade, no dia 05 de março de 2012.

Todos os valores são apresentados em reais, exceto de outro modo indicado, arredondados o valor mais próximos de mil reais ou milhares de reais.

## **2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), homologados pelos órgãos reguladores e normativos voltados para entidades sem fins lucrativos – NBC T 10.19, NBC T 3 e NBC T 6.

Até 31 de dezembro de 2010 as demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor

Público - NBCASP, aprovadas pelo CFC, alinhadas às normas internacionais de Contabilidade para o setor público emitidas pela Federação Internacional de Contadores - IFAC e adaptadas aos regulamentos instituídos pelo SESCOOP.

Em 01 de janeiro de 2011 as práticas contábeis foram modificadas de NBCASP para as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as NBC T voltadas para entidades sem fins lucrativos.

A administração entende que tal mudança é requerida, tanto que o órgão regulamentador permite a adoção e é adequada a atividade desenvolvida pelo SESCOOP TO.

Com a alteração da Lei nº 4.320/0964 para Lei 6.404/1976 cabe salientar que, como a Entidade recebe recursos à conta do orçamento fiscal e da seguridade social, era obrigada a apresentar a execução da referida parcela de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), conforme estabelecido no artigo 101, que descreve que os resultados do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais. Em 2011, com a adoção às práticas contábeis adotadas no Brasil, como base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normativos específicos à demonstrações financeiras a serem apresentadas são: balanço patrimonial, demonstrações do superávit/déficit do exercício, demonstração da mutação do patrimônio social e demonstração do fluxo de caixa – método indireto, essas demonstrações financeiras devem ser complementadas com as notas explicativas.

As alterações mencionadas no parágrafo anterior são os únicos efeitos advindos da mudança de prática contábil no exercício de 2011, conforme resultado de diagnóstico efetuado por empresa especializada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras**

### **2.2.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações do SESCOOP TO, especificamente as suas receitas e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP Nacional pelos empregadores, incidentes sobre a folha de salário são por ele reconhecidos contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro e as receitas de convênios são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **2.2.2. Estimativas contábeis**

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas, para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências, vida útil dos bens do imobilizado, classificações de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

### **2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras

incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços”.

#### **2.2.4. Estoques**

Os materiais para expediente e consumo estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado.

#### **2.2.5. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.2.6. Impairment**

O Sescoop TO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop TO reconheceria no resultado a perda por *impairment*. Foi elaborado um relatório interno pelo Sescoop TO, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificado a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2011.

#### **2.2.7. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, a taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 9.

#### **2.2.8. Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.2.9. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas**

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salários e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **2.2.10. Provisões para contingências**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a entidade tiver uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Caso haja diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos a ser exigida para a liquidação será determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente das despesas que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, quando aplicável

### **2.2.11. Receitas Financeiras**

As receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

### **2.2.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## **3. Estimativa e Julgamentos contábeis essenciais**

O SESCOOP TO realizou determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. Essas estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

### **Reconhecimento de receita**

O SESCOOP recebe recursos mediante contribuição parafiscal das cooperativas instaladas no país, cujo repasse é efetuado pelo SESCOOP Nacional. As receitas de contribuições sociais são reconhecidas no momento do efetivo recebimento financeiro, pois em consonância ao princípio de conservadorismo não poderiam ser apropriadas com base orçamentária.

### **Vidas úteis de ativos intangíveis e imobilizado**

Os ativos intangíveis e imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

### **Processos legais**

De acordo com o CPC PME, o Sescop TO reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. Até o momento a administração do Sescop não tem conhecimento sobre qualquer ação judicial envolvendo a Entidade.

#### **4. Instrumentos Financeiros – Gestão de Risco**

O Sescop Tocantins poderá estar exposto, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- risco de câmbio;
- outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Entidade está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

#### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Sescop Tocantins, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- valores a receber;
- caixa em bancos;
- Aplicações financeiras em Fundos de Investimentos Financeiros;
- Investimento em títulos patrimoniais negociados ou não em bolsas;
- contas a pagar a fornecedores e outras;

#### **Objetivos, políticas e processos legais**

O Sescop Tocantins possui os seguintes órgãos colegiados:

- **O Conselho Deliberativo**

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano do Sescop Tocantins

- **O Conselho Fiscal**

É o órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

- **A Diretoria Executiva**

É o órgão de gestão administrativa do Sescop Tocantins.

## Risco de crédito

O risco de crédito para o Sescop Tocantins surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros. O Sescop Tocantins aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

O Sescop Tocantins não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito:

	Valor Contábil 31/12/2011	Valor Contábil 31/12/2012
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	500.425	235.893
Outros Créditos	4.174	2.603
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	<b>504.599</b>	<b>238.496</b>

## Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). O Sescop Tocantins não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

## Risco de câmbio

O Sescop TO não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que a Entidade não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

## Outros riscos de mercado

O Sescop TO não possui participação em fundos de investimentos financeiros que possuem lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

## Divulgações sobre o patrimônio

Os bens da Entidade somente poderão ser utilizados para a realização dos seus objetivos, permitida a aplicação de uns e outros para a obtenção de rendimentos destinados às suas finalidades estatutárias.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/11	31/12/10
Bancos	19.509	23.343
Aplicações financeiras	480.916	212.550
<b>Total</b>	<b>500.425</b>	<b>235.893</b>

- (a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDBs).

Instituições financeiras	Modalidade	31/12/11	31/12/10
Banco do Brasil	CDB	480.916	212.550

<b>Total</b>		<b>480.916</b>	<b>212.550</b>
--------------	--	----------------	----------------

## 6. Outros créditos

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Créditos e valores – terceiros	3.896	1.797
Outros créditos	237	236
Adiantamentos a empregados	41	570
<b>Total</b>	<b>4.174</b>	<b>2.603</b>

Adiantamento a empregados refere-se a multas e uso do telefone, que serão ressarcidos pelo funcionário responsável; créditos e valores – terceiros representa os valores de passagem aérea cancelada, cujo valor será reembolsado pela agência que emitiu a passagem mais valores pagos em duplicidade no mês de dezembro de 2011 a fornecedores.

## 7. Despesas pagas antecipadamente

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Seguros a apropriar	1.739	2.623
Outros valores a apropriar	744	120
<b>Total</b>	<b>2.483</b>	<b>2.743</b>

## 8. Imobilizado

<b>Descrição</b>	<b>Taxas anuais de depreciação</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Móveis e utensílios	10%	107.948	121.477
Veículos	10%	42.566	36.109
Máquinas e equipamentos	20%	30.033	34.219
Equipamentos de informática	10%	23.075	23.183
Equipamentos de comunicação	20%	1.381	372,00
Biblioteca	10%	6	29
Outros Bens Moveis	10%	1	3
<b>Total</b>		<b>205.010</b>	<b>215.392</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2011:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011</b>
Móveis e utensílios	121.477	799		(14.328)	107.948
Veículos	36.109	44.370	(32.941)	(4.973)	42.566
Máquinas e equipamentos	34.219	-	-	(4.186)	30.033
Equipamentos de informática	23.183	8.500	-	(8.608)	23.075
Equipamentos de comunicação	372,00	1.189	-	(180)	1.381
Biblioteca	29	-	-	(23)	6
Outros Bens Móveis	3	-	-	(2)	1
<b>Total</b>	<b>121.477</b>	<b>54.859</b>	<b>(32.941)</b>	<b>(32.300)</b>	<b>205.010</b>

## Impairment e vida útil estimada

A revisão das taxas de depreciação pela vida útil econômica dos bens foram definidas, com base no último inventário físico realizado em dezembro de 2010, e em informações históricas de baixas, doações e reposições de bens. O trabalho e relatório de revisão baseiam-se em documentos (notas fiscais de aquisição, processos de baixa, relatório dos bens) fornecidos pelas áreas de patrimônio, financeira e contábil. Contudo, foi concluído que com base nos laudos emitidos pela

equipe técnica, não houve indícios de perda pro impairment, bem como, não houve mudanças nas vidas úteis e os respectivos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e intangíveis.

## 9. Intangível

A seguir demonstramos a composição do ativo intangível, conforme determinado no CPC 04 e NBC T 19.8 – Resolução CFC nº 1.139/08:

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/11	31/12/10
Direitos de uso de software	20%	481	802
<b>Total</b>		<b>481</b>	<b>802</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2011:

Descrição	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010	Amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2011
Direitos de uso de software	802	(321)	481
	<b>802</b>	<b>(321)</b>	<b>481</b>

## 10. Contas a pagar

São obrigações componentes dos compromissos assumidos por conta das aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades fim e meio da Entidade, cuja posição analítica, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está descrita a seguir:

Descrição	31/12/11	31/12/10
Fornecedores – Pessoa Jurídica	7.177	2.4396
<b>Total</b>	<b>7.177</b>	<b>2.439</b>

## 11. Salários, Encargos sociais e Impostos a pagar

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/11	31/12/10
Consignáveis de terceiros	42	-
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>-</b>

É prática do Sescoop/To pagar suas obrigações no próprio exercício, o saldo em aberto representa ISS retido sobre serviços de terceiros a vencer em janeiro de 2012;

## 12. Provisões e encargos sociais trabalhistas e previdenciários

Descrição	31/12/11	31/12/10
Férias e abono pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	30.428	29.306
INSS sobre férias	7.211	7.214
FGTS sobre férias	2.434	2.345
PIS sobre férias	304	293
<b>Total</b>	<b>40.377</b>	<b>39.158</b>

## 13. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, conforme a sua administração e seus assessores jurídicos, o Sescoop TO não possui processos administrativos ou judiciais com probabilidade de perda classificada como provável ou possível, conforme os assessores jurídicos.

#### 14. Obrigações com convênios, acordos e Projetos

Referem-se a saldos de recursos provenientes de convênios, ainda não utilizados ou aguardando finalização da prestação de contas efetuada, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/11	31/12/10
Projeto Especial - Fundecoop 08/2010	96.059	125.654
Projeto Especial - Fundecoop 15/2010	-	6.831
Projeto Especial - Fundecoop 02/2011	38.345	-
Projeto Especial - Fundecoop 19/2011	38.638	-
Projeto Especial - Fundecoop 20/2011	154.224	-
<b>Total</b>	<b>327.266</b>	<b>132.485</b>

#### 15. Transações com partes relacionadas

O Sescoop To mantém contrato de gestão junto ao Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins-OCB/TO, compartilhando estruturas e algumas despesas operacionais. E mediante contrato de locação o Sescoop/TO paga a OCB/TO o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês a título de Aluguel.

#### 16. Remuneração do pessoal-chave da Administração

É princípio sistêmico do Sescoop/TO a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Presidente

#### 17. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto substancialmente de superávit e ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/11	31/12/10
Superávit acumulado	287.034	375.310
Superávit do exercício	53.593	(88.276)
<b>Total</b>	<b>340.627</b>	<b>287.034</b>

Conforme preceitua a Lei nº 9.532/97, caso presente em determinado exercício superávit, o mesmo destina-se, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

#### 18. Receita de contribuição bruta

Descrição	31/12/11	31/12/10
Receita de Contribuições	259.493	252.720
Receitas de Transferências dos Estados (Recurso Suplementar)	588.000	540.000
Receitas de Convênio	149.611	289.564
	<b>997.104</b>	<b>1.082.285</b>

(a) A seguir os valores mensais de contribuição social repassados pelo Sescoop Nacional no decorrer do exercício de 2011 (Receitas de Contribuições mais Recursos Suplementar):

Mês	Receita de contribuições	Fundecoop
Janeiro	34.539	49.000
Fevereiro	20.774	49.000
Março	22.001	49.000
Abril	17.761	49.000
Mai	18.987	49.000

Junho	22.419	49.000
Julho	19.810	49.000
Agosto	19.853	49.000
Setembro	20.984	49.000
Outubro	19.329	49.000
Novembro	21.179	49.000
Dezembro	21.857	49.000
<b>Total</b>	<b>259.493</b>	<b>588.000</b>

(b) Receita de convênios

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Projeto Especial - Fundecoop 32/2009	-	51.102
Projeto Especial - Fundecoop 08/2010	38.659	145.506
Projeto Especial - Fundecoop 15/2010	-	92.954
Projeto Especial - Fundecoop 02/2011	47.155	-
Projeto Especial - Fundecoop 19/2011	36.358	-
Projeto Especial - Fundecoop 20/2011	27.439	-
<b>Total</b>	<b>149.611</b>	<b>289.562</b>

**19. Pessoal, encargos e benefícios sociais**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Salários e proventos	208.020	194.500
13º Salário	19.341	18.814
Férias e Abono Constitucional	29.671	27.039
Encargos Trabalhistas	91.580	82.678
Benefícios	46.028	39.376
<b>Total</b>	<b>394.640</b>	<b>362.406,91</b>

**20. Administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Passagens e locomoções	70.646	128.728
Ocupações e serviços públicos	68.228	67.301
Material de consumo	68.611	89.544
Diárias e hospedagens	54.499	129.906
Despesas com dirigentes e conselheiros	14.350	-
Despesa de comunicação	11.093	15.046
Outras despesas de viagens	4.133	4.330
<b>Total</b>	<b>291.560</b>	<b>434.855</b>

**21. Institucionais**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Auxílios Financeiros a estudantes	34.544	2.490
Materiais de divulgação	28.535	11.010
Serviços e divulgação institucionais	15.707	6.857
Materiais para treinamento	12.248	10.086
Premiações	-	1.217
Locações	3.617	5.540
Auxílios educacionais	1.380	1.950
<b>Total</b>	<b>96.031</b>	<b>39.150</b>

**22. Serviços de Terceiros**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Serviços especializados	111.052	119.969
Auditoria e consultoria	9.000	110.323
Serviços de transporte	7.875	20.069
Serviços gerais	5.474	3.834
Outros serviços	383	300
Outros serviços de terceiros – PF e PJ	110	22.538
Encargos sobre serviços de terceiros	5.471	11.380
<b>Total</b>	<b>139.365</b>	<b>288.413</b>

### 23. Resultado Financeiro Líquido

<b>Receitas financeiras</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Receitas de Aplicações Financeiras	14.255	10.364
Juros ativos	-	15
<b>Total</b>	<b>14.255</b>	<b>10.379</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Despesas Bancárias	(551)	(857)
<b>Total</b>	<b>(551)</b>	<b>(857)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>13.704</b>	<b>9.522</b>

### 26. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Palmas –TO, 31 de dezembro de 2011.

Ricardo Benedito Khouri  
Presidente

Simone Silva França Alves  
Contadora

## Relatório dos auditores independentes

Aos:

Administradores e Conselheiros do  
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins  
Palmas- TO

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (“Sescoop TO” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do SESCOOP TO é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do SESCOOP TO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do SESCOOP TO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas conforme as práticas contábeis enunciadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e, também, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 31 de março de 2011, sem qualquer menção de ressalvas (modificações) ou ênfases.

Goiânia, 04 de maio de 2012.



Luiz Cláudio Fontes  
Contador CRC RJ-032.470/O-9 "T" PR S-TO



Otaniel Junior Martins Rosa  
Contador CRC GO-013.972/O-3 S-TO

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 S-TO

## **Anexo - X - Parecer do Conselho Fiscal**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL – SESCOOP/TO**

Os membros abaixo-assinados do CONSELHO FISCAL do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO, no desempenho de suas funções e atribuições legais e regimentais, declaram para os fins que se fizerem necessários, que examinaram minuciosamente a prestação de contas do exercício de 2011, compostas pelas peças contábeis e administrativas exigidas pela legislação pertinente, e, após análise da regularidade dos processos de gestão praticados, incluindo contratos e convênios firmados, documentos de caixa, Balancetes e Demonstrativos Financeiros, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício. Recomenda ao Conselho Administrativo do SESCOOP/TO, a aprovação das contas de exercício de 2011, sem ressalvas.

Palmas/TO, 05 de março de 2012

Maria Silvana Ramos  
Representante da CEDUC

Evanis Roberto Lopes  
Representante da COAPA

Marcio Adriano Ferreira  
Representante da UNIMED-Palmas

**Anexo - XI – Resolução 002/2012 – Conselho de Administração do SESCOOP/TO e Resolução do Conselho Nacional do SESCOOP**

**RESOLUÇÃO 02/2012 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SESCOOP/TO**

*Dispõe sobre o Relatório de Gestão, o Balanço Geral, as demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal.*

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, na forma do inciso I do art. 3º do seu Regimento Interno, torna público que seu Conselho de Administração, em suas 78ª e 79ª Reuniões Ordinárias, realizadas respectivamente, em 05 de março e 20 de abril de 2012, tendo em vista as disposições do art. 13, inciso I e III do referido Regimento Interno.

**RESOLVEU**

Art. 1º - Aprovar seu Relatório de Gestão, o Balanço Geral, as demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual de atividades do exercício de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Palmas/TO, 20 de abril de 2012.

Ricardo Benedito Khouri  
Presidente

## Resolução do Conselho Nacional do Sescoop



### RESOLUÇÃO Nº 879/2012 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão, o Balanço Geral e as demais demonstrações financeiras da Unidade Estadual do Sescoop/TO.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, na forma do art. 3º do Regimento Interno da Unidade Nacional, torna público que o Conselho Nacional, em sua 72ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de maio de 2012, tendo em vista as disposições do art. 23, inciso III e do art. 33, inciso III do referido Regimento Interno, bem como da Resolução nº 05/2000,

#### RESOLVEU

**Art. 1º** - Aprovar, sem ressalvas, o Relatório de Gestão, o Balanço Geral e as demais demonstrações financeiras do exercício de 2011 da Unidade Estadual do Sescoop/TO.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 22 de maio de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. Lopes de Freitas".

**MÁRCIO LOPES DE FREITAS**  
Presidente



\*O presente documento foi analisado pela ASJUR e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos\*.

**ANEXO XII - ATENDIMENTO AO TCU QUANTO AO CONTEÚDO MÍNIMO DO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (DN TCU Nº 108, DE 27 /10/ 2010)**

ITEM	PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	REFERÊNCIA
1	Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na <i>internet</i> ; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.	<b>1. Identificação da Unidade</b>
2	Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Responsabilidades institucionais da unidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Competência Institucional;</li> <li>II. Objetivos estratégicos.</li> </ul> </li> <li>b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;</li> <li>II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.</li> </ul> </li> <li>c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ;</li> <li>II. Execução física das ações realizadas pela UJ.</li> </ul> </li> <li>d) Desempenho Orçamentário e Financeiro: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Programação Orçamentária das Despesas;</li> <li>II. Execução Orçamentária das Despesas;</li> <li>III. Indicadores Institucionais.</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>a- Capítulos 1.1, 1.2 e 2.1</b></p> <p><b>b- Capítulo 2</b></p> <p><b>c- Capítulo 5</b></p> <p><b>d- Capítulo 6 e 5.3</b></p>
3	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	<b>Não houve ocorrências.</b>
4	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	<b>Não se aplica - Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
5	Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Composição do quadro de servidores ativos;</li> <li>b) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;</li> <li>c) Composição do quadro de estagiários;</li> <li>d) Custos associados à manutenção dos recursos humanos;</li> <li>e) Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;</li> <li>f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.</li> </ul>	<b>Capítulo 4 e Anexo II</b>
6	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	<b>Anexo I</b>
7	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	<b>Não se aplica - Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	<b>Anexo IV</b>

9	<p>Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:</p> <p>a) Ambiente de controle;  b) Avaliação de risco;  c) Procedimentos de controle;  d) Informação e Comunicação;  e) Monitoramento.</p>	<b>Anexo VI</b>
10	<p>Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.</p>	<b>Anexo VII</b>
11	<p>Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.</p>	<b>Não houve ocorrência</b>
12	<p>Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:</p> <p>a) Planejamento da área;  b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;  c) Segurança da informação;  d) Desenvolvimento e produção de sistemas;  e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.</p>	<b>Capítulo 5.2 e Anexo III</b>
13	<p>Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.</p>	<b>Não se aplica - Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
14	<p>Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.</p>	<b>Não se aplica - Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
15	<p>Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.</p>	<b>Não houve ocorrência</b>
16	<p>Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.</p>	<b>Anexo V</b>
17	<p>Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.</p>	<b>Anexo VIII</b>
<b>ITEM</b>	<b>PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS QUE DEVEM COMPOR O RELATÓRIO</b>	<b>REFERÊNCIA</b>
1	<p>Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.</p>	<b>Não se aplica ao Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
2	<p>Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).</p>	<b>Não se aplica ao Quadro A1- DN TCU nº 108/2010</b>
3	<p>Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas</p>	<b>Anexo IX</b>
4	<p>Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais</p>	<b>Não se aplica ao Quadro A1- DN</b>

	acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).	<b>TCU nº 108/2010</b>
<b>5</b>	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.	<b>Anexo XII</b>

## ANEXO XIII - Índice Remissivo de Indicadores GRI (G3)

### 1. Estratégia e Análise

Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	25, 33 e 80
1.2	Descrição dos principais impactos, risco e oportunidades	78 e 79

### 2. Perfil Organizacional

Indicador	Descrição GRI	Localização
2.1	Nome da Organização.	8
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	12
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e joint ventures	23 e 24
2.4	Localização da sede da organização	8
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório	8
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários)	8
2.8	Porte da Organização: a) Número de empregados; b) Vendas líquidas c) Quantidade de produtos e serviços oferecidos; d) Ativo Total e) Participação dos acionistas	31, 32, 33
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	-
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório.	-

### 3. Parâmetros para o relatório

Indicador	Descrição GRI	Localização (Páginas)
3.1	Período coberto pelo relatório (como ano contábil/civil) para as informações apresentadas.	6
3.2	Data do relatório anterior mais recente (se houver)	6
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc)	6
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	7
3.5	Processo para definição do conteúdo.	6 e 7
3.6	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint venture, fornecedores).	6
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	6
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a comparabilidade entre	6 e 7

	períodos e/ou entre organizações.	
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório.	6
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição).	7
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	34, 65 e 91
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	10
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.	67

#### 4. Governança, Compromissos e Engajamento

Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)
4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	18- 22
4.2	Indicação caso a presidência do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	23 – 24
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.	-
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança.	-
4.5	Relação entre remuneração para membros d mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização.	76
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	31
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	31, 32 e 33
4.8	Declarações de missão e valores, código de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social.	15
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social.	-
4.10	Processo para autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança. Especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.	66
<b>Compromissos com iniciativas externas</b>		
Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)
4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	79
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	29 e 30
4.13	Participação em associações e/ou organismo nacionais/internacionais.	14
<b>Engajamento dos Stakeholders</b>		
Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)

4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização: a) comunidade; b) sociedade civil; c) clientes; d) acionistas; e) fornecedores; f) empregados.	29
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar.	-
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupo de stakeholder.	-
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização têm adotado para trata-los.	-

## 5. Indicadores Econômicos

Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)
5.1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	83-95

## 6. Indicadores de Desempenho Ambiental

Indicador	Descrição GRI	Localização (páginas)
6.1	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	29-30
6.2	Habitats protegidos ou restaurados	-
6.3	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	78-80